Rodrigo Lima Ribeiro Gomes
Maria Onete Lopes Ferreira
Diego Chabalgoity | ORGS.

SOBERANIA NACIONAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR

ensaios críticos sobre o significado do bicentenário da independência

mórula
EDITORIAL

Rodrigo Lima Ribeiro Gomes
Maria Onete Lopes Ferreira
Diego Chabalgoity | ORGS.

SOBERANIA NACIONAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR

ensaios críticos sobre o significado do bicentenário da independência

mórula
EDITORIAL

Todos os direitos desta edição reservados
à MV Serviços e Editora Ltda.

CONSELHO EDITORIAL
Ana Lole, Eduardo Granja Coutinho, José Paulo Netto,
Lia Rocha, Mauro Iasi, Márcia Leite e Virginia Fontes

REVISÃO
Mariana Diniz Bittencourt Nepomuceno

DESIGN
Patrícia Oliveira

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ
Elaborado por Gabriela Faray Ferreira Lopes — CRB 7/6643

S659

Soberania nacional e participação popular [recurso eletrônico]: ensaios críticos sobre o significado do bicentenário da independência / organização Rodrigo Lima Ribeiro Gomes, Maria Onete Lopes Ferreira, Diego Chabalgoity. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2022.
recurso digital ; 1.1 MB

Formato: epdf
Requisitos do sistema: adobe acrobat reader
Modo de acesso: world wide web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-81315-39-9 (recurso eletrônico)

1. Brasil – História – Independência, 1822 – História e crítica. 2. Movimentos sociais. 3. Livros eletrônicos. I. Gomes, Rodrigo Lima Ribeiro. II. Ferreira, Maria Onete Lopes. III. Chabalgoity, Diego.

22-81610 CDD: 981.04
CDU: 94(81).04

Rua Teotônio Regadas 26 sala 904
20021_360 _ Lapa _ Rio de Janeiro _ RJ
www.morula.com.br _ contato@morula.com.br
/morulaeditorial /morula_editorial

SUMÁRIO

6 APRESENTAÇÃO | O reverso da História do Brasil: projetos sociais em disputa
ANITA HELENA SCHLESENER

10 INTRODUÇÃO | Repensar a questão nacional em um contexto de grandes transformações globais
RODRIGO LIMA RIBEIRO GOMES
MARIA ONETE LOPES FERREIRA
DIEGO CHABALGOITY

19 200 anos de "Independência" interditando a formação "nacional-popular" do Brasil
GIOVANNI SEMERARO
ANA LOLE

34 Descolonização, Revolução Nacional e Socialismo: 200 anos da formação do Estado brasileiro sob a lente de Florestan Fernandes
MAYCON BEZERRA DE ALMEIDA

45 Hegemonia e a questão racial
MÁRIO LUIZ DE SOUZA

65 Independência? A face das instituições da sociedade civil no Brasil contemporâneo
MÔNICA ROCHA

81 A Bandeira Nacional: análises dos significados e projeções de sentidos
LUCIANA BERNARDINELLO
CAMILA SANTANA MASCARENHAS

100 200 anos de independência: música e resistência popular na história brasileira
MARIA ONETE LOPES FERREIRA

118 Ler o mundo, reescrever a realidade: movimento de cultura popular, campanha de Angicos e o sentido nacional-popular
HELTON MESSINI DA COSTA

136 Educação sob ataque: 200 anos de independência e a educação em tempos difíceis
DIEGO FONSECA DANTAS

154 Manifesto à Nação da Frente Parlamentar Evangélica: disputa pela formação de intelectuais e a construção da nação
HEBERT COSTA DE ABREU
REGINALDO SCHEUERMAMM COSTA
TERESA ROCHA DE MARINS

173 SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

APRESENTAÇÃO

O REVERSO DA HISTÓRIA DO BRASIL: PROJETOS SOCIAIS EM DISPUTA

Anita Helena Schlesener

O livro que aqui apresentamos tem o propósito de questionar a História oficial da Independência do Brasil num momento de ascensão mundial de movimentos reacionários que demonstram as profundas chagas abertas no processo civilizatório ocidental. Uma conjuntura que alia crise econômica e política com a retomada de preconceitos e valores já superados em situação de guerra cultural, abrindo as condições de ascensão do neofascismo e ampliando a subalternidade ao capital internacional, cujo objetivo se expressa na retomada da colonização para saquear recursos naturais.

A reordenação econômica implementada com fundamento no ideário neoliberal engendrou uma expansão sem precedentes do capitalismo, que se beneficiou do contágio pandêmico para se reorganizar e ampliar as formas corporativas de expropriação da força de trabalho, agora precarizado e uberizado. Aliada ao retorno à luz dos preconceitos mais nefastos e da intolerância política, esta reordenação da economia se funda numa lógica normativa ideológica retrógrada e superada que criou visões de mundo anacrônicas, impostas por uma repressão silenciosa que exclui o diferente.

A trágica situação que vivemos no Brasil no momento das comemorações dos 200 anos da independência de Portugal, proclamada pelo então Príncipe regente, que se autonominou Imperador do Brasil, motivou a presente publicação que traz uma crítica contundente à leitura da História brasileira da perspectiva das classes dominantes. Uma publicação extremamente relevante num momento em que temos um governo — derrotado nas urnas, mas por pequena margem — que afronta a própria Constituição com suas pretensões ditatoriais, que incentiva a população a cultuar a morte e a violência, que demonstra seu desprezo pela população pobre

do país (com a destruição das políticas sociais e dos direitos constitucionais), numa estratégia mistificadora que nega, na prática, tudo o que sustenta em teoria.

Nada mais urgente do que recuperar a memória histórica, que redime o passado e nos coloca diante de uma imagem diversa do tempo, contrapondo à linearidade expressa na História oficial a luta de classes, que se exprime no cotidiano dos setores populares e se traduz no confronto de projetos sociais em disputa, a fim de mostrar que a crise moderna do capitalismo só pode ser resolvida pela coragem combatente das classes expropriadas.

Precisamos retomar as lições de *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, escrito de Marx de tremenda atualidade, na compreensão de que o passado está aí, na nossa memória, assombrando como um fantasma, oprimindo como um pesadelo o cérebro dos vivos e que só pode ser superado no movimento da luta de classes. A tragédia se apresenta como expressão das contradições históricas que eclodem num momento de tensão, cujo limite é a explosão do conflito. A comédia exemplifica a tentativa de retorno ao retrógrado dentro de um processo novo, que já não suporta valores ultrapassados num presente já modificado, de modo que os personagens que não identificam este processo se apresentam como grotescos e ridículos.

O livro que ora apresentamos parte destes pressupostos para acentuar a necessidade de retomarmos historiadores críticos que enfatizam a disputa entre dois projetos de sociedade que perpassa a escrita de nossa História. Cabe lembrar Florestan Fernandes, Gilberto Freire, Celso Furtado, aliados ao grande pedagogo brasileiro Paulo Freire, a Dermeval Saviani e aos escritos de Gramsci — e outros autores críticos de grande relevância para a compreensão de nossa História.

Um livro que nos convida a refletir sobre o significado da Independência do Brasil no contexto das conquistas da Coroa portuguesa e do colonialismo, base de expansão do capitalismo na senda da exploração de matérias primas e da força de trabalho; de como, neste contexto, se formou a burguesia brasileira, sempre servil aos interesses do capitalismo internacional; como as mudanças reivindicadas pela população trabalhadora e negra se fizeram "pelo alto", a fim de manter o controle social nas mãos das classes dominantes; desta perspectiva, como grandes lutas populares foram sufocadas e distorcidas em suas narrativas e como se construiu uma ideia de nação subserviente, cujos valores mais conservadores nada dizem aos povos autóctones e aos trabalhadores vindos da África ou do continente europeu; enfim, como esta História teve seus desdobramentos na História da Educação e na formação das classes populares.

Basta, por agora, reafirmar a importante contribuição que este livro oferece para uma leitura crítica da História da Independência do Brasil, sem esquecer ainda que a leitura atenta deste livro pode contribuir para a renovação do processo educativo e de formação das classes populares. A todos, uma boa leitura.

INTRODUÇÃO

REPENSAR A QUESTÃO NACIONAL EM UM CONTEXTO DE GRANDES TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS

Rodrigo Lima Ribeiro Gomes
Maria Onete Lopes Ferreira
Diego Chabalgoity

A situação no mundo está mudando rapidamente e os contornos de uma ordem mundial multipolar estão ganhando forma. Um número crescente de países e povos estão escolhendo um caminho de desenvolvimento livre e soberano, baseado nas suas próprias identidades, tradições e valores. As elites globalistas ocidentais vêm se opondo a esses processos objetivos, provocando caos, produzindo conflitos novos e renovando os mais antigos, e promovendo as chamadas "políticas de contenção", que, de fato, significam a subversão de quaisquer alternativas de desenvolvimento soberano. Além disso, elas estão fazendo tudo o que podem para manter a hegemonia e o poder que está escorregando de suas mãos; elas estão tentando manter países e povos sob seu controle, no que é, essencialmente, uma ordem neocolonial. Sua hegemonia significa estagnação para o resto do mundo e para a civilização inteira; significa obscurantismo, cancelamento de culturas, e totalitarismo neoliberal.

[**VLADIMIR PUTIN**, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO RUSSA[1]]

A coletânea que ora apresentamos ao público é fruto de pesquisas de professores e estudantes de pós-graduação ligados ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE), situado na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (FEUFF). Nossa proposta com este livro é contribuir para as reflexões acerca deste importante momento da história brasileira a partir das áreas

1. Em discurso endereçado aos participantes da 10ª Conferência de Moscou sobre Segurança Internacional, em 16 de agosto de 2022. Disponível em: http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/69166. Data de acesso: 18 de agosto de 2022. Tradução livre do inglês.

que sustentam as preocupações centrais dos integrantes do nosso núcleo, em diálogo com outras áreas das Ciências Humanas, como a História, a Sociologia e as Artes.

As palavras de Putin, que abrem esta Introdução, para além de qualquer juízo de valor sobre a presente guerra, são bastante ilustrativas do contexto que estamos vivenciando no nível global das relações entre os países, marcadas por uma mudança "tectônica" na geopolítica mundial, o que significa oportunidades e riscos ao nosso país.

No ano do bicentenário da Independência do Brasil, quando se inicia a constituição do nosso país como um Estado-nacional, vivemos num momento histórico em que a questão nacional se coloca novamente de modo dramático. O fim da URSS parecia anunciar, aos olhos dos dominantes, um mundo que passaria a caminhar unido, "globalizado", no qual as barreiras nacionais seriam enfraquecidas e os Estados nacionais perderiam relevância (HARDT; NEGRI, 2001). Chegou-se mesmo a anunciar o "fim da História" (FUKUYAMA, 1992).

A visão otimista foi contrastada pela permanência das guerras e pelo recrudescimento da violência e da miséria em várias partes do mundo. A tão celebrada "globalização" produziu um mundo de concentração inaudita de riqueza, beneficiando um número pequeno de nações — justamente aquelas que mantiveram clareza quanto a objetivos nacionais, como a China (JABBOUR, 2020) —, e mesmo abrindo um abismo social dentro dos países, inclusive aqueles do centro do capitalismo (PIKETTY, 2014).

O aclamado "livre-comércio", ao qual a ideologia da globalização atribuía (e atribui) a tarefa de enriquecer as nações, contribuiu para esse aprofundamento das desigualdades na medida em que — mesmo ampliando as capacidades produtivas humanas a partir da expansão das chamadas "cadeias globais de valor" — acelerou o desmantelamento de cadeias produtivas locais, incentivou a precarização das relações de trabalho (porque globalizou a competição entre desiguais) e forçou a "reprimarização" de economias outrora industrializadas, como a brasileira (LEUTWILER, 2016).

Esse processo beneficiou os países ou regiões que concentram o conhecimento técnico-científico produtivo, aprofundando uma divisão internacional do trabalho que consolida a posição de fornecedor de mercadorias e serviços de baixo valor agregado para a maioria, a qual não participa do desenvolvimento tecnológico de ponta. Países ou regiões que lideram a "economia do conhecimento" desenvolvem um sistema produtivo mais complexo, que concentra os empregos mais bem remunerados nas indústrias da fronteira tecnológica e nos setores de serviços mais sofisticados (GALA, 2017; UNGER, 2018).

A quebra das cadeias produtivas locais gera alto desemprego num contexto de recuo do chamado "Estado de Bem-Estar Social", resultado de um avanço prático e ideológico do neoliberalismo que, irmanado à globalização, promove o discurso do "Estado Mínimo" que retira as garantias e seguranças dos direitos sociais. Os Estados-Nacionais também são esvaziados de suas capacidades de planejamento e mesmo de "empreendimento" (MAZZUCATO, 2020) que, conforme preconiza a ideologia dominante nas últimas três décadas, deixa questões como investimento e geração de emprego e renda nas mãos do dito "mercado" — o que se expressou também em grandes processos de privatização.

Pode-se observar que as políticas de *laissez-faire* sugeridas por países desenvolvidos - através de instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial - e largamente recomendadas aos países ditos "em desenvolvimento", foram pouco aplicadas nos Estados que davam tais sugestões. Por outro lado, os países do chamado "Sul Global" eram instados a desarmar a capacidade de intervenção do Estado, os países capitalistas ocidentais — e alguns asiáticos, como China, Coreia do Sul e Singapura — continuaram investindo grandes montas de recursos públicos em desenvolvimento científico e tecnológico, levando seu setor industrial aos níveis mais elevados e criando um abismo em relação àqueles que aderiram fielmente ao "consenso de Washington" (GALA, RONCAGLIA, 2020; LIMA, 2017; JABBOUR, 2020).

Todo esse impulso descrito até aqui foi conduzido pela direção econômica e militar dos Estados Unidos que, ao mesmo tempo em que é a principal liderança nos órgãos internacionais, opera como uma espécie de "polícia global", atuando principalmente em regiões ricas em matérias-primas (FIORI, 2004). Contudo, a ascensão econômica da China, bem como a crise econômica global iniciada em 2008 nos próprios EUA (WOLFF, 2016), põem em xeque a hegemonia estadunidense, que vem perdendo a capacidade de afirmar sua supremacia como potência militar — embora seja, de longe, o país com o maior orçamento na área (MARTYANOV, 2018). Nesse contexto, a década de 2010 observou enormes instabilidades, que se expressaram — e continuam se expressando — em "primaveras", "revoluções coloridas", golpes de Estado abertos e guerras, sobretudo na África e na Eurásia (MONIZ BANDEIRA, 2013; 2016).

Na condição de país que aderiu fortemente às teses neoliberais o Brasil se fragilizou sobremaneira, o que, no que nos interessa mais nesse livro, se expressou como perda de soberania nacional e, portanto, também de "independência", de autonomia para conduzir o país conforme as vontades pactuadas pela população,

através dos meios democráticos. Algumas das consequências políticas consistem no enfraquecimento da democracia — consolidado com o golpe de 2016 —, na desconfiança da população em relação aos seus representantes eleitos e no crescimento de sentimentos antidemocráticos (DEMIER, HOEVELER, 2016; SINGER, 2018).

A questão nacional, assim, se torna central neste ducentésimo ano do Brasil como país independente, se impondo a partir de uma bifurcação: ou bem os grupos sociais mais expressivos na arena política conseguem pactuar um consenso capaz de apontar para uma solução democrática e progressiva que possibilite a retomada do papel organizador do Estado, do desenvolvimento sustentável e gerador de emprego e renda para o povo trabalhador e do protagonismo internacional do Brasil; ou corremos o risco de degenerar, enquanto país, para formas regressivas de autoritarismo político, reacionarismo social e subalternidade no âmbito global.

Essencialmente, pretendemos trazer para o debate o lugar do popular ou o protagonismo do povo na construção desse tempo histórico pretérito. Olhar para o Brasil desde a perspectiva da resistência, da cultura e da arte popular, a nosso ver, ajuda na condução do debate acerca da reconstrução do país, notadamente após a vitória nas urnas, em 30 se outubro de 2022, de Lula da Silva sobre o projeto de extrema direita acornado na candidatura à reeleição de Bolsonaro.

No capítulo intitulado "200 anos de 'Independência': interditando a formação 'nacional-popular' do Brasil", Giovanni Semeraro e Ana Lole desenvolvem um ensaio interpretativo de "longa duração" acerca da constituição do país, acentuando os limites de uma "independência" restrita, que redundou na geração de um país subalterno em âmbito internacional e injusto internamente. As características dessa formação, que tem nas consequências da escravidão algumas de suas marcas mais perversas, apontam para a construção de uma nacionalidade que busca manter sob controle, ou mesmo excluído, qualquer elemento do popular. Como perspectiva estratégica, o ensaio conclui com a apresentação do conceito de "nacional-popular" em Antonio Gramsci como referência para uma práxis política que busque superar o atual estado de coisas no Brasil.

Também apresentando um ensaio histórico interpretativo de grande amplitude temporal, tendo a referência teórica de Florestan Fernandes, Maycon de Almeida, no capítulo "Descolonização, revolução nacional e socialismo", foca na especificidade do desenvolvimento capitalista brasileiro, acentuando seu caráter dependente do ponto de vista externo, que se manifesta com formas de exploração acentuadas sobre a classe trabalhadora - que vive em condições sociais de precariedade

permanente. Como consequência das particularidades da colonização e da escravidão, a sociedade brasileira teria como marca, além da exploração inaudita sobre o trabalho, o autoritarismo e o racismo, que se desdobram como formas violentas de domínio político. O autor, então, com base em Florestan, sugere a atualidade da defesa do socialismo feita pelo sociólogo militante brasileiro.

Mário Luiz de Souza, no capítulo "Hegemonia e questão racial", trabalha com o conceito gramsciano de hegemonia para procurar entender como, principalmente a partir da instauração da República no Brasil, o racismo foi se constituindo como um elemento específico de construção do poder das classes dominantes no país. Esse processo se deu pelo trabalho dos intelectuais que, desde as teorias do "branqueamento" da sociedade brasileira de fins do século XIX, operaram pela construção de uma imagem de que a população não-branca seria um "entrave" ao "progresso", devendo, portanto, ser combatida, marginalizada, encarcerada. Assim sendo, procurou-se construir um "consenso" entre as elites econômicas, intelectuais, políticas etc. baseado no suposto caráter "científico" das "teorias" racistas, que forneciam, conforme Gramsci, uma "couraça" ideológica para justificar a utilização de um tipo de dominação assentado, sobretudo, na violência e na exploração.

No capítulo "Independência? A face das instituições da sociedade civil no Brasil contemporâneo", Mônica Rocha procura localizar os constrangimentos existentes ao desenvolvimento de um país realmente independente a partir da análise da sociedade civil brasileira, em perspectiva gramsciana. A partir de uma discussão teórica acerca do conceito de sociedade civil desde a aurora do liberalismo político, com o pensamento contratualista, até os últimos desenvolvimentos contemporâneos do debate acerca do conceito, a autora analisa o modo como as entidades da sociedade civil burguesa se organizam para operar um consenso ao redor da noção de "voluntariado", que mobiliza uma força de trabalho precarizada a partir de valores que, na prática, representam a defesa da redução do caráter público dos serviços, tal como preconizado por organismos internacionais que receitam as políticas neoliberais aos países subalternos, como o nosso.

Luciana Bernardinello e Camila Mascarenhas, no capítulo "A Bandeira Nacional: análises dos significados e projeções de sentidos", analisam os sentidos históricos e atuais de um grande símbolo pátrio, a Bandeira Nacional, relacionando-os às diversas visões de país ao longo do período republicano, sobretudo com uma perspectiva estética e artística. Com foco nos significados atribuídos à questão da identidade nacional, as autoras trabalham as disputas históricas que ocorreram ao

redor deste símbolo, tanto nas vanguardas artísticas, quanto nos diversos movimentos ideológicos e políticos, até chegarem à análise dos dias atuais, quando da sua apropriação pela extrema-direita, sobretudo a partir de 2013. As autoras concluem propondo a construção de uma identidade nacional a contrapelo, tal como proposta por Walter Benjamin.

Também trabalhando a partir do enfoque artístico, especialmente nas expressões musicais, Onete Lopes, no capítulo "200 anos de independência: a música e a resistência popular também fizeram a história brasileira", traça um histórico da criação e do desenvolvimento da música popular brasileira como um elemento de resistência popular às dificuldades enfrentadas pelo povo trabalhador. Diferindo mesmo dos símbolos musicais pátrios, como o Hino Nacional (que seria um produto das elites para expressar uma ideia de nação conforme os interesses dos grupos dominantes), as músicas populares, como o choro e o samba, exprimiram os anseios de negros e mestiços, sendo, posteriormente, também absorvidos por setores médios — em geral, brancos. Com isso, a música popular brasileira se configura como um dos elementos centrais para a construção de uma identidade nacional-popular.

No capítulo "Ler o mundo, reescrever a realidade: movimento de cultura popular, campanha de Angicos e o sentido nacional-popular", Helton da Costa parte de uma discussão teórica acerca do conceito de nacional-popular de Antonio Gramsci para interpretar a *práxis* educativa do Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife (1958-1964) e de Paulo Freire — um dos fundadores do movimento —, a partir da ação de alfabetização de Angicos (1963). Comparando essas experiências com as atuais propostas educacionais, como a BNCC e as escolas cívico-militares, o autor conclui que uma perspectiva educativa que se proponha efetivamente nacional e soberana tem muito mais condições de se mostrar efetiva a partir das lições dos educadores populares dos anos de 1960 do que com as referências atuais que orientam as políticas presentes em educação.

Focando nas políticas educacionais contemporâneas, Diego Dantas, no capítulo "A Educação sob ataque: a educação brasileira em tempos difíceis", aborda a constituição, os componentes e as ações do Movimento Escola Sem Partido, que obteve bastante destaque nos últimos anos em nosso país e, inclusive, incidência sobre os governos de direita posteriores ao golpe de 2016. Localizando o movimento num contexto de barbárie apresentado pelo atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, o autor afirma a necessidade de se realizar, em diversos níveis, a disputa ideológica contra grupos conservadores (como o "Escola sem Partido"), com o

intuído de construir, em nosso país, uma vontade coletiva nacional-popular - nos termos de Gramsci, promotora da emancipação do povo trabalhador no Brasil.

Como essas intervenções, procuramos constituir um conjunto de referências que se traduzam em reflexões, mas também em consequências práticas, no sentido da alteração da relação de forças no Brasil que aponte para uma condição nacional de verdadeira independência. Como, neste livro, partimos do entendimento de Ariano Suassuna (2008) de que "só é nacional o que é popular ou aquilo que se liga ao popular", concluímos que a independência brasileira ainda é um objetivo a ser alcançado a partir do protagonismo das classes populares do nosso país.

REFERÊNCIAS

DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. (orgs.). *A onda conservadora*: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

FIORI, José Luiz. *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GALA, Paulo. *Complexidade econômica*: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

GALA, Paulo; RONCAGLIA, André. *Brasil, uma economia que não aprende*: novas perspectivas para entender nosso fracasso. São Paulo: Edição do autor, 2020.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. 4 vols. 3ª edição. Torino: Einaudi, 2007.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JABBOUR, Elias. China: *Socialismo e Desenvolvimento — Sete décadas depois*. 2ª reimpressão. São Paulo: Anita Garibaldi/Fundação Maurício Grabois, 2020.

LEUTWILER, Júlio Fernandes do Prado. *Reprimarização da pauta de exportação e a atual inserção internacional brasileira (2000-2014)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências. da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" — UNESP. Marília, 2016.

LIMA, Uallace Moreira. *O debate sobre o processo de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul*: uma linha alternativa de interpretação. Economia e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 3 (61), p. 585-631, dez. 2017.

MARTYANOV, Andrei. *Losing military supremacy*. The myopia of American strategic planning. Atlanta, GA: Clarity Press, Inc., 2018.

MAZZUCATO, Mariana. *O Estado empreendedor*: desmascarando o mito do setor público vs setor privado. 3ª reimpressão. São Paulo: Portfólio/Penguin, 2020.

MONIZ BANDEIRA, Luiz. Alberto. *A desordem mundial*: espectro da dominação total (guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MONIZ BANDEIRA, Luiz. Alberto. *A Segunda Guerra Fria*: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos (das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SINGER, André. Introdução: do sonho rooseveltiano ao pesadelo golpista. In: André Singer. *O lulismo em crise*: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SUASSUNA, Ariano. Entrevista a Fábio Palácio de Azevedo. Blog do Renato. Disponível em: https://renatorabelo.blog.br/2014/07/25/ariano-suassuna-cultura-popular-e-resistencia-nacional. Data de acesso: 15 de julho de 2022. Entrevista realizada em 29 de outubro de 2008.

UNGER, Roberto Mangabeira. *A economia do conhecimento*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

WOLFF, Richard. *Capitalism's crisis deepens*. Essays on the global economic meltdown (2010-2014). Chicago, IL: Haymarket Books, 2016.

200 ANOS DE "INDEPENDÊNCIA" INTERDITANDO A FORMAÇÃO "NACIONAL-POPULAR" DO BRASIL

Giovanni Semeraro
Ana Lole

O conceito de nação na modernidade e as suas contradições

Ao abordar os 200 anos que se passaram desde a proclamação da Independência do Brasil (1822-2022), não se pode prescindir do contexto histórico e da concepção de nação delineada na modernidade. Entre as mais diversas teorias e conotações formuladas nesse período, consideramos a ideia de "nação independente" como a constituição de um corpo social e político com peculiaridade e configuração próprias, situado dentro de um território específico, articulado por um conjunto de instituições e atividades econômicas e culturais, unificado pelo sentimento de pertencimento a uma identidade coletiva, pela adoção de uma língua comum, a repartição dos bens fundamentais e a instauração de direitos e deveres.

Assim sendo, uma nação torna-se independente pela realização de uma unidade construída no decorrer do tempo com a constituição e a "continuidade de um sujeito" coletivo (Balibar, 1996, p. 117) que confere "comunidade de destino" a seus integrantes, livres para expressarem a sua vontade e criarem os meios necessários a fim de determinarem as formas de organização em sociedade. Esta concepção de nação emerge, substancialmente, na história moderna e se configura particularmente na promulgação das Constituições derivadas da Revolução Americana de 1776 e da Revolução Francesa de 1789, movimentos políticos impactantes que, ao se insurgirem contra os velhos regimes e o absolutismo, acabaram irradiando mundialmente os princípios da liberdade e da igualdade entre os homens, a autonomia dos povos, a universalização dos direitos fundamentais, o respeito às diferenças

e às minorias, a instauração de uma Constituição e de instituições democráticas voltadas a socializar os indivíduos como membros de um Estado nacional.

No entanto, este sistema basicamente estruturado e apropriado pela burguesia, sob a batuta do capital, não tardou a revelar que a proclamação dos direitos universais e o seu modelo de democracia resultaram em "promessas não cumpridas" (Bobbio, 1989, p. 10) para a maioria da população. Na prática, ficou cada vez mais evidente que a ideologia da "nação" independente e a religião da "pátria" propagadas pela burguesia serviam para garantir a propriedade privada sem limites, o protecionismo para seus negócios, o ocultamento das desigualdades e dos conflitos de classe, a configuração do Estado como aparelho para administrar a ordem e controlar revoltas e ameaças.

A estrutura fundamental engendrada pela burguesia no mundo moderno significa, de fato, acumulação de riquezas e poder nas mãos de uma minoria por meio da proletarização da força-trabalho e da marginalização das massas. A nação, portanto, consoante com este projeto, propala liberdade e igualdade teóricas e produz servidão e desigualdade práticas em grande escala. Hoje, como nunca, torna-se cada vez mais nítido que a nação fundada sobre a divisão de classe e as contradições inconciliáveis introduzidas pelo capitalismo implementa uma democracia de fachada e constrói uma unidade nacional de caráter formal e fictícia.

Ao desmontar a inconsistência das teorias contratualistas e desvelar a atomização da sociedade burguesa, Hegel já havia percebido as contradições subjacentes à concepção de nação moderna. Contra a centralidade e a autossuficiência do indivíduo moderno, Hegel apontou, ainda que de forma ideal, para a dialética do reconhecimento, para a "eticidade" do ser social e a construção de um Estado como "comunidade de cidadãos livres" (Hegel, 1996, pp.73-81). Mas será Marx a abrir o caminho para que, da identidade do "povo da constituição" elaborada pelo alto por uma elite de "iluminados", se passasse para "a constituição do povo", ou seja, para a elaboração da constituição derivada de uma sociedade efetivamente democrática protagonizada pelo povo trabalhador, organizado politicamente e reconhecido legítimo titular do poder soberano. Assim, indo além de Hegel e da noção genérica de "povo" e de "vontade geral" de Rousseau, Marx aponta que a construção de nações independentes e solidárias só seria possível com a superação da divisão de classe e do capitalismo.

De fato, também, nas relações internacionais, a ideologia capitalista de nação burguesa apresenta formalmente a universalização de Estados soberanos, mas, na

prática, estabelece mecanismos de dependência entre centro e periferia, uma vez que constitui um poder central em torno do qual gravitam de forma subordinada a maioria dos Estados, minando a possibilidade destes se tornarem efetivamente nações livres (Lenin, 2008). Mesmo assim, contra todos os entraves postos pelo persistente sistema imperial, o movimento de lutas pela independência dos colonizados, que se alastrou pelo mundo ao longo dos séculos XIX e XX, com levantes em todos os continentes, além de assimilar aportes do Iluminismo e das revoluções liberais, se inspirou em outras concepções políticas e culturais. Na América Latina, a Revolução Haitiana (1791-1804), as guerras de independência na América espanhola (1808-1929), a difusão das ideias marxistas e a irradiação da Revolução Russa (1917), por exemplo, se tornaram combustível na mobilização das colônias para se livrar dos grilhões da dependência e delinear outras configurações de nação na reordenação econômica e no mapa geopolítico mundial.

O sentido predominante de independência e de nação no Brasil

A proclamação da Independência do Brasil e a evolução do seu processo ao longo desses dois séculos acontece nesse contexto. Portanto, não se pode deixar de considerar que a apropriação do território que passa a se chamar Brasil ocorreu no âmbito da expansão ultramar da Coroa portuguesa, da estruturação burguesa das nações modernas e da globalização do capitalismo. Desta forma, o sistema econômico e a organização social e política aqui implantados foram determinados, essencialmente, pelas potências ocidentais que esquadrinhavam o mapa mundial e se engrandeciam com a "acumulação primitiva" (Marx, 2003, p.825ss). Assimilado neste mapa, o Brasil foi construído sobre uma longa história de usurpação e predação do território, sobre o extermínio dos povos originários e o tráfico de negros arrancados de suas raízes, dizimados e subjugados com todo tipo de atrocidades. O formato, portanto, de "Estado" e "nação independente" instaurados no Brasil teve sua origem na violência e foi plasmado pela condição de colônia.

Assim, em 7 de setembro de 1822, quando o príncipe herdeiro D. Pedro I proclamou a Independência, considerada, oficialmente, o ato fundador da nação brasileira, na verdade foi sancionada a autoridade imperial e a inserção subordinada do Brasil na

ordem mundial. A própria manifestação peculiar do evento expressa nitidamente esta posição. De fato, diferentemente das revoluções e das insurgências que ocorreram em diversos países e nos outros territórios latino-americanos, no Brasil a "Independência" foi uma iniciativa vinda do alto, emanada por um monarca que não alterou a estrutura estamental do poder e a dependência colonial; ao contrário, se prodigou em reproduzir nos trópicos os moldes de uma decadente Europa feudal que estava sendo sacudida pelos ventos das revoluções liberais.

Preocupada com as ebulições que fermentavam no território, tal como o movimento que culminou na "Independência da Bahia" (02/1822-07/1823), a Corte do Rio resolveu assumir a bandeira da independência em relação à Corte de Lisboa, mas lhe conferiu um significado peculiar. À sombra da ordem mundial centralizada na Europa, a transação da Independência do Brasil resultou, essencialmente, de um acordo pago ao custo de uma elevada indenização à Inglaterra e da submissão às suas regras comerciais até início do século XX, quando os Estados Unidos implementaram a vassalagem em toda a América Latina com a Doutrina Monroe (1823) e prosseguiram a dolorosa história de "saque e dos mecanismos de expropriação" (Galeano, 2021, p. 16).

É preciso ressaltar que a prolongada manutenção da monarquia constitucional absolutista no Brasil agradava não só às exigências da Metrópole, mas atendia também aos interesses dos altos funcionários, à "elite" nativa e à poderosa classe latifundiária que visavam impedir o "trauma" da Revolução do Haiti, as guerras sangrentas nas colônias espanholas e as insurgências de indígenas, negros e segmentos populares. Desta forma, a "Independência" no Brasil preservou o ordenamento de um Reino vindo de exterior (as imensas propriedades rurais e o escravismo) e foi administrada por gestores que instauraram um Estado "nacional" de oligarquias que se firmaram sobre uma economia agroexportadora atrasada com acentuada exploração do trabalho, discriminação racial e repressão social.

A própria tardia Abolição da escravatura, em 1888, não significou a libertação e emancipação dos escravos, mas o abandono deles à própria sorte e o remanejamento da sua condição dentro de mecanismos de exploração ainda mais desumanos. Distanciando-se das posições emancipadoras de figuras como J. Bonifácio, J. Nabuco, J. do Patrocínio, A. Rebouças, L. Gama, a maioria da burguesia brasileira se manteve servil às potências do Norte e se especializou em implementar, com todos os meios, o sistema de dependência imposto pelo capitalismo aos países periféricos. Foi através dessa engenharia reacionária e funesta que veio se plasmando a

configuração básica de um país estruturado como "Casa-grande & Senzala" (Freyre, 2003), "um Brasil oficial e um Brasil real", configurando as duas faces de uma nação esquizofrênica: a exibida "para inglês ver" e a dolorosa realidade de grande parte da população, que caracterizam até hoje a história desse país, onde tudo pode ser mudado, menos a sua condição de "associado e dependente".

Esta condição, cravada desde os primórdios da "conquista" e perpetuada ao longo das diversas fases históricas não é substancialmente modificada com a proclamação da Independência, mas se estende ininterruptamente desde o golpe de 1823, quando D. Pedro I dissolve a Constituinte para impor a sua Carta Constitucional, omitindo completamente a referência à escravidão. Abdica em 1831, deixa o país nas mãos da tutoria e, em 1840, com a maioridade do adolescente D. Pedro II, é inaugurado o II Reinado. Com o fim do Império, a "nação" plasmada pela monarquia é reconfigurada com a instauração da "República", proclamada em 15 de novembro de 1889, diante de um público que "assistiu bestializado" (conforme a célebre expressão de Aristides Lobo) a um ato instituído novamente pelo alto por uma revolta de um grupo de militares positivistas que lançavam as bases de uma casta dedicada à manutenção dos seus privilégios, obediente aos mandos de forças estrangeiras e a serviço do sistema senhorial das elites com a instauração de sucessivos golpes.

Deste modo, formalmente independente, o Brasil continua até hoje subalterno às grandes potências e se mantém na condição de ator periférico no sistema-mundo, aceitando o papel de exportador de produtos primários e de importador dos avanços tecnológicos, científicos e industriais. Ao longo dos períodos da Colônia, do Império e das Repúblicas Velha e Nova, com diversas variações e roupagens, o modelo "casa-grande e senzala" continuou a se reproduzir (hoje, mais do que visível na configuração das cidades e na subjugação sistêmica de negros, índios e pobres), enquanto repete-se a pregação de "país do futuro" — sempre adiado, porque, como observa Millôr Fernandes, "O Brasil tem um enorme passado pela frente".

Em uma anotação de 1930, com uma sucinta referência à América Latina e ao Brasil, Gramsci menciona o atraso e o latifúndio das oligarquias que marcam "a civilização espanhola e portuguesa dos séculos XVI e XVII, caracterizada pela Contrarreforma e pelo militarismo parasitário. As cristalizações resistentes ainda hoje nestes países são o clero e uma casta militar, duas categorias de intelectuais

tradicionais fossilizadas na forma da metrópole europeia" (Q 12, §1, pp.1528-1529)[1]. Um século depois, este retrato, no qual Gramsci inclui também "a Maçonaria e o tipo de organização cultural como a 'Igreja positivista'" (Q 12, §1, pp.1528-1529), resta basicamente atual conforme mostram as poderosas bancadas "do Boi, da Bala e da Bíblia" que dominam o Parlamento e determinam as sortes do país. Um padrão que, mesmo nas fases de modernização que ocorreram, vem sendo mantido a ferro e fogo, com uma sequência de ditaduras e de golpes "institucionais" para desbaratar continuamente movimentos populares e reprimir qualquer sinal que possa sugerir alguma mudança — como acontecido recentemente, em 2016, com o golpe do *impeachment* que destituiu a presidenta D. Rousseff.

Ao longo deste extenso período, no qual se manteve inalterada a condição de dependência do país ao capital internacional, a imagem de nação foi confeccionada pelo alto, plasmada por uma "elite iluminada", garantida pelas Forças Armadas, sacramentada pela "missão divina" de igrejas dedicadas a "pastorear" o povo. Foram assim difundidos os estereótipos de "país pacífico", de convivência fraterna das classes, de "pátria amada" e "abençoada", de "povo ordeiro" e "índole benigna", festivo, afetuoso e laborioso — todas imagens retratadas em iconografias de episódios simbólicos e alegorias visuais de uma mitologia originária que formam o repertório de narrativas, monumentos, nomes de ruas e museus oficiais, visíveis, por exemplo, nos quadros "A 1ª missa" (V. Meirelles), retrato de uma nação fundada no direito divino e hereditário, por um grupo de poderosos civilizados cercados por uma população dócil e atrasada; "O grito do Ipiranga" de 7/9/1822 (P. Américo), "heroísmo" do abdicador; "A batalha dos Guararapes" (19/04/1648 a 19/02/1649) (V. Meirelles), evento indevidamente apropriado como criação do Exército Brasileiro e "Berço da Nacionalidade" (Ordem do dia de 19/04/2022); "A guerra do Paraguai" (P. Américo), a vergonha de uma guerra enormemente desproporcional entre as forças em conflito, que levou ao massacre dos negros e pobres e ao quase extermínio da população de um país debilitado, sendo que os "voluntários da pátria", depois da guerra, voltaram à condição de servidão.

1. GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*, a cura di V. Gerratana. 4 vols. Torino: Einaudi, 1975. No corpo do texto, esta obra é citada com o símbolo Q, seguido pelo número do caderno, pelo número do parágrafo e da página da edição italiana, dados que permitem a localização na edição brasileira.

Paradoxalmente, em um país de dimensões continentais, caracterizado por imensas riquezas e grande heterogeneidade social, histórica, racial, cultural, étnica, religiosa, os duzentos anos de "independência" foram reduzidos essencialmente aos interesses de uma restrita "comunidade dos senhores" (Losurdo, 2005), que geraram uma "nação" profundamente dilacerada: um dos países mais violentos e desiguais do mundo, marcado por um racismo estrutural, por gritantes injustiças, por dispositivos de segregação e uma cultura de discriminação.

Mesmo quando o Brasil foi obrigado a abolir, tardia e formalmente, o instituto brutal da escravidão e teve que se adaptar às mudanças impostas pela história, o sistema "senhorial" de sociedade não foi extirpado, mas se mimetizou instaurando camaleônicas relações de boa vizinhança entre as classes, camuflando as contradições sociais, promovendo hipócritas tratos amigáveis entre patrão e empregado, driblando com "jeitinho" e "malandragem" as desigualdades e os conflitos, adubando um terreno que as religiões, tão prósperas no Brasil, sabem muito bem explorar. Sem conseguir apagar a mancha vergonhosa da escravidão com o "esquecimento oficial" (em 1890, R. Barbosa manda queimar todos os documentos da escravidão) e com as políticas de embranquecimento de imigração, a classe dominante criou o discurso de que no Brasil o racismo não existe e que, afinal de contas, a escravidão foi uma condição branda e benévola para desvalidos e incapazes.

Retrato sem disfarce da independência e da "nação" brasileira

Ainda que se manipulem os fatos, se mistifiquem as imagens e se disfarcem as injustiças sociais, na Proclamação da Independência e na feitura da nação brasileira, na verdade não há um glorioso mito originário de referência nem uma história civilizacional da qual o *patri*monialismo do "senhorio" aqui instalado possa se orgulhar. Além de se enriquecer associando-se à pilhagem da pirataria internacional, a maior proeza da nossa "elite" tem sido agregar, com algumas benesses, uma parcela estratégica da classe média e interditar sistematicamente a emancipação de grande parte da população promovendo uma guerra contínua contra o "inimigo interno", sufocando as revoltas populares, reprimindo as "classes perigosas" e impedindo a socialização dos bens públicos, a democratização efetiva e a formação de um Estado de caráter nacional-popular.

Quem não quiser reconhecer os inúmeros estudos e estatísticas sobre essa desconcertante realidade, bastaria abrir os olhos para ver a imensa massa de expropriados, os denominados "SEM": sem terra, sem teto, sem alimentação, sem saúde, sem amparo social, sem segurança, sem trabalho, sem transporte decente, sem educação digna, sem direitos básicos, sem palavra, sem poder de decisão, sem perspectivas de futuro, sem visibilidade, sem participação efetiva em um projeto nacional democrático; o imenso "vulgo sem nome", entregue ao desprezo, à caridade e às estúpidas distrações da mídia corporativa. Passados, portanto, 200 anos da proclamação da independência, o que veio a se constituir no Brasil foi uma forma de "nação" para uma restrita classe social, sempre pronta a recorrer à violência quando percebe ameaças ao seu *status* e dedicada a encobrir com máscaras sentimentais a escandalosa concentração e iniquidade social que leva o Brasil, celeiro do mundo, a largar metade da sua população na fome e na insegurança alimentar e a figurar com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,755 na 75ª posição entre as nações.

Embora tenham ocorrido a modernização da ponta da pirâmide e alguns avanços desde a proclamação da independência, por trás das narrativas oficiais, da retórica nacionalista e do malévolo revisionismo da história que chama de "revolução democrática" a brutal ditadura de 1964-1985, o país fantasiado pelas classes abastadas, colonizadas pela cultura do dominador e pavoneadas com distintivos de grandeza que não têm, continua dependente e saqueado, como mostra à exaustão a "teoria da dependência", tão brilhantemente elaborada por audaciosos estudiosos brasileiros (Marini, 1990; Santos, 2002), que desmascaram os mecanismos astuciosos na "divisão internacional do trabalho" (Furtado, 2003) e a ilusão da independência e do desenvolvimento enquanto se aceita permanecer a reboque dos países centrais.

Ainda hoje, contrariamente aos discursos ufanistas e aos livros escolares que divulgam a imagem do Brasil como "país abençoado por Deus", "democracia racial", "família brasileira" constituída pelo "homem cordial" e plasmada pelo colorido alegre, criativo e convivial da miscigenação, das culturas e da tolerância etc., quando se observa a realidade concreta verifica-se que: 82% das terras está na mão do latifúndio, de traficantes e de estrangeiros, que destroem recursos naturais e exportam riquezas nacionais; 1% dos brasileiros mais ricos são donos da metade da riqueza nacional e 10% ganham 59% da renda nacional total[2]; o intocável sistema financeiro,

2. Dados do *Relatório World Inequality Report 2022*, que integra a Escola de Economia de Paris, codirigido pelo economista francês Thomas Piketty. Disponível em: https://wir2022.wid.world/. Acesso em: 15 jul. 2022.

concentrado em poucos bancos, orienta os poderes da República, executa as diretivas dos investidores e não os taxa devidamente; paradoxalmente, a maioria das classes dominantes que se ornamentam com as cores da bandeira nacional não têm raízes no Brasil. Possuem bens e fazendas, mas não moram neles.

Dominam o sistema econômico, controlam o Estado e os meios de comunicação, sonegam tributos e evadem divisas[3]; apesar dos crimes impunes praticados durante a ditadura (1964-1985), a "nação" é tutelada pela casta privilegiada das Forças Armadas Brasileira (FFAA) que interferem livre e continuamente na política e nos poderes do Estado. A ideia de "pátria" dos militares pode ser vista no "Projeto de Nação" apresentado, em 19/05/2022, pelo Instituto Gen. Villas-Bôas, Sagres e Federalista no auditório da Fundação Habitacional do Exército, cujo "pensamento estratégico do Brasil" consiste em um novo ciclo de "ditadura *soft*" até 2035[4]. O Exército se apropriou do sentido da identidade nacional e continua a se considerar como o "poder tutelar", uma entidade distinta da sociedade, com leis e códigos próprios, "uma Nação dentro da Nação", como o definiu Alfred de Vigny (1965, nota 140, p. 14); nas últimas décadas, foram abertas as portas para a importação de um cristianismo manipulado por setores evangélicos e igrejas neopentecostais, cuja concepção de religião está profundamente amalgamada com o neoliberalismo e com uma visão medieval de poder político.

Frente a este novo formato de colonialismo, no qual as instituições públicas são dominadas por grandes corporações, multinacionais, latifundiários, militares e evangélicos, também respeitáveis observadores externos afirmam que "hoje, no

3. Calcula-se que mais de 500 bilhões de dólares em mãos de "brasileiros" estão em paraísos fiscais. Cf. reportagem "Bens de brasileiros no exterior ultrapassaram patamar de US$ 500 bilhões em 2019, informa BC", por Alexandro Martello, *G1 — Brasília*, 25/08/2020. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/25/bens-de-brasileiros-no-exterior-ultrapassam-patamar-de-us-500-bilhoes-em-2019-revela-bc.ghtml. Acesso em: 25 out. 2021.

4. Cf. também a "Operação Mantiqueira", esse treinamento foi revelado pelo site *The Intercept Brasil*. Cf. reportagem "Documento de treinamento anti-esquerda do exército tem MLT, Partido dos Operários e mídia samurai como inimigos", por Rafael Moro Martins, *The Intercept Brasil*, 07/12/2021, atualização 27/01/2022. Disponível em: https://theintercept.com/2021/12/07/exercito-treinamento-anti-esquerda-documento/. Acesso em: 15 jul. 2022.

Brasil há financistas, oligarcas e monopolistas administrando o país"[5]. Hipócrita e ironicamente, os integrantes desses setores que dilapidam e alienam a nação procuram encobrir o seu vazio com uma unidade abstrata e emocional em torno da simbologia da bandeira, do hino nacional, dos desfiles das FFAA, das cerimônias oficiais, da camisa da seleção, do Cristo Redentor, da natureza exuberante, da terra abundante e acolhedora. No entanto, nada disso consegue esconder a ausência da substância de uma verdadeira nação: a constituição de uma comunidade de cidadãos livres, conscientemente organizados para democratizar o poder econômico, político e cultural, para garantir as condições básicas da vida, a igualdade racial, o reconhecimento das diferenças, o cuidado com a natureza, o acesso à educação integral de qualidade, o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, a efetiva independência de um país que se constitui como nação soberana no tabuleiro mundial. Sem estas conotações, o Estado perde o seu sentido e a população, sua identidade. É o que vem ocorrendo, atualmente, com a pilhagem das riquezas nacionais, a erosão das conquistas seladas na Constituição Federal de 1988, a letra morta na qual se transformou a proclamação de que "todo poder emana do povo" (Art. 1º), a condição do Estado destinado apenas a controlar a massa marginalizada, cuidar da austeridade fiscal, do sistema perverso da dívida pública e da transferência das riquezas nacionais para o setor financeiro.

A gestação de um projeto nacional-popular, apesar de tudo

A configuração do Brasil como país dependente e periférico, profundamente desigual, violento e excludente, dominado pela burguesia colonial nativa subordinada aos ditames das nações capitalistas centrais, é chocantemente clara, mas não é toda a história nem representa a realidade efetiva da grande maioria da população. De fato, mesmo vitimados, defraudados e vilipendiados, as classes subalternizadas e os grupos sociais perseguidos não ficaram passivos e inermes ao longo da história.

5. Cf. entrevista com Michael Hudson, feita por Cesar Calejon, *Brasil 247*, 04/07/2022. Disponível em: https://www.brasil247.com/economia/michael-hudson-voces-estao-vivendo-o-equivalente-a-uma-sociedade-feudal-mas-em-vez-de-latifundiarios-voces-tem-financistas. Acesso em: 15 jul. 2022.

Empurrados para uma guerra cruel e desigual reagiram, se defenderam, lutaram e procuraram criar formas alternativas de vida, plantando sementes de um outro projeto de sociedade.

Por trás da narrativa oficial e do imaginário nacional difundido pela classe dominante, foi se formando uma constelação de iniciativas sociopolíticas e culturais que vêm tecendo o painel de uma outra história, submersa, silenciada, muitas vezes sufocada no sangue, feita por gente obstinada, esperançosa e criativa que vem gestando os traços de outra nação. Além da Inconfidência Mineira (1789-1792), da Confederação do Equador (1824), de Canudos (1896-1897), das revoltas sociais, das inúmeras greves dos trabalhadores e mobilizações políticas disseminadas em diversas regiões do Brasil, há uma extensa e admirável história escrita nos porões das ditaduras, na clandestinidade e no exílio, nas resistências dos indígenas, nas rebeliões dos negros, no silencioso labor do "espírito criativo popular".

Contrariamente à imagem de indolência e passividade difusa no senso comum, grande parte do povo brasileiro, forjado nas intempéries e nas lutas sociais, continua sendo o mais profundo e persistente agente da construção do país real, da sociabilidade, da cultura e da nacionalidade efetiva. Ainda a ser devidamente resgatada pela sua complexidade e magnitude, a história real da independência e da nação popular continua a ser escrita na persistência dos movimentos sociais e nas organizações políticas, na efervescência da sociedade civil, nas reivindicações das mulheres e dos setores discriminados, nas periferias, nas universidades, nas escolas, na cultura indígena e africana, na consciência ecológica, na literatura, na música, na religião, nas tradições, no folclore e na arte popular. É neste imenso e fecundo universo que residem as verdadeiras raízes da nação, a longa e sofrida construção da sua independência e o traço autenticamente "heroico" da sua história.

Ainda que não se estabeleça um evento originário unificador que possa se considerar acontecimento fundador da nação, a miríade ininterrupta de episódios, de eventos, de iniciativas e todo o processo "subterrâneo" promovido pela "nação popular" se tornam tanto mais significativos e valiosos pela sua capilaridade, persistência e audácia, pelo conjunto de sementes que vêm adubando o terreno de uma "revolução molecular", de uma transformação que, entre avanços e derrotas, se manifesta em momentos mais impactantes e ondas de insurgências que se acumulam na história e se tornam base de novas energias na construção de um projeto efetivamente nacional-popular.

Esta indomável mobilização popular que foi se avolumando, principalmente, a partir do século XX, tem fomentado o "pensamento crítico" e alimentado a crescente reflexão contra o colonialismo, no Brasil e América Latina, com grande impacto na política, no mundo acadêmico, na cultura, na literatura, nas artes e em numerosos eventos, evidenciando as "raízes" mais profundas na construção nacional, operada não só por "Pensadores que inventaram o Brasil" (Cardoso, 2013), mas principalmente pelo protagonismo das classes subalternizadas que, juntamente com seus intelectuais, constroem as "matrizes nacionais-populares" da realidade concreta e do "Pensamento social brasileiro" (Rebuá et al., 2017).

Olhando para os 200 anos que se passaram desde a proclamação da Independência, além de denunciar os horrores praticados pelas classes dominantes, é preciso continuar a resgatar e aprofundar o imenso legado da extraordinária história nacional-popular em seus vários aspectos, não só para honrar e vingar a memória dos que tombaram nas lutas e abriram novos caminhos mas, principalmente, para conectar as múltiplas partes e constituir o esteio de uma identidade nacional fundamentada sobre seus efetivos protagonistas, consolidar a árdua conquista da democracia e a construção de uma nova civilização.

A história, de fato, mostra exaustivamente que a criação de uma nação capaz de integrar a imensa riqueza e diversidade que caracteriza o Brasil e superar as injustiças e desigualdades nunca virá de cima e de fora. Só a organização política das classes subjugadas poderá levar a bradar em conjunto o efetivo "grito nacional-popular da independência" e chegar a desencadear um movimento cada vez mais revolucionário, de ruptura com o sistema escravocrata e a condição colonial. Neste sentido, como aponta Gramsci, é necessário "romper a concepção de 'nação' vinculada a uma tradição de casta, com um forte movimento político-popular ou nacional de baixo" (Q 21, §5, p.2116). Pois

> A nova construção só pode nascer de baixo, enquanto toda uma camada nacional, a mais baixa economia e culturalmente, participe de um fato histórico radical que envolva toda a vida do povo e coloque cada um, de cara, diante das próprias intransferíveis responsabilidades (Q 6, §164, p.816).

Até agora, as inúmeras iniciativas, revoltas e as insurgências populares que pontilham a história do Brasil, dos partidos e dos sindicatos dos trabalhadores, a multiplicidade das organizações da sociedade civil no campo e na cidade, inclusive

os movimentos impactantes dos anos 1960, as manifestações pela "Diretas já", a mobilização em torno da elaboração da Constituição Federal de 1988 etc., ainda que representem grandes conquistas, ocorreram "dentro da ordem", sem afetar as estruturas da dependência. Embora significativa, de fato, a história das lutas populares no Brasil mostra que "os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se revoltam e insurgem: só a vitória 'permanente' rompe, e não imediatamente, a subordinação" (Q 25, §2, p. 2283). E Gramsci acrescenta que a solidez e duração da vitória só é assegurada quando, ao se organizar de forma ampla e permanente (Q 13, §17, p. 1588), além de conquistar o poder governamental, as classes subalternas constroem a hegemonia, chegam a "se tornar 'Estado'" (Q 25, §5, p. 2288) e lançam as bases de uma nova civilização.

A verdadeira conquista da independência e a refundação da nação no Brasil só podem se realizar plenamente quando as classes populares, com seu protagonismo político, assumem a direção da própria história pois, como argumenta A. Suassuna, "Só é nacional o que é popular" (2009, p. 124). Uma expressão, na verdade, que traduz a visão de Gramsci (Q 17, §9, p. 1915) que conjuga exaustivamente a simbiose entre o conceito de "nação" e de "povo", e mostra que só há nação quando o povo é efetivo protagonista da sua construção e que só há democracia quando dirigida pela soberania do "povo-nação" (Q 11, §67). De fato, só a "nação-povo" (Q 21, §4, p. 2113), "ou seja, o conjunto das classes subalternas e instrumentais" (Q 27, §1, p. 2312), é capaz de realizar um verdadeiro projeto de nação porque "representa a 'ponta' histórica" (Q 23, §2, p.2187) e "a força precisamente que cria a vontade coletiva nacional popular, fundamento de todos os Estados modernos" (Q 8, §21, p.952).

REFERÊNCIAS

BALIBAR, Étienne. *Razza Nazione Classe. Le identità ambigue*. 2 ed. Roma: Edizioni Associate, 1996.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48 ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Celso. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2021.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*, a cura di V. Gerratana. 4 vols. Torino: Einaudi, 1975.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Lineamenti di filosofia del diritto*. Roma-Bari: Laterza, 1996.

LENIN, Vladimir Ilich. *O Imperialismo*: fase superior do capitalismo. 4 ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LOSURDO, Domenico. *Controstoria del liberalismo*. Roma-Bari: Laterza, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Tradução Marcelo Carcanholo. Post-scriptum traduzido por Carlos Eduardo Martins. 10 ed. México: Editora Era, 1990.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

REBUÁ, Eduardo et al. *Pensamento social brasileiro*. Aparecida: Ideias & Letras, 2017.

SANTOS, Theotonio dos. *A teoria da dependência*: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SUASSUNA, Ariano. Cultura popular e resistência nacional: entrevista com Ariano Suassuna. *Revista Princípios*, São Paulo, n. 100, p. 123-128, mar./abr. 2009.

VIGNY, Alfred. *Servitude et grandeur militaires*. Paris: Gallimard, 1965.

DESCOLONIZAÇÃO, REVOLUÇÃO NACIONAL E SOCIALISMO: 200 ANOS DA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO SOB A LENTE DE FLORESTAN FERNANDES

Maycon Bezerra de Almeida

No ano presente, em que a fundação do Estado brasileiro completa 200 anos, torna-se muito oportuno, e mesmo necessário, passar a limpo, intelectual e politicamente, todo esse processo histórico transcorrido de então até agora, de modo que possamos não apenas ter uma compreensão mais clara do sentido desse processo, mas, também, das necessidades e possibilidades que nos são colocadas enquanto povo, para o presente e para o futuro.

Estando situados em meio a uma das mais graves crises de nossa história, quando as forças mais extremistas do sistema de poder da classe dominante operam uma brutal ofensiva antipopular e antidemocrática a partir da máquina governamental, apelando a uma concepção senhorial de nação e sua simbologia, o exercício aqui proposto parece significativo.

Queremos trazer a perspectiva crítica e revolucionária de Florestan Fernandes para que sirva de base à reflexão que será aqui desenvolvida. Professor, pesquisador, militante, parlamentar constituinte, patrono da sociologia brasileira... esses são alguns títulos e aspectos da vida e obra desse grande brasileiro que nos deixou em 1995, depois de mais de 50 anos de vida pública ativa.

Como sociólogo crítico e militante — que iniciou a vida como menino engraxate pelas ruas de São Paulo e que se escolarizou apenas na idade adulta — Florestan deixou uma obra que permite um desvendamento profundo da lógica, das contradições e dos interesses dominantes que movem a nossa história desde o início do projeto colonial português, há mais de 500 anos.

Sob sua perspectiva, os 200 anos da "independência nacional" que se celebram agora seriam compreendidos de uma forma em nada ufanista e apologética, mas sob uma chave crítica, a revelar as múltiplas camadas sobrepostas de mistificação produzidas e reproduzidas sistematicamente pela ideologia das classes dominantes.

O que vem à tona historicamente no Brasil, em 1822, sob a condução do príncipe herdeiro da monarquia portuguesa com a alta cúpula da classe senhorial escravocrata local, é a fundação de um Estado imperial escravista submetido a uma condição semicolonial em relação à Inglaterra, a maior potência imperialista de então que, por sua vez, participou ativamente da construção de todo o processo político em questão.

Desse ângulo, a "nação" que se torna "independente" em 1822 é aquela formada pela "comunidade política" da classe senhorial e seus aliados e intermediários dependentes, incluídos, ainda que de modo subalterno, na ordem civil estamental restrita e ultraminoritária — isto em uma sociedade formada, em sua grande maioria, por trabalhadores negros escravizados, não apenas excluída na "nação" nascente, mas reafirmada como seu objeto e seu instrumento de trabalho.

Florestan faz questão de evidenciar que a ordem social e econômica escravocrata, de origem colonial, não apenas se mantém depois da fundação do Estado brasileiro pela classe senhorial, mas se aprofunda e atinge seu máximo desenvolvimento nessas condições. Ou seja, a independência "nacional" da classe senhorial, dona de seu próprio Estado, resultou na radicalização do escravismo e, portanto, da negação do reconhecimento da condição humana da grande maioria da população brasileira de então.

Com isso em mente, torna-se muito difícil, senão impossível, celebrar os "200 anos de independência do Brasil", a não ser do ponto de vista dos senhores de escravos e de seus herdeiros. Do ponto de vista da grande massa da população brasileira, tal celebração pode aparecer apenas como farsa ou como provocação.

Convém recordar que o escravismo e o poder escravocrata, que vão durar mais sessenta e cinco anos depois da "independência", consolidam o projeto de poder e de "nação" de uma classe dominante articulada em torno desse sistema de norte a sul, de leste a oeste, como padrão universal de dominação, o que não se deu em nenhum outro país da América do Sul, nem nos EUA, onde o escravismo ficou limitado aos estados do sul.

Desde então, a lógica de ação política e histórica da classe dominante no Brasil foi a de impor uma "modernização máxima com descolonização mínima" (FERNANDES, 2005), ou seja, absorver e integrar internamente os fluxos e ritmos da modernização econômica e institucional capitalista, proveniente das potências estrangeiras dominantes, preservando as estruturas internas de poder, excludentes e brutalizantes.

Por esse caminho e respondendo a pressões externas, tanto dos governos ingleses como da própria modernização capitalista induzida, e às pressões internas da crescente rebelião antiescravista, especialmente dos próprios escravizados, a classe senhorial vai se metamorfosear em classe burguesa sem nunca precisar ceder ao posto de mando a outras classes emergentes da sociedade, se limitando a agregar alguns dos novos postulantes a seu condomínio de poder.

É no contexto de um processo histórico marcado por essas características que Florestan inscreve sua interpretação do Brasil contemporâneo, de sua ordem sociopolítica, de seu padrão de desenvolvimento econômico e da estrutura de nosso devir enquanto coletividade humana, de modo geral.

O chamado período imperial de nossa história, iniciado em 1822, deveria ser compreendido, sob sua perspectiva, como aquele no qual a acumulação capitalista dependente, impulsionada de fora para dentro, foi dinamizada e se expandiu internamente de modo crescente a partir da riqueza produzida pela exploração do trabalho escravizado, até o desmantelamento final do escravismo — e da monarquia — em 1888-89.

Descolonização represada e a supremacia branca capitalista dependente no Brasil e na América Latina

O desvendamento da estrutura e dos fundamentos históricos de longa duração do capitalismo dependente brasileiro, por sua "sociologia crítica e militante", permitiu a Florestan chegar ao âmago de nossas mais profundas e complexas contradições como sociedade.

Mantendo fechados os limites da ordem civil, com seus direitos e garantias, às maiorias populares e às suas formas de organização política e social independentes, as classes dominantes nacional e transnacional associadas, com seu modo concreto de exercer o poder político e social, vêm sendo capaz de efetivar um processo histórico que articula a modernização econômica, social e institucional capitalista por um lado, com a inviabilização da "democracia burguesa", e da "sociedade nacional" por outro lado, tanto no Brasil como na América Latina.

Os limites estreitos da ordem civil fundada no "direito burguês" que não integra efetivamente além de uma minoria, são os mesmos limites da "sociedade nacional"

que o capitalismo dependente periférico pode produzir em nossa região. Às maiorias populares e trabalhadoras resta uma marginalização, maior ou menor, que preserva e reproduz as amplas margens de liberdade para o uso arbitrário do poder de mando em todos os níveis da vida coletiva por parte da plutocracia e seu oligopólio político dominante.

Essa combinação sistêmica de marginalização civil da maioria do povo trabalhador, poder arbitrário da classe dominante e acumulação capitalista dirigida a partir de fora, constitui o núcleo fundamental da ordem social própria ao capitalismo dependente em nossa região. Vista por uma abordagem historicista, expressa a contenção e o represamento da descolonização, como processos históricos e sociais, por parte da classe dominante, no limite de seus interesses e necessidades de classe.

Florestan enfatiza, com urgência e centralidade, que não se pode confundir a mera fundação de um Estado independente, mesmo com toda sua complexidade e significado, com a descolonização como processo histórico na América Latina. Esta última diz respeito a um processo de reordenamento econômico, político, social e cultural amplos, fundado na afirmação da sociedade como uma comunidade política nacional, em si e para si, ainda que nos marcos do "direito burguês", o que nunca tivemos.

Dessa forma, a marginalização civil, social e econômica de amplas parcelas da população é também sua marginalização em relação aos limites da nação, seletiva e excludente, criada a partir de cima e, portanto, índice de uma descolonização congelada e permanentemente represada pelo poder burguês dependente.

O sistema de poder que, simultaneamente, reproduz e é reproduzido pelo represamento da descolonização expressa, por sua vez, o único tipo de ordem sociopolítica que a acumulação e o desenvolvimento capitalista dependente permitem efetivar: a "autocracia burguesa", que Florestan contrapõe à democracia burguesa das nações capitalistas hegemônicas. Ficam, deste modo, evidenciados os limites históricos da "revolução burguesa" sob a dependência estrutural na periferia latino-americana.

Isso porque o capitalismo dependente, como padrão de desenvolvimento e acumulação de capital, se fundamenta estruturalmente naquilo que Florestan define como "sobreapropriação duplicada do excedente econômico" (FERNANDES, 1975), ou seja, a sobreapropriação — e, portanto, sobre-expropriação — da riqueza produzida pelo trabalho, imposta por uma dominação burguesa que articula o capital local e o transnacional e que drena, por isso, para o exterior, "massas" imensas de valor ao mesmo tempo em que remunera, de modo exuberante, os investimentos dos grandes capitalistas locais.

Dessa maneira, assim sobre-expropriados, direta ou indiretamente, enquanto assalariados ou como autoempregados, os trabalhadores das sociedades capitalistas dependentes são submetidos permanentemente a condições socioeconômicas de extrema precariedade, quando não, absolutamente excluídos do circuito econômico, na forma de excedente populacional relativo: empurrados para distintas formas de economia de subsistência.

Esse quadro socioeconômico estrutural, imposto aos trabalhadores das sociedades periféricas, apenas pode se reproduzir nos marcos de um regime social de poder que se configura como uma sobredominação política ampla, ou seja, como negação, sistemática e permanente, da universalização dos direitos e garantias da ordem civil instituída — convertida, desse modo, em privilégio —, pelo exercício arbitrário do poder (econômico, social, governamental) das classes dominantes, ou seja, a "autocracia burguesa".

Aqui reside a chave de interpretação que permite compreender a articulação necessária entre a reprodução do capitalismo dependente enquanto padrão de desenvolvimento econômico e enquanto ordem social, e a descolonização represada como fenômeno histórico e social de longa duração, no Brasil e na América Latina. Por isso, a incompatibilidade e o antagonismo entre "revolução burguesa dependente" (como transformação capitalista da sociedade e afirmação da dominação burguesa) por um lado, e revolução nacional e democrática por outro lado, o que faz dessa revolução burguesa, sob a dependência estrutural, uma permanente contrarrevolução para as demais classes da sociedade, como afirma Florestan.

O ordenamento social assim constituído e reproduzido, no entanto, ainda se reveste de maior complexidade e tensão, quando em sua análise se incorpora o componente racial das sociedades de nossa região, originadas a partir do projeto colonial ibérico.Represamento da descolonização, dessa forma, significa também, ao mesmo tempo, a resistência obstinada do sistema de poder burguês ao desmantelamento definitivo das castas e estamentos raciais estabelecidos pela ordem colonial original, reatualizando-os, permanentemente, "por dentro e por trás" da sociedade de classes que nasce e se desenvolve na região.

Construindo sua interpretação do capitalismo dependente latino-americano, tomando a sociedade brasileira como ponto de referência central, pode ser evidenciada, em sua plenitude, na elaboração teórica de Florestan, a conjugação articulada entre a emergência e consolidação do capitalismo dependente (como padrão de desenvolvimento econômico e regime de acumulação de capital) e a afirmação

permanente da supremacia branca, negrofóbica, como aspecto racial estruturante de nosso ordenamento social total.

Dessa maneira, a "autocracia burguesa", enquanto padrão de dominação de classe intrínseco ao capitalismo dependente, é também revelada como uma supremacia branca autocrática sob o controle e a direção das classes dominantes brancas, profundamente racistas, nacionais e transnacionais associadas.

A contenção e o represamento da descolonização revelam-se, também, fundamentalmente, como bloqueio sistemático ao desfazimento do padrão, violentamente desigual, das relações raciais de poder consolidadas por quase quatro séculos de escravismo colonial. Dando origem, sobretudo a partir do século XX, ao que define como "paralelismo de raça e classe" (FERNANDES, 2017), ou seja, a absorção das castas raciais da ordem colonial, nunca desmanteladas efetivamente pela ordem de classes do capitalismo dependente.

É verdade que, se Florestan foi um dos intelectuais acadêmicos pioneiros, já na década de 1950, na denúncia da falsa "democracia racial", alegadamente vigente no Brasil, por outro lado, é na segunda metade da década de 1980 — quando esteve profundamente associado aos dirigentes do Movimento Negro Unificado — que compreende então, em profundidade, a articulação plena e inextricável entre capitalismo dependente, "autocracia burguesa" e supremacia branca estrutural na sociedade brasileira.

A partir de então a "negrofobia" supremacista branca, inscrita na essência mesma do sistema de poder burguês, emerge, em sua elaboração, como elemento necessário ao estabelecimento, à reprodução e à legitimação permanente da marginalização civil (também econômica, política, cultural etc.) imposta às maiorias populares trabalhadoras, majoritariamente não-brancas e predominantemente negras, sem a qual o capitalismo dependente perde seu fundamento social mais decisivo.

O que Florestan define como "padrão assimétrico de relações raciais" (FERNANDES, 1975) em seus dispositivos de preconceito e discriminação, negadores da plena humanidade dos setores racialmente oprimidos, passa a operar — através do "paralelismo de raça e classe" ou da racialização das classes — como um mecanismo de sobre-dominação que atua sobre as classes populares e trabalhadoras, sobretudo em seus estratos mais explorados (e mais enegrecidos), como e enquanto classes. O que faz do racismo estrutural, na sociedade brasileira e na América Latina de modo mais geral, uma questão também de classe.

Capitalismo dependente, "autocracia burguesa" e supremacia branca, nesse quadro, formam o núcleo histórico da descolonização congelada e, portanto, da inviabilização da afirmação democrática e nacional, na América Latina e no Brasil, especialmente.

Revolução nacional, democracia racial e transição ao socialismo

Diante de tal configuração histórica e social, as pressões — de sentido nacionalista e democrático — exercidas sobre o sistema de poder burguês, que emergem a partir dos próprios dinamismos da expansão do mercado e do sistema de produção capitalista — dinamismos esses, simultânea e contraditoriamente, integrativos e marginalizantes — tensionam, crescentemente, a ordem social estabelecida.

A história do Brasil e da América Latina, em especial a partir do século XX, com suas insurgências revolucionárias, golpes de Estado e ditaduras contrarrevolucionárias, civis e/ou militares, expressa justamente a luta de vida e morte entre afirmação nacional e democrática por um lado, e "autocracia burguesa" e supremacia branca, por outro lado. Ou então, utilizando outros esquemas de categorias, descolonização revolucionária de um lado, e "colonialidade do poder" burguês, de outro (QUIJANO, 2005).

Segundo Florestan, a Revolução Cubana de 1959 e seus desdobramentos apresentam, nesse contexto histórico, não apenas a necessidade e a possibilidade de levar a descolonização até o fim e até o fundo, sob o protagonismo revolucionário das classes populares e trabalhadoras, mas também evidencia a revolução nacional e democrática operando como pressuposto e como caminho para o socialismo na América Latina.

Longe de desviar ou retardar o caminho da luta dos trabalhadores pela emancipação socialista, a revolução nacional e democrática é o processo mesmo pelo qual os trabalhadores e as maiorias populares, auto-organizadas e mobilizadas, criam as condições políticas, sociais e econômicas para, superando revolucionariamente a "autocracia burguesa" e o capitalismo dependente, abrir a história do continente para a afirmação do socialismo (FERNANDES, 1981).

Importante destacar que a revolução nacional e a revolução democrática, na América Latina, são compreendidas por Florestan como sendo dois aspectos de um mesmo processo de transformação sociopolítica que consiste, fundamentalmente, na universalização efetiva dos direitos e garantias democráticas da ordem civil, afirmando a soberania popular na nação, assim reconstituída em uma democracia popular participativa de base ampliada.

Em torno de tal projeto histórico, a classe trabalhadora pode e precisa se articular com as populações racialmente oprimidas, as mulheres, a juventude, incluindo eventuais setores democráticos da burguesia, para a construção de uma ordem social democrática, nacionalmente soberana, que desmantele a "autocracia burguesa" e sua proscrição prévia, permanente e "à mão armada" do espaço histórico das maiorias populares para a luta reivindicativa e competitiva por suas necessidades e interesses coletivos.

O socialismo assim, para Florestan, cuja essência exige radicalização da democracia popular e autogestão social, tem seu destino, no Brasil e na América Latina, entrelaçado ao destino da revolução nacional e democrática, da descolonização revolucionária, sendo seu corolário e culminação histórica.

As ditaduras civis e/ou militares — que estão longe de ser apenas fenômenos de nosso passado histórico, como nos lembra o momento contemporâneo — expressam, por sua vez, as necessidades estruturais do capitalismo dependente e da "autocracia burguesa" supremacista branca diante da efervescência da demanda nacional e democrática das maiorias populares, à qual não pode responder afirmativamente, e/ou diante da necessidade de reorganizar a sociedade, de cima para baixo e de fora para dentro, respondendo às exigências da articulação dependente ao capital transnacional e seus fluxos e ritmos em permanente transformação.

Dessa forma, toda oportunidade histórica perdida pelas classes populares e suas forças políticas dirigentes de fazer triunfar a revolução nacional e democrática levando a descolonização até o fim, prepara o terreno para contraofensivas da "autocracia burguesa" no sentido de desmantelar a organização independente dos setores populares, paralisar sua capacidade de ação histórica e retomar sua própria iniciativa e liberdade de ação, levando o capitalismo dependente a uma nova redefinição.

Na década de 1990, com o colapso do "socialismo de acumulação" na União Soviética e a expansão global do neoliberalismo, Florestan aponta para a iminência da reversão do capitalismo dependente na América Latina e no Brasil em um

sentido ainda mais heteronômico, como uma "reversão neocolonial" (FERNANDES, 2005), o que o leva a enfatizar ainda mais a importância do elemento nacional e da problemática da descolonização nos marcos dos horizontes teórico e prático da luta socialista das classes trabalhadoras na região.

Sendo assim, o legado da "sociologia crítica e militante" de Florestan Fernandes para nosso tempo estimula e exige romper com todo esquematismo teórico importado e eurocêntrico, e continua a obra de nossos clássicos a partir da realidade concreta e do solo histórico no qual estamos plantados para tentar responder aos imensos desafios que nossos povos enfrentam atualmente.

A atualidade do marxismo e do paradigma socialista, fora de questão para Florestan, requer, no entanto, situá-los nos marcos das tarefas intelectuais e políticas concretas que a complexidade histórica e social do Brasil e da América Latina impõe.

Afirmar o socialismo como coroamento da luta revolucionária nacional e democrática das maiorias populares, superando a supremacia branca em uma ordem social racialmente democrática e a "autocracia burguesa" rumo a uma democracia popular participativa, na qual os trabalhadores possam efetivar — com seu protagonismo histórico auto-organizado — a transição ao socialismo parece ser o centro daquilo que Florestan tem a dizer à geração atual de marxistas brasileiros e latino-americanos.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDES, Florestan. *Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires. CLACSO. 2005.

HEGEMONIA E A QUESTÃO RACIAL

Mário Luiz de Souza

Introdução

Neste ano de 2022, completamos 200 anos da proclamação da Independência do Brasil. A separação definitiva de Portugal representou a primeira forma do Estado brasileiro e a constituição, em termos oficiais, da primeira noção do que seria a nação brasileira. Mesmo com esse rompimento do período colonial, um dos traços que marcam a formação social brasileira reside no colonialismo, entendido aqui como um conjunto de aspectos daquela fase do percurso da história do país, presente no metabolismo social até os dias atuais, tais como o patriarcado, o latifúndio, a extrema desigualdade social, o autoritarismo e o racismo. Como Florestan Fernandes nos ensina, uma das características estruturais do capitalismo dependente no Brasil reside na relação orgânica entre o arcaico e o moderno, com os aspectos do colonialismo sendo modernizados para responderem às novas demandas e especificidades históricas diante das necessidades do capital (FERNANDES, 2006).

Prendendo-se ao caso do racismo, esse capítulo tem por objetivo demonstrar o quanto o conceito de hegemonia em Antonio Gramsci serve como importante componente teórico e metodológico para o entendimento do racismo como uma força social e uma das estruturas da sociedade brasileira, dentro do prisma do colonialismo exposto acima. À primeira vista, muitos podem não entender essa escolha, afinal, nos *Cadernos do Cárcere*, sabem que Gramsci não se dedicou com afinco à temática do racismo e da questão racial, pelo menos nos termos empregados neste capítulo. Tanto que, em carta enviada à sua cunhada, Tatiana, chegou a afirmar: "Fora da Antropologia e dos estudos pré-históricos, não me interesso pela questão das raças" (GRAMSCI, 2005, p. 105).

No entanto, o uso do pensamento de Gramsci se deve ao fato de a teoria política desenvolvida por esse marxista fornecer instrumentos teóricos e metodológicos fecundos para a ampliação da construção do conhecimento sobre os mais diversos fenômenos sociais nas sociedades capitalistas, inclusive no caso do racismo. Nesse sentido, segundo Stuart Hall, por mais que Gramsci não tenha se dedicado à questão racial, o uso de seu pensamento torna-se, "ao olhar mais atento, uma das fontes teóricas mais frutíferas de novas ideias, paradigmas e perspectivas nos estudos contemporâneos dos fenômenos sociais racialmente estruturados" (HALL, 2006, p. 315). Esse seria o caso da hegemonia.

Nos *Cadernos do Cárcere*, o pensador sardo sustenta que, a partir de 1870, nas sociedades capitalistas detentoras de uma sociedade civil mais robusta, as classes dominantes cada vez mais conseguem estabelecer sua dominação sobre as classes trabalhadoras e os grupos subalternos através da hegemonia, sem deixar de lado a coerção. Como consta no *Caderno 12*, esse processo se daria por meio da produção e disseminação, no tecido social, de um conjunto de ideias, crenças e valores mais afeitos aos interesses das classes dominantes, porém difundidos como fundamentais para toda a sociedade através dos aparelhos "privados" de hegemonia da classe burguesa (igrejas, escolas, sindicatos, jornais, rádios, institutos). Seria, portanto, uma ação concreta assentada na organização de uma formação social, dentro dos marcos estabelecidos pelo direcionamento intelectual e moral impresso pelas classes dominantes fundamentais, objetivando torná-la uma vontade coletiva junto aos membros da classe trabalhadora e dos grupos subalternizados.

Nesse processo, os intelectuais orgânicos da burguesia detêm um papel central, construindo, legitimando e difundindo os aspectos intelectuais e morais que se querem hegemônicos, procurando torná-los um "consenso 'espontâneo' dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social" (GRAMSCI, 2000, p. 21). A hegemonia burguesa, portanto, é construída através da ação político-ideológica dos seus intelectuais orgânicos e de "suas" organizações na sociedade civil, não sendo um reflexo mecânico do predomínio dessa classe sobre a base material da sociedade.

Como nesse texto parto do princípio de que a ideologia racista,[1] por mais que acarrete privilégios para todos os brancos, é uma ideologia das classes dominantes, o uso do conceito de hegemonia descrito acima remete a estudarmos o racismo como um produto histórico, inserido em determinados interesses, amparado em determinadas teorias, construído através da ação político-ideológica de alguns intelectuais e difundido entre os mais diversos extratos sociais por meio de órgãos da sociedade civil e da ação do Estado, buscando obter um consenso favorável às suas premissas. Para ilustrar essa posição, faço uso de alguns aspectos do segundo e do terceiro projetos de identidade nacional. Desde já, pontuo que essa escolha não é aleatória. Pelo contrário. Resulta no fato de que nesses projetos, como no caso do primeiro[2], a questão racial estava presente, ocupando um local central, definindo o que seria o povo brasileiro e estabelecendo relação entre os aspectos raciais e o progresso da nação.

1. A ideologia racista suscita uma hierarquia entre as raças ao conceber a raça branca como superior às outras em termos estéticos, intelectuais e morais, em decorrência de seus atributos biológicos ou culturais. Assim, engendra uma representação social dos brancos como "naturalmente" dotados dos atributos intelectuais e morais necessários para a edificação de um projeto civilizatório, em contraposição à representação social das pessoas não-brancas como antípodas desse processo. Haveria, portanto, uma hierarquização entre brancos e não-brancos marcada pelas dicotomias: superior e inferior, belo e feio, governante e governado, trabalho intelectual e trabalho braçal, detentor de valores morais e destituído de valores morais. Segundo teóricos como Agnes Heller (2011) e Octávio Ianni (2004), tais dicotomias se expressam no cotidiano através de práticas estruturais racistas, podendo estar presentes em maior ou menor grau nas escolas, nos tribunais, nas famílias, na ação da polícia, no mercado de trabalho, nos espaços religiosos, no local de trabalho, na mídia e nas instituições públicas e privadas. Desse modo, a ideologia racista torna-se uma força social, engendrando nas relações sociais uma visão de mundo baseada em distorções de cunho racial, conformando relações de privilégios, poder, exploração, exclusão, apropriação e desigualdade - ou seja, um sistema racista.

2. O primeiro se refere ao projeto de identidade nacional que foi construído no começo do período imperial, após o processo de independência, valorizando a figura do branco europeu — encarnada nos portugueses — como responsável por trazer a civilização para o Brasil; uma visão romantizada sobre os povos indígenas, silenciando sobre os impactos da colonização sobre esses e como eram tratados pelo governo imperial e pelos proprietários de terra; e os negros africanos constavam com verdadeiras bestas cuja escravização seria a salvação diante da selvageria que viviam na África. O objetivo maior desse projeto era legitimar D. Pedro I e D. Pedro II como governantes do país e a cultura europeia como fator norteador dos caminhos do país rumo ao progresso (Reis, 2006).

O racismo como um fenômeno social, envolvendo teoria, intelectuais, órgãos da sociedade civil e o Estado

O segundo projeto de identidade nacional se constituiu em meados do século XIX e tornou-se uma das marcas da Primeira República (1889-1930), tendo como principais bases de sustentação político-ideológica as teorias raciais importadas da Europa, em especial o determinismo racial. Tal teoria enunciava, como um dado científico, a raça de um povo como fator imperativo para o progresso da nação, com a raça branca sendo a única dotada dos atributos intelectuais e morais essenciais para a consecução desse projeto. Em contraposição, essa teoria alegava haver evidências científicas de que os não-brancos eram um empecilho ao progresso, devido aos seus atributos intelectuais e morais inferiores. Nem a miscigenação equalizaria esse problema porque, para os deterministas raciais europeus, a geração de filhos de brancos com não-brancos resultaria em seres degenerados em termos intelectuais, morais e físicos.

De posse dessas teses, uma parcela substancial da intelectualidade brasileira, a partir da década de 1880 — no período do pós-abolição e nas três primeiras décadas do século XX —, passou a pregar a questão racial como fator determinante para o futuro do país, imputando à massa negra o grande entrave ao progresso da nação. Para legitimar as teses do determinismo racial, esses intelectuais aludiam ao fato de a maioria da população negra viver em cortiços, realizar trabalho braçal e se entregar a práticas antissociais, como violência, prostituição, roubos e tara sexual, como a comprovação científica da inferiorização da raça negra, sendo assim o principal entrave para o progresso do país.

No entanto, esses intelectuais se viram diante de um dilema. Por essa teoria, o Brasil estava fadado ao fracasso, devido ao fato de sua população ser majoritariamente preta e mestiça. Diante disso, como apontam Kabenguele Munanga (1999) e Lília Schwarcz (2005), esses intelectuais adaptaram o determinismo racial à realidade brasileira, apresentando a teoria do branqueamento como solução para o "problema" negro. Pelo branqueamento, a "solução" se daria através da vinda em massa de imigrantes europeus e a geração de filhos entre esses imigrantes com pessoas negras. De acordo com esses intelectuais, com a reprodução desse processo, junto com a geração de filhos entre pessoas com pele mais escura e pessoas com

pele mais clara, associada ainda à crescente morte "natural" de pessoas negras[3] com o passar das gerações, o povo brasileiro seria formado apenas por pessoas com as características físicas, intelectuais e morais similares ao do europeu.

Como se pode observar, os intelectuais brasileiros adeptos do determinismo racial e do branqueamento tiveram um papel predominante na construção de uma visão de mundo calcada na hierarquização racial, aprofundando o racismo na tessitura social. O prestígio social que esses intelectuais possuíam dava uma maior credibilidade e penetração de suas ideias junto a outros intelectuais e à disseminação dessas ideias através de jornais, livros, escolas e faculdades. Por exemplo, Sílvio Romero (1851-1914), o "pai" da teoria do branqueamento, atuou como escritor, jornalista, crítico literário, político, historiador, sociólogo, professor de filosofia do prestigiado Colégio Pedro II e da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Já Oliveira Viana (1883-1951), principal defensor da teoria do branqueamento nas três primeiras décadas do século XX, atuou como historiador, sociólogo, jurista e professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro[4].

Em termos dessa disseminação, diversos órgãos da sociedade civil atuaram na busca do consenso ativo às hierarquias raciais e às teses racialistas. Segundo Lília Schwarcz (2005) os museus etnográficos (Museu Nacional no Rio de Janeiro, Museu de São Paulo e Museu Paranaense) e os Institutos Históricos Geográficos Brasileiros (IHGBs) atuaram na conformação do caráter "científico", imputando as teorias racialistas no tecido social. Nas pesquisas sobre a população brasileira e a história do país, reinava o evolucionismo social, baseado no darwinismo social e no determinismo racial, com o branqueamento aparecendo como a solução para o desenvolvimento do país. Nas revistas destas instituições, esse projeto se legitimava através de artigos destacando negros e indígenas como inferiores, bárbaros, ineptos e incivilizáveis. Isso também se dava nos cursos de Direito, como no caso

3. Na época acreditava-se que havia uma tendência natural das pessoas negras ao alcoolismo e a determinadas doenças físicas e mentais, cujo resultado era a morte prematura e em grande número. Alguns teóricos chegaram a propor que em algumas décadas não haveria mais negros em São Paulo porque esses não tinham uma composição física adequada para resistir ao forte inverno nessa região. Portanto, excluindo as condições socioeconômicas do campo de análise, essas teorias imputavam à própria raça da população negra as razões e os impactos dessas doenças (DOMINGUES, 2003).

4. No *Caderno 11*, Gramsci sustenta que quanto maior for o prestígio social do intelectual, mais as suas ideias e propostas passam a ser vistas como verdades, dentro de um processo que se quer hegemônico.

da Faculdade de Direito de Recife, uma das mais importantes do país, que tinha na base do seu ensino de criminologia o pensamento de Cesare Lombroso (1835-1909) e Enrico Ferri (1856-1929), centrado no estudo do crime "a partir da análise 'do indivíduo, de seu typo phísico e da raça a que pertencesse'" (SCHWARCZ, 2005, p. 156). Assim, no ensino e nos artigos da revista desta Faculdade, as pessoas negras eram retratadas com tendo uma tendência "natural" para cometer toda a gama de crimes. Postura ainda presente em muitos tribunais e nas ações da polícia.

A ação dessas instituições reverberou entre intelectuais e membros da classe dirigente, como também foi reproduzida por jornais para um público não acadêmico. No estudo que fez sobre o processo de branqueamento em São Paulo, no pós-abolição e nas duas primeiras décadas do século XX, Petrônio Domingues (2003), constatou que na imprensa paulista vigorava uma abordagem dos negros como ladrões, desordeiros, bêbados e vagabundos. Mesmo a imprensa negra se destacando na luta contra o racismo, denunciando seu empecilho para a realização das pessoas negras e exigindo do Estado ações contra as barreiras raciais, disseminava na comunidade negra posturas baseadas no branqueamento, tais como: divulgação de produtos para alisamento do cabelo; propagandas sobre cremes para clarear a pele; colunas exaltando as pessoas negras a terem comportamento social como o dos brancos; e contos enaltecendo personagens brancos ou a cultura branca (DOMINGUES, 2003).

O Estado[5] também atuou no convencimento sobre o branqueamento e sobre os estigmas referentes à população negra, principalmente através de três ações políticas: legitimação e fomento da entrada de imigrantes para atuar como força de trabalho, alegando serem esses os únicos dotados dos atributos morais e intelectuais essenciais para o progresso do país; não implementação políticas públicas voltadas para a melhoria das condições socioeconômicas da população negra, mantendo as condições de exclusão do pós-abolição; permitir a repressão policial às religiões de matriz africana, reforçando a visão estigmatizadora sobre essas; e introduzir, no Código Penal de 1890, a Lei de Vadiagem e a capoeira como crime social, ampliando a repressão às pessoas negras. Com isso reforçou-se, no tecido social, a representação social dos negros como maus trabalhadores, demoníacos,

5. Estado aqui e no restante desse texto é entendido em seu sentido restrito, formado no âmbito dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

vagabundos e violentos. Sobre a ação da polícia e as introduções no Código Penal citadas cabe frisar que, para Gramsci, os aspectos jurídicos e o campo do direito são fortes componentes num processo hegemônico, porque estabelecem o certo e o errado, o justo e o injusto, o moral e o imoral, servindo como uma "pressão educativa sobre cada um para obter seu consenso e sua colaboração" (GRAMSCI, 2011, p. 23).

Enfim, o preconceito e a discriminação que havia contra as pessoas negras desde o período colonial foram refinados e aprofundados com o nexo entre determinismo racial e branqueamento, sendo legitimados como "cientificamente comprovados". Nesse movimento, há um aguçamento da representação social negativa da população negra nas relações sociais, principalmente em quatro vieses: (1) intelectual, sendo essa população vista como dotada de atributos voltados apenas para o trabalho braçal e subordinado; (2) moral, a partir do qual os negros teriam tendência para ações antissociais e imorais; (3) estético, possuindo os negros traços fenotípicos destituídos de beleza; e (4) a "naturalização" das precárias condições de vida da maioria da população negra, com a pobreza e a miséria sendo entendidas como inatas à sua raça. A relação orgânica desses vieses resultou no arquétipo do preconceito contra as pessoas negras, embasando práticas estruturais racistas até os nossos dias.

No terceiro projeto de identidade nacional, iniciado a partir da década de 1930, houve uma mudança substancial frente à questão racial. Num caminho inverso ao projeto anterior, houve a valorização da mestiçagem como característica do povo brasileiro e dos negros como elemento fundamental na composição desse, junto com os indígenas e o branco europeu. Mas isso não representou o fim do racismo no Brasil. Pelo contrário, continuou na dinâmica social, numa nova roupagem: o racismo à brasileira.

O embasamento teórico do terceiro projeto de identidade nacional assentava-se no pensamento de Gilberto Freyre (1900-1987) sobre as relações raciais no Brasil, a partir de seu livro *Casa Grande & Senzala*. Nessa obra, lançada em 1933, Gilberto Freyre, partindo de uma abordagem culturalista, estabeleceu uma análise sobre a escravização no Nordeste brasileiro, descrevendo-a como tendo um grau de violência bem abaixo daquela presente em outros países, como no caso dos Estados Unidos. Na opinião desse intelectual, isso favoreceu, após o processo de abolição, o estabelecimento de relações raciais sem a presença de uma forte discriminação racial ou de práticas raciais segregacionistas, prevalecendo uma relação "harmoniosa" entre as raças na sociedade brasileira. Sob esse prisma, não haveria no Brasil

barreiras raciais para a mobilidade social da população negra. A precária situação socioeconômica da maioria da população negra, de acordo com essa interpretação, seria resolvida através de esforço pessoal de seus membros, através da sua atuação no mercado de trabalho. Segundo Florestan Fernandes (2008), dessa concepção formulada por Gilberto Freyre surgiu o mito da democracia racial, edificando uma visão idílica das relações raciais no Brasil, como a não existência de práticas estruturais racistas nas relações sociais.

Da conjunção do mito da democracia racial, da ideologia do branqueamento[6] e dos estereótipos sobre a população negra desde o período colonial, forjou-se a ideologia racial brasileira, ainda presente na atualidade, por mais que suas bases teóricas há tempos recebam severas críticas. Essa ideologia conferiu um aspecto singular ao racismo no Brasil, denominado de *racismo à brasileira*, cuja principal marca consiste na forte presença de práticas estruturais racistas no cotidiano brasileiro, sem serem assumidas como tais pelo Estado, por instituições, empresas e pessoas que reproduzem tais práticas, consciente ou inconscientemente (MUNANGA, 2017). Muitas vítimas do racismo têm dificuldade de perceber o traço do racismo nas relações sociais, principalmente diante da forma como se reproduz na realidade concreta. No cotidiano brasileiro, por exemplo, anedotas, músicas, apelidos, histórias em quadrinhos, e outras formas de expressão atuam na conformação da visão racista, sem que sejam assumidos enquanto tal. Como Kabenguele Munanga (2017) resumiu, o racismo brasileiro é: "[...] difuso, sutil, evasivo, camuflado, silenciado, em suas expressões e manifestações, porém eficiente em seus objetivos, e algumas pessoas talvez suponham que seja mais sofisticado e inteligente do que o de outros povos" (MUNANGA, 2017, p. 41). *Sofisticado* e *inteligente* porque, ao mesmo

6. Com a hegemonia da democracia racial, a proposta de branqueamento da população, a partir da metade do século XX, perdeu substância como projeto oficial para o progresso do país. Mas, como ideologia, continuou pautando os aspectos estéticos, culturais e morais do grupo branco como o modelo social a ser seguido, inclusive entre uma parcela substancial da população negra. No caso da população negra, essa ideologia se materializava nessas ou em algumas dessas concepções: a) branqueamento biológico, calcado no casamento com uma pessoa de cor mais clara, de preferência branca, visando a uma distinção social e ao clareamento da pele de seus descendentes; b) branqueamento estético, com o padrão de beleza sendo o ideal branco em termos de lábios, nariz, cor da pele e, principalmente, cabelo; c) e o branqueamento social, não podendo a pessoa negra ser adepta de religiões afro-brasileiras, ouvir ou dançar músicas negras, não ter contatos de amizades com negros contrários aos ideais do branqueamento e nem adotar qualquer aspecto cultural africano. Ver: Domingues, 2008.

tempo em que gera privilégios, exploração e exclusão, dificulta a luta contra ele por ter esse caráter difuso na mente das pessoas, sendo um "'[...] crime perfeito', pois além de matar fisicamente, ele alija, pelo silêncio, a consciência tanto das vítimas quanto da sociedade como um todo, brancos e negros" (MUNANGA, 2017, p. 40).

Sob a lógica do terceiro projeto de identidade nacional, o Estado atuou na conformação da ideologia racial brasileira ao adotar a narrativa da democracia racial como ideologia oficial sobre as relações raciais no Brasil. Nessa direção, já na década de 1930, tomou algumas medidas: Nossa Senhora Aparecida, uma santa negra, passou a ser considerada a padroeira do Brasil; a capoeira deixou de ser considerada crime social e foi alçada a esporte nacional; a feijoada, antiga alimentação dos escravos, foi situada como prato representativo do país (o feijão seria o preto e o mulato; o arroz, o branco; a couve, as matas; e a laranja, as riquezas nacionais); e o samba foi declarado como uma das maiores expressões da música nacional (SCHWARCZ, 2012). Com efeito, através dessas medidas, o Estado buscou criar um consenso favorável às teses do mito da democracia racial, fazendo uso de símbolos da cultura negra, ao mesmo tempo em que deixava intacto o racismo existente nas relações sociais.

No âmbito da sociedade civil, dois órgãos não podem deixar de ser citados na propagação do racismo à brasileira no tecido social: a escola e a televisão. Segundo Elza Nadai (1993), na maioria das escolas, até o começo dos anos 1980, prevaleceu um ensino da história do Brasil que além do silêncio sepulcral sobre a existência do racismo na sociedade brasileira, vinculou-se a

> [...] um discurso histórico que enfatizava de um lado, a busca do equilíbrio social, e, de outro, a contribuição harmoniosa, sem violência e sem conflito, de seus variados e diferenciados habitantes (e grupos sociais) para a construção de uma sociedade democrática sem preconceitos de qualquer tipo. Assim, o passado foi valorizado na medida em que pode legitimar esse discurso. É nesta perspectiva que devem ser compreendido o tratamento dado à escravidão do africano, realçando sua *sujeição* (*pacífica)* ao regime do trabalho compulsório e os silêncios sobre a escravização da etnia indígena (NADAI, 1993, p. 149) (grifo meu).

Essa "*sujeição* (*pacífica*)" era legitimada através do ensino de que os negros africanos se "adaptaram" à escravidão, não criando resistência a essa forma de trabalho, ao contrário dos indígenas brasileiros que não se "adaptaram" devido

ao fato de serem avessos à realização das atividades de trabalho organizadas pelos europeus. Reforçava-se, portanto, a hierarquia racial vigente na dinâmica social, difundindo o estereótipo dos indígenas como "vagabundos"; das pessoas negras servindo apenas para o trabalho braçal, a ser comandado; e das pessoas brancas para chefiar e exercer o trabalho intelectual.

Na televisão, havia o predomínio de pessoas brancas nas propagandas, como se o país fosse localizado na Europa; nos telejornais, não havia repórteres, apresentadores de bancada e âncoras negros; nos programas humorísticos, a maioria dos poucos atores negros existentes apareciam de forma caricata, com seu humor sendo decorrente por serem "feios", desdentados, malandros ou bêbados; nas novelas, programas de grande audiência da TV, vigoravam histórias cujo elenco era composto, em sua maioria, por atores e atrizes brancas, com a maioria dos atores negros representando papéis de porteiros, motoristas, empregadas domésticas e outros trabalhos subalternizados, quando não de marginais (ALMEIDA, 2018).

Para maior entendimento da força dos estigmas sobre a população negra difundidos pela escola e a televisão, não podemos excluir do campo de análise a realidade concreta vivida pela maioria do povo negro como um terreno fértil para as distorções da ideologia racista. Como Silvio Almeida (2018) pontua, o fato de as pessoas negras comporem a maioria nas favelas, nos presídios, na função de empregada doméstica, no grupo de desempregados e na ocupação de profissões de baixo prestígio social e econômico, reforça as visões estereotipadas disseminadas pelas escolas, pela televisão e pelos meios de comunicação como verdades, junto a brancos e negros.

Nesse ponto, não há como terminar esse subitem sem abordar um importante fenômeno social que o conceito de hegemonia, em Gramsci, serve como um valoroso componente para ajudar na sua elucidação: o fato de as próprias vítimas do racismo incorporarem aspectos dessa ideologia (HALL, 2008).

Com certeza, todo o processo de construção de consenso exposto até aqui, envolvendo intelectuais, órgãos da sociedade civil e o Estado, já explicam muito desse fenômeno social. Entretanto, Gramsci, no *Caderno 11*, amplia o nosso conhecimento sobre esse processo social ao propor que, despossuídos de uma consciência histórico-crítica e coerente da realidade que os cercam, muitos membros dos grupos subalternizados acabam incorporando como consenso ativo aspectos da visão de mundo das classes dominantes porque: a) prevalece na subjetividade dessas pessoas uma consciência mista, fragmentada e contraditória da realidade,

facilitando a incorporação de elementos da ideologia dominante; b) incorporam as concepções das classes dominantes como forma de enfrentar a exploração e a exclusão a que são submetidos, pois a "[...] própria concepção do mundo responde a determinados problemas colocados pela realidade, que são bem determinados e 'originais' em sua atualidade" (GRAMSCI,1999, p. 94); c) movido por uma concepção fragmentada da realidade e tendo o senso comum como sua filosofia de vida, o homem do povo credita à posição daqueles que pensam e vivem como ele os caminhos a seguir, mais ainda, essa postura adquire um ato de fé: "Mas de fé em quem e em quê? Sobretudo no grupo social ao qual pertence, na medida em que este pensa as coisas também difusamente como ele: o homem do povo pensa que tantos não podem se equivocar" (GRAMSCI, 1999, p. 109). Sobre esse último, Gramsci destaca ser um ponto nevrálgico para o entendimento da adoção pelos grupos subalternos da visão de mundo dos setores dominantes, porque esse "ato de fé" resulta em que quanto mais membros do grupo social concordarem com os direcionamentos intelectuais e morais das classes dominantes, mais outros membros do mesmo grupo vão interpretar essas propostas como coerentes e corretas para orientarem suas próprias vidas.

Em resumo, o uso dessas três determinações identificadas por Gramsci amplia o escopo teórico para a construção do conhecimento sobre o porquê de membros da população negra reproduzirem preconceitos e discriminações presentes na ideologia racista, visto que nos leva a entender que: 1) o fato de a pessoa ser negra não lhe imputa como característica inata a consciência crítica frente às formas e aos impactos do racismo na sua vida material e psicossocial; (2) a luta pela melhoria da condição de vida, marcada pela exclusão e exploração, na ordem capitalista fez com que membros do povo negro incorporassem, consciente ou inconscientemente, preconceitos e práticas racistas como forma de enfrentarem essa realidade, como no caso do branqueamento; (3) o fato de que quanto mais membros da comunidade negra incorporarem, de forma consciente ou inconsciente, a conformação presente no racismo brasileiro sobre os aspectos estéticos, intelectuais e morais do povo negro, mais essas concepções penetram como verdades na mente de outras pessoas negras, acorrentando uns aos outros nos grilhões do racismo; (4) a formação de uma consciência histórico-crítica sobre o racismo torna-se um imperativo para as pessoas negras não caírem nos embustes da ideologia racista e um componente vital na luta contra o racismo e pela emancipação do povo negro.

A funcionalidade do racismo para o capitalismo brasileiro

Pensadores como Agnes Heller (2011), Frantz Fanon (2008) e Silvio Almeida (2018) descartam como explicação para o predomínio do racismo as falhas de caráter ou de fundo psicológico dos indivíduos. Tais posições excluem as especificidades histórico-sociais desse fenômeno, excluindo sua totalidade. O mesmo pode ocorrer no caso do privilégio branco. Decerto, racismo e privilégio branco são determinações correlatas. Entretanto, situar o privilégio branco como único vetor para o predomínio do racismo, sem uma visão histórico-crítica, pode resultar em dois erros teóricos: reduzir o grupo racial branco a um grupo homogêneo, sem conflitos e diferenças de classe, com todos se beneficiando do racismo da mesma forma e na mesma intensidade; e excluir do campo de análise o nexo entre racismo e capitalismo, omitindo os interesses de classe desse processo. O uso do conceito hegemonia serve para a construção do conhecimento dessa imbricação.

O conceito de hegemonia em Gramsci nos fornece condições para entendermos o predomínio do racismo numa sociedade capitalista a partir de sua relação com a base econômica da sociedade, através da relação orgânica entre superestrutura e estrutura, afinal, "uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral" (GRAMSCI, 2011, p. 19). Forja-se, assim, um projeto societário assentado no nexo do mundo político-social com o mundo da produção, pois "[...] se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica" (GRAMSCI, 2011, p. 48). O conceito de hegemonia, portanto, torna-se fecundo para o entendimento do predomínio do racismo em algumas sociedades capitalistas, a partir de seu nexo com os projetos econômicos, atuando como elemento superestrutural.

No segundo projeto de identidade nacional, por exemplo, a modernização dos preconceitos e da discriminação racial contra os negros presentes no tecido social desde o período da colônia, através de teorias raciais como o determinismo racial e o branqueamento, vinham ao encontro dos interesses da principal fração do bloco no poder: os grandes proprietários de terras. Com o imperativo da raça como fator

para o progresso da nação, não havia necessidade de mudança no modelo econômico, como a adoção de um amplo processo de industrialização. O setor agrário continuaria como principal área da economia e os grandes proprietários de terra como fração dominante no bloco no poder, conseguindo manter o lugar privilegiado nas ações econômicas do Estado.

Clovis Moura (2020) aponta que, no tocante à principal fração da classe dominante — os cafeicultores do Oeste Paulista —, a narrativa da raça vinha ao encontro de seus interesses com relação à mão de obra. Em meados do século XIX, um dos principais debates envolvendo fazendeiros e políticos referia-se à questão da mão de obra diante do fim da escravidão. Muitos membros da classe dominante, arraigados a estereótipos sobre as pessoas negras, achavam que, sem a força do chicote, a força de trabalho negra não seria produtiva. Havia também o receio de que com a abolição os negros abandonariam as fazendas. Nesse contexto, a vinda da força de trabalho imigrante, sublinhada como ordeira e produtiva, era vista como resolução para o "problema" da mão de obra, além de legitimar o pagamento das passagens dos imigrantes que viessem para trabalhar nas fazendas de café do Oeste paulista, pelo estado de São Paulo. Somado a isso, a entrada massiva dessa força de trabalho, bem acima da demanda local, permitiu aos cafeicultores rebaixarem o salário oferecido aos imigrantes e firmarem contratos, no sistema de colonato, em condições mais favoráveis (MOURA, 2020).

Essa quantidade de imigrantes também favoreceu outros setores da burguesia, como os donos de fábricas. Muitos imigrantes, desiludidos com o trabalho na área rural, migraram para as cidades em busca de melhores condições de vida. No entanto, como a maioria não tinha como sobreviver por conta própria, muitos acabaram trabalhando no setor fabril, sendo submetidos a péssimas condições de salário e de trabalho. Não bastava, portanto, a simples vinda da força de trabalho imigrante: esse processo também teria que se dar de forma mais vantajosa possível para a burguesia, possibilitando uma maior acumulação de capital. Assim, a narrativa da necessidade do trabalho imigrante, diante dos estereótipos imputados à mão de obra negra, proporcionou as condições subjetivas para a consecução desse interesse.

Essa presença imigrante não representou um alijamento das pessoas negras do mercado de trabalho capitalista. Primeiramente, porque a força de trabalho negra continuou a ser usada em trabalhos de grande esforço físico, como nas carvoarias, nos portos e em outros lugares, assim como em trabalhos rejeitados por imigrantes e brancos nacionais (DOMINGUES, 2003; FERNANDES,2008). As mulheres negras

tiveram mais acesso a postos de trabalho devido ao serviço doméstico, mas nessa situação sofriam com os baixos salários, péssimas condições de trabalho e, em muitos casos, com o assédio sexual dos patrões (GONZALES, 2020; FERNANDES, 2008). Em segundo lugar, porque o processo de imigração se concentrou nas regiões Sul e Sudeste, sobretudo em São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, fazendo com que a mão de obra negra fosse utilizada em diversos lugares. No Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, houve uma larga utilização da força de trabalho negra nas fazendas. Na cidade do Rio de Janeiro, cuja produção industrial foi a maior do país até 1920, a maioria do operariado era formada por trabalhadores nacionais e com participação de negros. Mesmo no estado de São Paulo, estudos têm demonstrado a presença da força de trabalho negra nas fazendas de café e no setor industrial, mesmo em minoria frente aos imigrantes (MONSMA, 2016; DOMINGUES, 2016; COSTA, 2015). Em todas essas situações, o uso da força de trabalho negra favorecia a burguesia pelo baixo salário que esses trabalhadores recebiam e como "exército de reserva", proporcionando à burguesia o rebaixamento do valor dos salários da massa de trabalhadores, nacionais e imigrantes, além de poder contratá-la diante de uma greve no setor produtivo, sobretudo no setor industrial.

Florestan Fernandes (2008) e Clovis Moura (2020) destacam que, diante da extrema desigualdade reinante, a ideologia racista também favorecia a burguesia ao deslocar para a questão racial a explicação para a precária situação socioeconômica da maioria da população negra, excluindo as contradições do capitalismo e a forma como as pessoas negras foram inseridas na sociedade competitiva brasileira no pós-abolição. Por outro lado, a incorporação da ideologia do branqueamento por parte da população negra, como entendimento de sua realidade e da superação dos seus problemas sociais e econômicos, agia como obstáculo para a construção de uma consciência crítica em relação ao racismo, como também da exploração capitalista sobre o povo negro. Mesmo os brancos pobres (imigrantes ou nacionais), beneficiando-se das teses racialistas, acabavam sendo atingidos pelo predomínio dessa visão de mundo. A centralidade da raça, alinhada ao liberalismo excludente da época, ensejava que a superação da pobreza entre os brancos resultaria do esforço individual, não sendo necessário o Estado para estabelecer políticas públicas voltadas para a solução do problema social e das condições de trabalho e de salário.

No período do terceiro projeto de identidade nacional houve uma nova conjuntura, dos anos 1930 até o final dos anos 1980, marcada pela expansão de núcleos urbanos e industriais promovendo modificações na organização do capitalismo

brasileiro. Em linhas gerais, de um lado, houve a expansão das atividades econômicas e da oferta de empregos, o aumento da riqueza socialmente produzida, uma maior participação do capital estrangeiro e o setor industrial passando a ser a fração de classe dominante no bloco no poder; do outro lado, aprofundou-se a extrema desigualdade social característica do capitalismo brasileiro, cuja histórica e aviltante concentração de renda é uma de suas principais marcas.

Na nova conjuntura, ampliou-se a presença das pessoas negras no mundo do trabalho, principalmente no setor industrial. Entretanto, a maioria da população negra continuou a estar lotada em trabalhos subalternizados e a receber baixos salários, reproduzindo as condições materiais de existência marcadas pela precarização, como se fosse uma "herança maldita" de uma geração para outra (MOURA, 2020). Já na seleção para uma vaga de emprego, essa hierarquia racial já poderia estar presente, como atesta a colocação, em muitos anúncios de oferta de emprego, da expressão "exige-se boa aparência", ou seja, o padrão branco. Mesmo com a proibição, a partir da Constituição de 1988, desse tipo de exigência, na prática muitas vagas de emprego continuaram a ser preenchidas sob o jugo do fator racial. Outra marca dessa hierarquia racial no mundo do trabalho constitui a baixa presença de pessoas negras ocupando cargos de gerência, chefia e direção de empresas.

Sob o ponto de vista das correlações de força, esse privilégio branco no mundo do trabalho, como indica Fanon (2008), também deve ser entendido como fator para atenuar a tensão social entre trabalhadores brancos e a burguesia, numa sociedade marcada pela extrema exploração. A diminuição da concorrência de pessoas negras com as pessoas brancas a postos de trabalho e a maior ascensão funcional não pode ser descartada como um elemento no movimento da diminuição dos impactos do capitalismo sobre os trabalhadores brancos e maior penetração na mente desse grupo da visão de mundo capitalista. O caso das empregadas domésticas, em sua maioria negras, também pode ser inserido nesse mesmo movimento, ao criar condições mais propícias para as famílias de classe média, em sua maioria branca, reproduzirem suas condições materiais de vida. Além do serviço de casa, a contratação da empregada doméstica cria as condições objetivas para a mulher da família de classe média trabalhar e aumentar a renda familiar. Sob esse prisma, o fato de as empregadas domésticas, até o início deste século, não terem acesso a direitos trabalhistas, com muitas submetidas a péssimas condições de trabalho e salário, seria um resquício da escravidão que beneficiava a classe média em sua inserção na ordem capitalista, ao diminuir os seus custos com o uso dessa força de trabalho.

No que tange à extrema desigualdade, como no caso da conjuntura anterior, a ideologia racial brasileira atua na conformação de uma visão de mundo que obceca negros e brancos sobre as contradições do capitalismo brasileiro, naturalizando as desigualdades raciais em dois movimentos orgânicos. Primeiro, na imputação da culpabilidade "sobre os segmentos não brancos oprimidos e discriminados, o negro em particular, a culpa de sua inferioridade social, econômica e cultural" (MOURA, 2020, p. 93). Segundo, na conformação da "naturalização" da ausência de um grande número de pessoas negras em profissões de prestígio socioeconômico e do fato da maioria das empregadas domésticas, dos porteiros, dos serventes, dos pedreiros, dos moradores das favelas, dos desempregados e da população carcerária ser composta por negros ou negras (ALMEIDA, 2018). Somado a isso, a ideologia do branqueamento converge numa ação psicossocial em que muitas pessoas, ao incorporarem, consciente ou inconscientemente, o ato de embranquecer como caminho para se ter uma mobilidade social, resulta em mais uma dificuldade para a luta coletiva contra o racismo e contra a ordem social capitalista (MUNANGA, 1999; COSTA, 2015).

O mito da democracia racial, inclusive, proporciona uma construção ideológica mais afeita ao capital para a superação da pobreza entre negros e brancos, induzindo que num país marcado pela "harmonia" racial e sem grandes conflitos sociais, não existem entraves para os indivíduos, independente de raça e etnia, obterem a mobilidade social. Com esforço pessoal e trabalho árduo, todos teriam condições de trilhar o caminho para a melhoria socioeconômica. Como Octavio Ianni ressalta, uma das vantagens do mito da democracia racial para a burguesia é a de que "surge como expressão particular do mito mais amplo da sociedade *aberta*, em que os homens — pobres ou ricos, de qualquer raça, sexo ou religião — são definidos ideologicamente como iguais" (IANNI, 2004, p. 333).

Por fim, o mito da democracia racial também favorece a burguesia ao propiciar a construção ideológica da essência do povo brasileiro como pacífico, ordeiro, trabalhador e refratário a qualquer ideologia ou movimento contrário a esses valores definidores da nação brasileira. Tal concepção foi utilizada por setores conservadores e reacionários para se contrapor a movimentos contrários à ordem capitalista, mesmo no sentido reformista, ou das tensões sociais imanentes desse sistema, servindo para legitimar o uso do aparelho repressivo do Estado para manutenção da "paz social" e dos "valores" do povo brasileiro — nem que se tenha de fazer uso das forças militares para "a instauração da paz dos cemitérios" (GRAMSCI, 2011, p. 45).

Tais conjunturas demonstram o quanto o uso do conceito de hegemonia permite compreendermos o racismo como um dos elementos superestruturais do capitalismo brasileiro, mantendo uma relação orgânica com sua base econômica, implicou em sua transformação em força social e uma das estruturas da sociedade brasileira. Para isso, como já foi citado, o racismo não se petrificou. Os preconceitos e a discriminação contra a população negra, reinantes no período da escravização, foram adequados às novas demandas dos setores capitalistas através da teoria do determinismo racial e da teoria do branqueamento, no pós-abolição e no transcorrer da Primeira República. Depois, a partir de 1930, o racismo sofre uma nova metamorfose, mais adequada ao avanço das forças produtivas e dos novos condicionamentos históricos, com o uso do mito da democracia racial, da ideologia do branqueamento e da manutenção de práticas estruturais racistas na realidade brasileira, através do racismo à brasileira. Em suma, não há como entender a força e a penetração do racismo na tessitura social sem entender o quanto os direcionamentos intelectuais e morais, presentes na ideologia racista, favorecem as classes dominantes em termos de exploração da força de trabalho, da privatização do Estado, da "naturalização" das situações de exclusão e exploração social e da dificuldade para apreensão do capitalismo na formação da desigualdade social existente no país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. *O que é Racismo Estrutural*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

COSTA, Emília Viotti. *Brasil*: história, textos e contextos. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma História Não Contada*: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac, 2003.

DOMINGUES, Petrônio. *Protagonismo Negro em São Paulo*. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscara Branca*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*: ensaio e interpretação sociológica. Vol. 1. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

GONZALES, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*: introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*: Maquiavel notas sobre o Estado e a política. Vol. 3. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cartas do Cárcere*: 1931-1937. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HALL, Stuart. *Da Diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História.* São Paulo: Paz e Terra, 2011.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil.* 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, 1ª reimpressão, 2004.

MONSMA, Karl. *A Reprodução do Racismo*: fazendeiros, negros e imigrantes o oeste paulista, 1880-1914. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2020.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil*: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

NADAI, Elza. O Ensino de História do Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n 25/26, pp 143-162.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930). 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem Preto Nem Branco, muito pelo Contrário*: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: ClaroEnigma, 2012.

INDEPENDÊNCIA? A FACE DAS INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Mônica Rocha

"O Brasil não é para principiantes". Assim disse o poeta Tom Jobim. Ironicamente, esta frase demonstra que é necessário ter experiência para entender a maneira brasileira de ser. Porém, se o Brasil não é para amadores (numa adaptação às conversas cotidianas), para os profissionais no assunto "Brasil", também não é fácil falar sobre este jovem país que completa 200 anos de emancipação política. Certamente, muitas abordagens podem compor as conversas sobre o Brasil de especialistas e iniciados, ou mesmo do senso comum, mas nos últimos anos a pauta tem sido "Brasil x Brasil".

A reflexão que tomou corpo neste texto é, em parte, o resultado de pesquisa de dissertação de mestrado desenvolvida no marco do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal Fluminense, mas também é consequência de uma inquietação gerada ao observar como o chão da sociedade civil brasileira desenvolveu uma brasilidade institucionalizada conformando-se à lógica societária que coloca a independência e a vontade coletiva e nacional em questionamento.

O chão da sociedade civil

Inicio com a conceituação de sociedade civil enquanto categoria de análise, pois possibilita explicar o papel do Estado no direcionamento das políticas públicas (MENDONÇA; PAULA, 2013; SEMERARO, 2006). As instituições da sociedade civil têm sua materialidade no processo histórico que gerou os objetivos de sua existência. A institucionalização é um processo de história compartilhada (BERGER; LUCKMANN, 1973; GOHN, 2000).

O conceito de sociedade civil tem sua origem no pensamento contratualista de base saxônica, com o Estado explicado por Hobbes (1588-1679). Antes, o poder político era explicado pelo pensamento religioso, num acordo marcado pela escassez, fome e insegurança, que outorgava ao soberano o poder de exercer a violência para garantir a ordem e a paz (FONTES, 2006, p. 204). O poder era desigual, com a entrega das armas ao soberano. O Estado Contratualista se pautava na racionalidade, com leis e regras do poder do Soberano. O Estado, na perspectiva de Hobbes, era visto como uma necessidade para livrar os homens e as mulheres de seus apetites e paixões irracionais. A sociedade civil aparece no pacto, tornando-se par dicotômico do Estado, porém contrapondo-se a ele.

Em Locke (1632-1704), o conceito de sociedade civil dá ênfase à propriedade. Todos fazem parte da sociedade civil, mas somente os proprietários são integralmente membros dessa — o que está na gênese do pensamento liberal, determinando o princípio da propriedade e definindo quem *pode* governar e quem *deve* ser governado (FONTES, 2006). A tradição anglo-saxônica lança as bases para o fundamento da propriedade privada como um axioma, vinculando sociedade civil e progresso.

De acordo com Giovanni Semeraro (1999, p. 119), vemos em Hegel (1770-1831), na obra *Filosofia do Direito* (1820), parágrafos dedicados à sociedade civil e sua nova configuração do cidadão em relação à propriedade privada. A concepção moderna de sociedade civil aparece pela primeira vez em Hegel como um novo lugar de conflito fora do espaço privado da família ou do espaço público do Estado (SEMERARO, 1999, p. 113):

> Para além das semelhanças terminológicas, no entanto, esses conceitos em Hegel recebem outro conteúdo, provocando profunda ruptura com a tradição e o velho mundo político. Em virtude das transformações ocorridas nas estruturas sociopolíticas da Europa Moderna, a família passa a não ser mais uma sociedade econômica doméstica. A Revolução Industrial opera a passagem da economia para o âmbito da "sociedade civil" e para o controle do Estado, relegando a família a mero espaço "sentimental". Mas, a maior transformação que Hegel observa no seio do mundo moderno se realiza entre o Estado — que tende a ocupar espaços políticos cada vez mais universais — e a sociedade — que se dedica, livre e autonomamente, às suas tarefas "civis" e econômicas (SEMERARO, 1999, p. 116).

> Assim, na sociedade civil coexistem o princípio da particularidade da pessoa concreta que procura seus interesses, e o princípio da universalidade presente nas relações recíprocas das pessoas. Os indivíduos enquanto cidadãos desse Estado, *pessoas privadas* que têm por fim o seu interesse particular, na base peculiar "necessidade" da sociedade civil, se constituem também "anéis da corrente" duma imponente *conexão.* (SEMERARO, 1999, p. 119)

Carlos Nelson Coutinho[1], que também estudou a sociedade civil brasileira numa perspectiva gramsciana, recupera Hegel ao abordar a construção do seu pensamento sobre a sociedade civil, considerando as formulações de Rousseau no pensamento hegeliano e sua relação com a problemática da vontade geral, que se mantém a partir da liberdade dos indivíduos (COUTINHO, 2011, p. 41-43). A vontade geral que aparece em Hegel, em sua construção do conceito de sociedade civil, tem "uma base objetiva" e, assim sendo, "sofre um processo de determinações histórico-genéricas que transcende a ação dos indivíduos e seus projetos singulares". Coutinho, citando Hegel, traz o destaque da "sociedade civil como o campo da luta de interesse singular de todos contra todos". O pensamento liberal traz uma "vontade de todos", não uma vontade geral no sentido Rousseuniano. Nesta diferença é que Hegel se afasta dos clássicos do pensamento liberal e aproxima-se de Rousseau, em busca de uma vontade geral para localizar a sociedade civil (COUTINHO, 2011, p. 45).

Não podemos deixar de considerar que o conceito de sociedade civil tem uma longa tradição intelectual baseada na associação humana que independe da autoridade exercida pelo Estado. O conceito moderno de sociedade civil, embora "associado às relações de propriedade" do liberalismo econômico, tem suas raízes numa longa tradição. Para Ellen Wood (2011), o conceito de sociedade civil é inerente a todas as maneiras de desenvolver conceitualmente o capitalismo, pois tem sua utilidade para tornar as situações adaptáveis às suas propostas, o que, para Wood, é como um recuo às reivindicações políticas, mas é também uma flexibilização da atuação do Estado, pois, segundo a autora, quando a concepção de sociedade civil

1. Referindo-se ainda aos clássicos do liberalismo, Coutinho deixa claro que, em Hegel, há uma dialética do particular e do universal que nas corporações encontram suas principais manifestações concretas. Ao dizer isto ele considera que, "ao falar em 'corporações', Hegel introduz assim — já na esfera da 'sociedade civil-burguesa' — um ator coletivo, cuja vontade não é mais singular e ainda não é plenamente universal, mas sim particular" (COUTINHO, 2011, p. 47-48).

é separada da concepção de Estado, fornece um "álibi" para o capitalismo, transformando-o em uma espécie de "capitalismo do bem" (WOOD, 2011, p. 205-206).

Na afirmação de Gramsci (2007, p. 228), para entender a sociedade civil, "é preciso distinguir a sociedade civil tal como é entendida por Hegel e no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado". Assim, fica evidente a indicação que o conceito de sociedade civil utilizado por Gramsci tem como base o pensamento de Hegel (COUTINHO, 1992, 2011). E é neste sentido de hegemonia política e cultural de um grupo sobre todo o conjunto da sociedade que a sociedade civil pode ser assimilada para entender suas organizações e relações na composição do Estado que, para Gramsci, tem sua concepção no sentido Integral. O que demonstra que, para Gramsci, considerar a história da sociedade civil é também considerar o domínio de alguns grupos sociais sobre os outros, ou seja, a história da luta de classes. A ideia de sociedade civil sem considerar a luta de classe é um conformismo:

> Deve-se notar, a respeito do "conformismo" social, que a questão não é nova e que o brado de alarme lançado por alguns intelectuais é apenas cômico. O conformismo sempre existiu: trata-se hoje de luta entre "dois conformismos", isto é, de uma luta pela hegemonia, de uma crise da sociedade civil. (GRAMSCI, 2007, p. 264)

Destacamos que é na ação dos agentes (grupos sociais e classes e frações) no Estado Integral a busca por espaços hegemônicos, que são mediados por organizações da sociedade civil, o que Gramsci chama de Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs).

Sociedade civil no Brasil Contemporâneo

Para trazer a ideia do contemporâneo para pensar a sociedade civil brasileira é fundamental considerar que somos uma nação que completa 200 anos de emancipação política, dos quais 67 anos como monarquia dentro de um regime escravocrata. Como Estado Republicado temos apenas 132 anos, nos quais o Brasil viveu

mais de 30 anos de ditadura[2]. Assim, tivemos uma sociedade civil com representação política por menos de 100 anos.

Esta ocasião de aniversário de duzentos anos do desligamento da condição oficial de colônia de Portugal permite a reflexão sobre a nossa condição de nação independente, considerando a face das instituições da sociedade civil brasileira contemporânea, pois cada vez torna-se mais urgente e necessário pensar o Brasil hodierno e suas instituições trazendo luz para entender a sociedade civil brasileira, a qual organiza a vontade coletiva em busca de uma identidade nacional, trazendo como questionamento: há independência no projeto nacional para sociedade brasileira?

Observando a face das instituições da sociedade civil brasileira, apesar da complexidade que este recorte apresenta — visto que "não é simplesmente datar, quando se faz o recorte em período, mas é dividir a história em termos de conteúdos que resgatam acontecimentos" (CIAVATTA, 2016, p. 215) que, considerados por quem pesquisa um determinado tema —, encontramos no tempo recortado significados relevantes.

O recorte contemporâneo intenciona perceber como os últimos anos contemplam aspectos que nos provocam inquietações, tendo em vista que a sociedade civil formata-se num modelo institucional de organização da vontade coletiva como aparelhos privados de hegemonia que, simultaneamente, permitem a interferência do modelo de ordenamento da nova ordem mundial — colocado em execução nos anos de 1980/1990, impondo de fora para dentro determinações estruturais e conjunturais a partir dos interesses da classe dominante, objetivando uma hegemonia de longo prazo.

Nessa inquietação, trazemos a construção de repertórios para uma política do convencimento, considerando determinações internacionais dentro de uma lógica de um capitalismo subordinado e dependente, o que mina a possibilidade de um projeto nacional de independência na construção da vontade coletiva.Contudo, nos questionamentos buscamos respostas, compreendendo, através dos documentos, como a institucionalização da vontade coletiva encontra lugar nos processos de formação — através dos espaços escolares e das organizações que dão apoio à escola nos projetos sociais fomentados por instituições que emergem da iniciativa privada na sociedade civil.

2. Considerando o período da ditadura Vargas (1930-1945) e 21 anos de ditadura empresarial-militar (1964-1985).

A Pesquisa IBGE e IPEA, em parceria com ABONG e GIFE[3] (2012), demonstra o perfil das instituições da sociedade civil dando visibilidade às entidades, expondo o seu crescimento em números com suas características espaciais, além do processo de articulação da sociedade civil com o Estado no seu sentido restrito, funcionando como interfaces para a promoção das políticas públicas no aprofundamento do processo de democratização:

> O estudo em questão tem o objetivo de construção de estatísticas comparáveis internacionalmente, para tanto o nivelamento foi adotar a metodologia do *Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts*, elaborado pela Divisão de Estatística da Organização das Nações Unidas — ONU, em conjunto com a Universidade John Hopkins, em 2002, denominando de Fasfil as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, baseadas em cinco critérios: iniciativa privada, sem fins lucrativos, ... Seguindo os critérios jurídicos do Código Civil: três figuras jurídicas: associações, fundações e organizações religiosas. As associações, de acordo com o Art. 53 do novo Código regido pela Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, constituem-se pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos (IBGE, 2012, p. 13).

Dois pontos a destacar desta pesquisa é o aumento do número de instituições, que passaram de 267,3 mil, em 2006, para 290,7 mil, em 2010, além da metodologia de pesquisa, alinhada aos moldes internacionais. Salientamos como as articulações e determinações no plano cultural e político possibilitaram mudanças no processo de desenvolvimento, oportunizando mudanças na sociedade brasileira, principalmente no que tange à organização política reivindicatória — colocando na pauta uma modernização conservadora que rivalizava com o projeto nacional popular de desenvolvimento.

3. O documento define que "o conjunto de informações contribui para entender-se a dinâmica da organização da sociedade civil na história recente, que teve na Constituição Federal de 1988, um marco importante no que se refere ao reconhecimento da organização e da participação social como direitos e valores a serem garantidos e fomentados. Como integrantes de movimentos sociais e outras iniciativas dos cidadãos, associações e fundações sem fins lucrativos são atores sociais e políticos que dão vida à experiência democrática no Brasil. Juntos, influenciam agendas públicas, exercem o controle social, atuam na execução de políticas públicas e criam novos projetos de interesse público" (IBGE, 2012, p. 11).

A cooptação das instituições da sociedade civil e dos movimentos sociais através de recursos para viabilizar suas ações de atendimento direto, possibilitando a naturalização do neoliberalismo no consenso da globalização, teve por consequência o aprofundamento das desigualdades sociais na medida em que o investimento é para uma educação para o trabalho simples — ou seja, para a manutenção de um capitalismo dependente.

As diversas análises de Neves (2008, 2010) demonstram um detalhado exame das políticas educacionais das décadas de 1980 e 1990 nos quais os determinantes estruturais e conjunturais, dentro da nova ordem mundial, permitem entender a presença dominante do pensamento empresarial na educação brasileira. Por meio de ações filantrópicas com feição de responsabilidade social empresarial, promove-se um anestésico à desigualdade através dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. A historiadora Virgínia Fontes questiona se esta expansão é uma face do avanço do capital nos recursos públicos através das parcerias:

> A dimensão associativa — ou a sociedade civil, expressa em aparelhos privados de hegemonia, da qual fazem parte também partidos, sindicatos, mídia, escolas, clubes etc. segundo a conceituação gramsciana — é espaço no qual se exercita a sociabilidade e onde se travam as grandes batalhas pela compreensão do mundo, pela consciência e pelas opções e possibilidades existentes de sua conservação ou transformação (FONTES, 2018, p. 14)

Assim, diante de aparentes escolhas da população, a dominação aparentemente dilui-se e os APHs empresariais criam barreiras às instituições populares (FONTES, 2017, p. 208). Segundo Fontes, o ativismo empresarial pró-consenso tem produzido uma multiplicação de coligações associativas através de suas mais diversas formas. A luta por hegemonias acontece não apenas por visão de mundo, mas pela luta por espaços institucionais que dão suporte material às ideologias que amalgamam os APHs, articulando consenso e conflito nas diversas faces das instituições sociais. Contudo, a hegemonia das classes trabalhadoras instaura relações pedagógicas e o Estado educador, através de seus intelectuais, é o responsável pela construção do consenso nas diversas forças políticas da sociedade. É na sociedade civil, através de suas organizações como lugar de hegemonia, que se define a política (SEMERARO, 1999, p.83).

Construção dos repertórios (de uma política) do convencimento

Novos repertórios estavam em construção no Brasil durante o processo de redemocratização. A organização dos coletivos, agregando interesses de grupos nos anos de 1980/90, veiculavam questões motivadas por ações afirmativas, possibilitando que o foco de suas ações fosse para as pautas identitárias, dando o tom na busca de adesão e também na busca de recursos para suas demandas institucionais, fomentando seus projetos na organização do coletivo em torno de questões focalizadas (GOHN, 2014, p. 336-337; NEVES, 2010). Coube às organizações da sociedade civil fazerem a semeadura de repertórios respaldados pela legislação, que fornecia personalidade jurídica às instituições emergentes, e somavam a isto questões externas que influenciavam o processo brasileiro:

> Para complicar o cenário, a globalização e as mudanças na conjuntura política do Leste Europeu levaram a alterações nas políticas a cooperação internacional. As agendas das instituições internacionais deixaram de priorizar o desenvolvimento de projetos na América Latina — por considerarem que a transição para a democracia se completara — e mudaram o sentido de seus programas. Em vez de auxílios ou subsídios econômicos, passam a fornecer apenas suporte técnico para os movimentos e as ONGs nacionais. Estes devem demandar subsídios financeiros a seus governos e, fundamentalmente, gerar receitas próprias. Neste contexto, o panorama das lutas sociais se alterou completamente, a mobilização cotidiana e os atos de protestos nas ruas diminuíram e a militância decresceu (GOHN, 2014, p.18).

O momento da abertura democrática foi um cenário favorável para o florescimento das organizações da sociedade civil em rede, observando-se a emergência da ação coletiva de pressão e reivindicação, transformando-se em adesão ao fomento e às parcerias — às vezes com interesses antagônicos, que alteram os repertórios em favor dos interesses da classe de quem organiza a distribuição de recursos (EVANGELISTA; LEHER, 2012).

Com base nesta pauta de organização, o cenário se consolida através da associação institucional mobilizando a ação direta, a maioria de inserção voluntária, com fisionomias identitárias em torno de ações afirmativas que validam e dão o

tom na busca de adesão aos recursos para suas demandas institucionais, agregando interesses do grupo financiador na organização do coletivo em torno da questão demandada (GOHN, 2014, p. 336-337). Através de uma semeadura de repertórios respaldados na legislação, possibilitaram personalidade jurídica às instituições. Os grupos institucionalizados buscaram hegemonia na construção de novas formas de encaminhamentos de suas demandas na sociedade civil, numa dinâmica contínua de participação no novo momento democrático do Brasil. As organizações sociais, aderindo às possibilidades de fomento para seus projetos, abriram caminhos para seus interesses como novos sujeitos coletivos. A semente brotou nos repertórios, contraditoriamente influenciados por diferentes determinantes.

Contudo, "ao mesmo tempo que os ventos internacionais mudavam" (MIGUEL, 2016, p. 55), os países centrais subsidiaram iniciativas nos países periféricos (como o Brasil, com ênfase em questões de identidade em torno de ações afirmativas), validaram e deram o tom na busca de adesão aos recursos para suas demandas, definindo e influenciando, através de documentos internacionais, seu funcionamento como orientação para políticas educacionais em nível mundial que, de maneira hegemônica, tornam-se os objetivos consensuais dos signatários desses documentos norteadores.

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em 1989, como documento oficial, a Declaração dos Direitos da Criança, transformando-a numa Convenção com sanções aos países membros da ONU. Na prática, criou uma obrigatoriedade ao cumprimento das determinações da Declaração.[4]

O surgimento do novo regramento legal[5] legitima a lógica de construção de consenso que atende o modelo de gestão das políticas públicas, configurando um novo ordenamento para sociedade civil influenciado na sedimentação do repertório. Duas questões foram destacadas ao observar a ênfase do programa Criança Esperança, podendo mencioná-las como norteadoras da pauta televisiva e dos editais de fomento: a primeira é a implementação do novo modelo legal para as

4. *Convention on the Rights of the Child*. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/ProfessionalInterest/crc.pdf.

5. A lei, conhecida como Nova Lei do Terceiro Setor, nº 9790/99, funcionou como um marco legal na regulação das relações entre o Estado Restrito e a Sociedade Civil, tendo como intenção criar mecanismos de legalidade para estimular o financiamento. A lei cria assim um arcabouço legal que destrava a burocracia em torno das Organizações Sociais, somando financiamento do orçamento público às doações de voluntários.

instituições da sociedade civil; a segunda, a entrada da gerência/gestão compartilhada da educação, através de parcerias e terceirização de serviços.

A terceirização da gestão escolar aparece em ações táticas e cotidianas e também em ações estratégicas com planejamentos de programas anuais. As instituições emergentes na sociedade civil têm, no novo enquadramento legal, maior flexibilidade e legitimidade para captação e utilização de recursos, numa face apaziguadora, voluntarista e filantropizante (NEVES, 2010; FONTES, 2018). O papel da opinião pública, através dos meios de comunicação de massa, é fundamental para o "sucesso" dos Projetos de atendimento.

O Programa Criança Esperança foi coordenado pelo UNICEF de 1986 a 2003. Desde 2004, quando o Programa ampliou seu foco para a juventude, a coordenação passou a ser da UNESCO, agência da ONU que trata mais especificamente de questões relativas a essa faixa etária, assim como de educação e cultura (UNESCO, 2010, p. 170).

Seguindo o caminho metodológico de utilização de documentos produzidos pela UNESCO[6] como fonte, observa-se que a ideia de compartilhar experiências e memórias de meninos e meninas atendidos nos projetos auxiliados pelos recursos do Programa Esperança traz, nos documentos comemorativos, a intenção de promover a ação, sendo não apenas uma peça de divulgação, mas documento de orientação, permitindo-nos, por meio de sua análise, perceber como esta perspectiva de observação demonstra o processo hegemônico (ROCHA, 2020). Em seus documentos, ao nomear acontecimentos em relatórios, os intelectuais gerentes produzem conceitos e os promovem, visto ser isto necessário para construção de uma produção cultural. Contradições entre valor econômico e valor estético aparecem em duas dimensões ao estabelecerem a relação do produto cultural com o mercado, surgindo como fator determinante, pois o caráter do planejamento em relação aos efeitos esperados fica evidenciado na relação da Rede Globo com a UNESCO, especialmente na administração do Programa Criança Esperança e nos editais de fomento, considerando a articulação entre a Central Globo de Comunicação e os "formuladores" de documentos da UNESCO — verificado na articulação das ações estratégias da política pública, vinculando o contexto da conjuntura nacional e a ênfase da pauta do Programa.

6. Assim, o caminho que a pesquisa faz tenta demonstrar como a autorreferência auxilia na construção de repertórios hegemônicos, principalmente quando o sistema midiático é utilizado como caixa de ressonância, reforçando este caráter.

Verificamos, por exemplo, no ano de 2005, um movimento de organização da vontade coletiva em torno de um consenso global. A sociedade civil articulou-se no Brasil fundando o Movimento Todos pela Educação; simultaneamente, a UNESCO, substituindo a coordenação do Programa Criança Esperança, movimentou-se em reuniões internacionais. A criação do Movimento Todos pela Educação, impulsionada pelo *lobby* da Educação para Todos, e a grande difusão do modelo neoliberal nos organismos multilaterais, como a UNESCO, assumiram a tarefa de formação de um cidadão mundial que deveria responder ao consenso nas atividades oriundas de programas das políticas públicas para a educação de formatação neoliberal, justificando suas propostas numa agenda vinculada à globalização que, por assim ser, tem na educação uma formação adequada às novas formas de viver neste mundo integrado por um capitalismo global.

Há uma articulação simultânea: a Rede Globo fecha parceria com a UNESCO, em 2004, e, em 2005, é criado o Movimento Todos pela Educação, que é tema do programa/*show* televisivo anual de 2005, estabelecendo com a sociedade civil uma rede de gestores tanto dos beneficiários do Programa Criança Esperança, quanto dos gestores de recursos associados e membros empresários do Todos Pela Educação (organizados por Aparelhos Privados de Hegemonia[7]). A UNESCO, para alcançar seu objetivo de construir a paz na mente dos homens e mulheres mediante a educação, a cultura, a ciência e a comunicação, realiza acompanhamento técnico, estabelece parâmetros e normas e cria projetos inovadores, agindo como catalisadora de propostas e disseminadora de soluções para os desafios encontrados, tendo como principal diretriz, desde os anos de 1990, a Educação para Todos — que constitui a base para a criação do Movimento Todos pela Educação, no Brasil.

Segundo Martins (2016), a gênese do Todos Pela Educação (TPE)[8] está na nova relação entre Estado e Sociedade Civil. Rompendo com a dualidade do público e privado no guarda-chuva do terceiro setor, trazendo a responsabilidade social corporativa/empresarial para o enfrentamento das questões sociais,

7. Aparelhos Privados de Hegemonia em alguns momentos do texto designados pela sigla APH.

8. Vários documentos foram montados, como de praxe, para subsidiar ações que se iniciavam no Instituto Faça Parte, em 2001. Nesta produção de documentos, 10 causas foram elencadas e 26 compromissos pautados, o que deu origem ao Compromisso Todos pela Educação que, posteriormente, passou a ser chamado apenas de Todos pela Educação.

> É também interessante notar que, na primeira década dos anos 2000, os mesmos grupos de empresários que formaram o TPE começaram a fomentar diversas organizações que, em parceria com o poder público, buscavam atuar em distintas áreas da sociedade, na promoção do desenvolvimento sustentável, da segurança pública e da competitividade econômica (MARTINS, 2016, p. 35).

No campo da educação, a Fundação Roberto Marinho aparece como um dos primeiros parceiros cooperativos de envolvimento da iniciativa privada e da sociedade civil com o Projeto Amigos da Escola através de ações relacionadas à educação pública brasileira, aparecendo na conjuntura do Programa em 2004, ao destacar que as escolas passam a abrir suas portas no final de semana para participação das famílias e voluntários. Tal rede de relações agrega as ONGs (tradicionais e emergentes) e os Conselhos Representativos somados aos empresários,

> O grupo que formaria o TPE avançou em seu trabalho com a perspectiva de articular governo, investidores privados e sociedade civil em torno de um "objetivo comum", único e consensual, que seria traçado a partir das convergências em suas propostas. Iniciou-se, assim, o esboço do que seria um projeto único para educação pública brasileira (MARTINS, 2016, p. 40).

A mobilização em torno das propostas do TPE estava também no Programa Criança Esperança, com influências dentro do Estado e na sociedade civil — o que permite a construção do consenso, ganhando a adesão do elenco da Rede Globo de Televisão no alinhamento de ideias hegemônicas. Bastava semear e depois adubar, plantando a ideia de escola como laboratório dos novos repertórios, não embutida apenas no espaço da escola formal, mas na ampliação da jornada escolar em outros espaços através de organizações sociais. Como semelhança, temos que tanto o TPE quanto o CE são planos estratégicos para alcançar o projeto hegemônico que tem a educação como foco, sempre com o controle gerencial perpetrado pelos APHs em espaços de disputa no Estado e na sociedade civil, tendo no vocabulário a contribuição para construção dos argumentos do senso comum, organizando assim o repertório da sociedade civil.

Ao observar a dinâmica das últimas décadas através da conjuntura do Programa Criança Esperança e do Todos Pela Educação, verificamos como características norteadoras do processo as alianças com adesão ao projeto societário proposto pelo Programa fomentador, com orientação de uma liderança vinculada ao capital

e à estrutura vigente de manutenção do sistema do capitalismo internacional, que mantém os países periféricos em condição de dependência da lógica de consumo e acumulação. O voluntarismo focado no indivíduo, a movimentação de recursos através de doações e a criação de novos espaços físicos, com propostas de formação e inclusão através de cursos e atendimentos sociais, promovem a reprodução da mão de obra.

Contudo, não podemos ignorar que existem resistências no interior dos grupos atendidos, principalmente no que tange à dinâmica local do contraturno na ampliação da jornada escolar, com inclusão de grupos em vulnerabilidade social e grupos de cooperação mútua.

Considerações finais

Agora, em 2022, é necessário organizar os coletivos da sociedade civil para sermos verdadeiramente independentes. Contudo, se "o que a vida quer da gente é coragem" — como dizia o poeta Guimarães Rosa — talvez tenhamos que nos organizar para fomentar e viver esta coragem em busca de uma independência de fato e de direito, não se acovardando diante dos que querem nos tutelar, interna ou externamente.

Nesta dinâmica de aprender ser, que seja o aprendizado diário, no coletivo, mesmo que no contraditório chão da sociedade civil. Contudo, saber o que somos enquanto nação é buscar condições de saber o que queremos no enquadramento das relações de força no conjunto hegemônico do capitalismo mundial, que sorrateiramente promove as desigualdades, convencendo os desiguais ao consumo compulsório na busca por um lugar social.

É urgente pensar o Brasil hodierno, trazendo luz para entender a sociedade civil brasileira enquanto Estado que organiza a vontade coletiva em busca de uma identidade nacional verdadeiramente independente.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade.* Vozes. Petrópolis,1973.

BRASIL. *Lei nº 9.608*, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 19 fev. 1998.

CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). *Teoria e educação no labirinto do capital.* 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COUTINHO, Carlos Nelson. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos Pela Educação e o episódio Costin no MEC: A pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. In: *Trabalho Necessário*, ano 10, no 15, 2012.

FONTES, Virgínia. Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: NEVES, Lúcia. LIMA, Júlio (orgs.). *Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo*. Fio Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

FONTES, Virgínia. Hegemonismos e Política: Que democracia? In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.) *Estado e formas de dominação no Brasil Contemporâneo.* Rio de Janeiro, Consequência, 2017.

FONTES, Virgínia. Capitalismo filantrópico? Os múltiplos papeis dos APHs empresariais. *X Simpósio Nacional Estado e Poder*. Niterói, 23 a 25 de outubro de 2018.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos *Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola. São Paulo, 2014.

GOHN, Maria da Glória. *500 Anos de Lutas Sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e Terceiro Setor*. Mediações, Londrina, v.5, n1, p. 11-40, jan/jun, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.* Vol. 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IBGE. *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010.* Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias — uma visão histórica*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARTINS, Erika Moreira. *Todos pela Educação?* Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. São Paulo, Lamparina, 2016.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo B. (org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro, Laboratório Dimensões da História, 1998.

MENDONÇA, Sonia Regina de; PAULA, Dilma Andrade. *Sociedade Civil: Ensaios Historiográficos*. São Paulo, Paco Editorial, 2013.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. In: *Marx e o Marxismo*. Vol. 2, jan-jun., 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. *O colapso da democracia no Brasil:* da constituição ao golpe de 2016. 1ª ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; LIMA, Júlio César França (orgs.). *Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *Educação e política no limiar do século XXI.* 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *Direita para o social e esquerda para o capital:* intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

ROCHA, Mônica. *Fases e Faces na Construção de uma Hegemonia do Consenso: Programa Criança Esperança unindo interesses "globais" para a educação no Brasil (1986-2010).* Dissertação de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*. Cultura e Educação para a Democracia. Petrópolis, Vozes, 1999.

SEMERARO, Giovanni. *Educação e Fronteira Política*. Fapemat. CNPq, Cuiabá, 2006.

UNESCO. *Criança Esperança. 25 anos criando oportunidades*. Brasília, 2010.

WOOD, Ellen. *Democracia contra o capitalismo.* São Paulo: Boitempo, 2011.

A BANDEIRA NACIONAL: ANÁLISES DOS SIGNIFICADOS E PROJEÇÕES DE SENTIDOS

Luciana Bernardinello
Camila Santana Mascarenhas

Introdução

Vontade de beijar os olhos de minha pátria
De niná-la, de passar-lhe a mão pelos cabelos...
Vontade de mudar as cores do vestido (auriverde!) tão feias
De minha pátria, de minha pátria sem sapatos
E sem meias, pátria minha
Tão pobrinha!

[**VINICIUS DE MORAES**, PÁTRIA MINHA — BARCELONA, 1949]

Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha!
Só será vermelha se for preciso nosso sangue
para mantê-la verde e amarela!

[**38º PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL** — BRASÍLIA, 1º DE JANEIRO DE 2019]

O excerto apresentado na primeira epígrafe é parte do momento em que Vinicius de Moraes, num posicionamento de resistência e repúdio à opressão e à violência instauradas com a ditadura civil-militar brasileira a partir do golpe de Estado de 1964 e arrefecidas com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, em show na capital lusitana, fez ecoar, ao dedilhar do Hino Nacional por Baden Powell, as estrofes do poema *Pátria Minha*[1] (CASTELLO, 1994). Por sua vez, a segunda

1. Poema de autoria de Vinicius de Moraes, publicado por João Cabral de Melo Neto, em sua prensa particular, no ano de 1949, sob o selo *O livro inconsútil*. Ver mais em: http://www.viniciusdemoraes.com.br.

epígrafe é parte do discurso proferido pelo 38º presidente brasileiro no Palácio do Planalto, em Brasília, logo após a cerimônia de posse no Congresso Nacional. Na ocasião, as cores do símbolo nacional evocado faziam referência ao contraste com o vermelho das bandeiras dos movimentos revolucionários mundo afora. Uma alusão à cor "do espectro comunista" (MARX; ENGELS, 2017) — que ronda o Brasil até mesmo antes do início da República —, bem como a cor da bandeira do Partido dos Trabalhadores (PT) — identificado nas lutas dos movimentos sociais como um representante legítimo do socialismo democrático. Mas que, a partir de 2003, ao assumir a função de organizador do Estado burguês, prioriza a preservação da ordem capitalista e o afastamento de vínculos orgânicos com os movimentos de lutas das classes populares para um efetivo projeto de mudança social, transformando-se em um partido de conciliação de classes (COELHO, 2012; IASI, 2006).

Decerto ambas as epígrafes tocam na questão dos símbolos nacionais imbricados na construção da identidade e memórias sociais. Os símbolos nacionais, como a bandeira, por exemplo, são uma constituição dos Estados-Nação no último quartel do século XVIII, frente ao imperativo de criação de um sentimento de pertencimento para a composição de um imaginário e memória coletivos como elementos de coesão para a formação de uma pretensa identidade nacional. Com efeito, Eric Hobsbawm (1990) reitera-nos que são os nacionalismos a gênese da formação dos Estados nacionais, isto é, o sentimento nacional antecede a nação como corpo político. No caso brasileiro, após a Independência, em 1822, e a ruptura política em relação à metrópole portuguesa, com seu centralismo administrativo, o país vivenciou uma efetiva ameaça de fragmentação territorial, com movimentos separatistas irrompendo em várias partes[2], fato que conduziu o governo imperial à elaboração de um projeto de construção de uma identidade nacional, levado a cabo por intermédio de instituições e seus intelectuais, tais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Academia Imperial de Belas Artes (SCHWARCZ; STARLING, 2018).

As publicações da revista do IHGB corroboraram para a tese de que a natureza tropical seria um dos símbolos originais para a construção da identidade

2. A Cabanada, em Pernambuco (1832), a Cabanagem, no Pará (1835), o Levante dos Malês, na Bahia (1835), a Sabinada, na Bahia (1837), a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835), a Balaiada, no Maranhão (1838). Entre outras "sete revoltas ocorridas em 1831 — cinco no Rio de Janeiro, uma no Ceará e uma em Pernambuco" (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 266).

nacional justamente por ser capaz de evocar um sentimento de orgulho e laços afetivos (ORTIZ, 2001). Por outro lado, o típico brasileiro, representado sobretudo pelos elementos indígenas e mestiços, também apareceria, nessas publicações, como outro símbolo para a formação da identidade nacional, cooperando ainda para as bases do mito da democracia racial (SCHWARCZ, 1993). Do mesmo modo, expressões culturais contribuíram para o reconhecimento dos símbolos de distinção e demarcação da comunhão nacional como, por exemplo, no movimento literário romântico que, embora considerasse a exaltação daquilo que de mais particular pertencesse a cada nação, para além das características comuns, no Brasil se expressou em poucas regiões, bastante homogêneas no prisma linguístico e cultural. "A saída foi 'esquecer' a escravidão e idealizar os indígenas, os quais, dizimados sistematicamente nas florestas, reapareciam em romances e pinturas oficiais ou semioficias" (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 284).

O romantismo nacionalista assinalou principalmente a natureza típica e pura do Brasil, tal qual no romance *O Guarani*, de José de Alencar que, apesar dos cenários oriundos do padrão estético medieval europeu, apresenta inúmeros elementos fundantes da identidade nacional figuradas na natureza tropical e na constituição racial do brasileiro (DECCA, 2002). No círculo da Academia Imperial de Belas Artes a orientação romântica se proliferou de modo semelhante: "a exaltação do exótico, da natureza e do indígena romântico tornou-se uma marca na produção" (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 289). O estilo artístico adotado nas pinturas de Manuel de Araújo Porto-Alegre[3], Victor Meirelles, Pedro Américo, Rodolfo Amoedo e Almeida Júnior enaltecia a natureza tropical tanto quanto a história brasileira em cenas consumadas por heróis nacionais.

Por conseguinte, a narrativa deste passado histórico deveria impingir símbolos para a construção de seus ideários nacionais de modo a promover condições para que as pessoas identificassem seus concidadãos somente a partir de experiências compartilhadas — reais ou imaginárias. Entretanto, este reconhecimento exige a própria relação com o outro, já que, sendo relacionais, as identidades são constituídas por intermédio da alteridade: "As identidades são construídas no interior do jogo de poder e da exclusão. Não são naturais, mas difundidas em lutas históricas"

3. Pintor, escritor, professor e diretor da Academia Imperial de Belas Artes. Durante sua administração (1854-1857), empreendeu uma ampla mudança estrutural no ensino artístico da instituição, conhecida como Reforma Pedreira.

(REIS, 2006, p. 12). Mas, a formação da identidade nacional não carrega consigo apenas os pensamentos e sentimentos ideológicos estatais, posto que a pertença a uma comunidade nacional é experienciada de modo vivo e sincero pelas pessoas (HOBSBAWM, 1990). Portanto, a construção da identidade nacional cria e conserva linguagens, códigos, imagens, eventos, personagens e datas históricas que são suas referências internas e externas (REIS, 2006).

Sendo assim, a formação da identidade nacional atua no campo das lutas de classes, já que as disputas pelas interpretações do passado histórico-cultural da nação operam na composição de concepções de mundo. Nos *Cadernos do Cárcere*, escritos por Antonio Gramsci (2015; 2002; 2000; 1999), a categoria nacional-popular aparece como possibilidade para que as classes populares teçam a reelaboração do passado histórico-cultural da nação a partir de suas próprias experiências, ou seja, trata-se de reelaborar o passado da nação como memória social organicamente vinculada à realidade destas classes. Se, no caso brasileiro, a Independência formou um Estado, mas não uma nação (SCHWARCZ; STARLING, 2018), a construção de um ideário de identidade nacional por meio da produção de símbolos foi tarefa para a agenda do Primeiro e do Segundo Reinados, bem como da República. Assim, fica-nos a questão: neste processo de longa duração, em que medida este ideário de identidade, ao contar com a construção da bandeira como símbolo da nação, estabelece dialogias com a categoria nacional-popular? Neste caminho, não é possível desconsiderar que a bandeira como símbolo do imaginário e memórias coletivos — uma representação coletiva articulada às disputas de apropriação, utilização e apagamentos político-sociais — carrega consigo discursos e práticas que tendem a impor demarcações das sociabilidades como formas de domínios materiais e imateriais por meio de ações nos campos comunicacionais e culturais.

Destarte, intencionamos tecer uma análise sobre a Bandeira Nacional a partir de pesquisa bibliográfica em diálogo com a reflexão crítica da imagem para compreender como um símbolo nacional cria um sentimento de pertencimento e apagamentos, ao mesmo tempo em que conjuga disputas nas lutas políticas. Para tanto, na primeira parte apresentaremos as discussões acerca da configuração dos significados da bandeira como elemento formativo e pedagógico. Na segunda parte, as projeções de sentidos na memória político-social. Encerraremos com apontamentos sobre as inserções das representações imagéticas da Bandeira Nacional no campo do imaginário e da memória coletiva e nas lutas político-sociais.

Bandeira: símbolo nacional como elemento formativo e pedagógico

Os símbolos como partícipes do imaginário e memória coletivos compõem relações imagéticas que atuam na percepção sensível e afetiva dos grupos sociais. Bronislaw Baczko (1985) afirma que é por meio do imaginário social que se delineiam as identidades das sociabilidades existentes, plasmando as concepções de mundo em movimentos orgânicos que intencionam, por um lado, a manutenção de práticas e ideias vigentes e, por outro, de distintas potencialidades imanentes. Então, por intermédio dos símbolos evidenciam-se as relações imbricadas na organização das sociabilidades e, portanto, da própria compreensão histórica destas relações. Por isso, os símbolos são "objeto de lutas e conflitos encarniçados e que qualquer poder impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar outras" (BACZKO, 1985, p. 299).

Não por acaso, o processo emancipatório da dominação colonial no Brasil, além de envolto em contradições concretas — como a adoção de uma monarquia constitucional representativa, a manutenção do sistema escravocrata e o domínio senhorial — está cingido também por simbologias, como a do "Império brasileiro" enquanto representação da união territorial de um país de proporções continentais marcado por profundas diferenças sociais, defesa incólume das elites locais para a adoção de um regime político com a figura de um monarca capaz de evitar uma possível fragmentação territorial e política. Diante disto, após a independência política em 1822, investiu-se consideravelmente no cerimonial da nova realeza brasileira junto à adoção de uma nova bandeira[4]. Desenhada por Jean-Baptiste Debret[5], a cor verde representava a Casa dos Bragança e o amarelo, a Casa de Lorena. Em destaque, o losango da bandeira imperial, "indisfarçável e incômoda homenagem que D. Pedro I resolvera fazer a Napoleão, apenas introduzindo sob ele o brasão monárquico, com as armas imperiais aplicadas sob as plantas do Brasil (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 225).

4. Ver imagem em: http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/4125.

5. Pintor e desenhista francês que integrou a Missão Artística Francesa no Brasil em 1816. Foi professor de pintura histórica (1826-1831) na Academia Imperial de Belas Artes, tendo como aluno Manuel de Araújo Porto-Alegre.

No entanto, as disputas em torno deste símbolo nacional tornaram-se evidentes com a recém-proclamada República dos Estados Unidos do Brasil. O projeto republicano significou uma saída justificável diante da falência do Império, da renovação das ideias, como o evolucionismo, o materialismo e o positivismo, substratos teóricos para a imagem do progresso e concepção de modernização (SCHWARCZ; STARLING, 2018). Ainda assim, é preciso apontar que, de fato, tanto quanto na adoção do regime imperial, as classes populares ficariam de fora do roteiro da proclamação do regime republicano: partiam do Exército as manifestações de maior descontentamento com a monarquia. Logo, na manhã de 15 de novembro de 1889, "os militares que conspiravam pela República se dirigiam ao Campo de Santana, no Rio de Janeiro, marcharam até o Paço Imperial e destituíram o presidente do gabinete ministerial. À noite, Pedro II foi informado do golpe que proclamou a República" (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 256-257).

Então, para marcar a chegada deste novo regime e retirar de circulação as referências à família imperial, a simbologia republicana alterou nomes de ruas, instituições, os motivos impressos no papel-moeda, além de propor uma nova lista de festas nacionais. Mas, no caso da bandeira, apesar de modelos republicanos já existentes no país, inspirados na bandeira norte-americana, permaneceram as menções ao Império brasileiro[6] (CARVALHO, 1990). Por outro lado, os impasses e as reações contrárias a esse modelo da bandeira republicana provisória explicitaram, de modo geral, as tentativas de forjar os fundamentos de uma cultura nacional, configuradas na arena de correlação de forças entre os diversos grupos das elites locais. Assim, a fração positivista, receosa de que prevalecesse novamente a imitação norte-americana, se apressou em compor um projeto distinto da bandeira provisória (COIMBRA, 2000). De concepção positivista, a bandeira idealizada por Raimundo Teixeira Mendes, com a colaboração de Miguel Lemos, desenhada por Décio Villares[7] e enviada ao governo provisório por Benjamin Constant, manteve o fundo verde, o losango amarelo e a esfera azul, mas retirou os emblemas imperiais, introduzindo o lema positivista de "Ordem e Progresso" em uma faixa que "representando o zodíaco, cruzava a esfera em sentido descendente da esquerda para a direita" (CARVALHO, 1990, p. 112-113).

6. Ver imagens na página 74 em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1099/729330.pdf.

7. Escultor, pintor e caricaturista. Estudou na Academia Imperial de Belas Artes, onde foi aluno de Victor Meirelles, em 1868.

A despeito das interpretações surgidas *a posteriori*, que dizem serem as cores verde uma referência às matas do país e o amarelo uma alusão às riquezas minerais, as disputas pelo modelo da nova bandeira permearam as discussões entre distintos grupos intelectuais, ensejando manifestações favoráveis ou contrárias sobretudo nas duas primeiras décadas republicanas. E, apesar das pilhérias dos primeiros anos da nova bandeira, apelidada de "marca cometa" — devido à semelhança com o rótulo de uma bebida chamada Fernet-Branca (COIMBRA, 2000, p. 368) —, das polêmicas ou oposição em relação ao lema positivista "Ordem e Progresso" — resistência que permaneceu em projetos apresentados no legislativo, principalmente no período de 1889 a 1908 e, em 1933, durante a Assembleia Constituinte (COIMBRA, 2000), alcançando os anos 2000[8] —, a bandeira positivista acabou prevalecendo desde o dia 19 de novembro de 1889[9].

A esse respeito, é notável constatar que a maior parte dos projetos de reforma da Bandeira Nacional apresentados nos debates parlamentar e popular mantém as cores verde e amarelo nas formas geométricas losango sobreposto ao retângulo, desvelando o desejo em conservar uma continuidade simbólica com a tradição do Império brasileiro e a origem colonial. Destacamos, portanto, nos entrelaçamentos descritos, que a Bandeira Nacional traça um percurso de consenso para transmitir uma ideia de conciliação dos diferentes grupos sociais, bem como a superação de quaisquer conflitos[10] existentes entre as diferentes concepções de mundo presentes no âmbito da nação e, neste sentido, produz um efeito formativo e pedagógico, ao servir como representação simbólica de identidade e pertencimento no imaginário e memórias coletivos.

Por certo, com o advento da República, a construção dessa identidade nacional permaneceu contando com a produção artística da Escola Nacional de Belas Artes, por meio do trabalho de artistas como Décio Villares, Antônio Parreiras,

8. Como o Projeto de Lei nº 2.179 de 2003, protocolado na Câmara dos Deputados pelo deputado Chico Alencar — à época da proposta no Partido dos Trabalhadores (PT) — que propunha a inclusão da palavra "Amor" junto à frase "Ordem e Progresso", rejeitado em parecer de 03 de novembro de 2004.

9. Ver imagem na página 80 em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1099/729330.pdf.

10. Somente para mencionarmos as primeiras décadas republicanas: A Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro em 1904, a Revolta da Chibata, no Rio de Janeiro, em 1910, a Guerra de Canudos, no interior da Bahia, em 1896 e as mais de quatrocentas greves organizadas em São Paulo e no Rio de Janeiro entre 1900 e 1920.

Belmiro de Almeida, João Timóteo da Costa, Nicolina Vaz de Assis e Pedro Bruno. Neste sentido, vale assinalar que, no âmbito dos acervos do Museu da República, o quadro *Pátria*[11], pintado por Pedro Bruno, em 1919 (30 anos após a Proclamação da República) ocupa lugar de destaque no imaginário social popular: "sua imagem já esteve reproduzida em cédulas, selos, cartazes, quebra-cabeças, capas e páginas de livros didáticos e muitos outros livros" (CHAGAS, 2019, p. 7). *Pátria* permanece fomentando debates em torno daquilo que expressa: "A cena doméstica e familiar que se desenrola ao redor da bandeira republicana, com seu expressivo conjunto de cores tão presente na memória afetiva do brasileiro, suscita diversas interpretações" (CHAGAS, 2019, p. 7).

De fato, na tela configuram-se traços nitidamente positivistas: "um grupo de mulheres de todas as idades, filhas, mães e avós, confecciona a bandeira. É uma exaltação tanto à bandeira e à pátria quanto ao papel moral da mulher na educação dos filhos e no culto dos valores morais da família e da pátria" (CARVALHO, 1990, p. 119). Contudo, constam também elementos não positivistas, como "uma imagem de Nossa Senhora sobre a mesa, numa clara opção pelo símbolo católico" (CARVALHO, 1990, p. 121). Além disso, a tela não deixa de mencionar os heróis e mártires da nação, "Tiradentes, no seu derradeiro momento, de camisolão e com a forca ao lado; o Marechal Deodoro da Fonseca, num típico retrato oficial; e um combatente da Guerra do Paraguai" (PORTELLA, 2019, p. 11). Mas há quem sugira ser na verdade o retrato de "Benjamin Constant, veterano daquela guerra e pai da família cujas mulheres e crianças estariam supostamente representadas no quadro" (PORTELLA, 2019, p. 11).

> Assim, o quadro de Pedro Bruno é uma espécie de "estado da arte" da simbologia republicana na segunda década do século XX. [...] Nesse sentido, "Pátria" atesta como os símbolos de origem positivista conseguiram sobreviver ao próprio positivismo enquanto corrente política influente. [...] Além disso, o ideário positivista continuaria a influenciar a educação, as comemorações cívicas e as representações sociais transmitidas de geração a geração de brasileiros ao longo do século XX (CORRÊA, 2019, p. 41, conforme original).

11. Ver imagem em: https://museudarepublica.museus.gov.br/a-patria/.

Bandeira: projeções de sentidos

De acordo com Baczko (1985, p. 403), a eficácia política dos símbolos dependerá da *comunidade de imaginação* ou *comunidade de sentido*. Justamente por essa capacidade de mobilizar um sentimento de pertencimento a uma comunidade imaginada, o uso da bandeira e de suas cores verde e amarelo são recorrentes na promoção da legitimidade e difusão de ideários políticos, especialmente nos governos republicanos autoritários. Na ditadura do Estado Novo, por exemplo, o regime dependeu do consenso constituído por meio da promoção de expressões culturais associadas ao popular — como o samba, a feijoada, a capoeira — devidamente "desafricanizadas, por assim dizer" para serem aclamadas e consideradas até hoje como "marca da originalidade cultural do país" (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 378), uma originalidade "verde e amarelo".

Mas, é bem verdade que já havia "uma vontade de transformação atravessando o campo da cultura e projetando, em escala nacional, uma estética, uma imaginação e um pensamento que já não estavam circunscritos aos regionalismos" (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 379). A construção de uma arte moderna brasileira mostrou-se importante para transpor o academicismo e ampliar o lugar social da arte no Brasil, dado que, naquele momento, ainda havia uma estrutura acadêmica baseada em cânones, "esquematizado em regras, tabelas de cores e proporções" (ZILIO, 1997, p. 47). Mas, já havia "condições locais, capazes de causar uma ruptura no processo tradicional de formação dos artistas" (ZILIO, 1997, p. 45).

Nesse rumo, a artista Tarsila do Amaral — bastante representativa na primeira fase do modernismo brasileiro — teve uma formação artística embasada nos construtos culturais brasileiros com uma forte influência europeia. Essa influência foi dosada com a preocupação de não transpor mecanicamente a cultura externa e com o desejo explícito de conhecer e representar as raízes do Brasil. A artista irá situar sua obra numa relação dinâmica entre o nacional e o internacional. Decerto, o movimento artístico antropofágico constituiu-se num momento crucial de modulação de sentidos para arte e um posicionamento explícito de compor uma imagem moderna para o Brasil, com a perspectiva de absorver criticamente o conhecimento europeu.

Para além de estabelecermos um julgamento linear sobre a proposição de um projeto Brasil antropofágico, o que se apresenta como contribuição desta

formulação é a inegável sedimentação cultural do movimento com fortes aderências no imaginário e memórias coletivos até a atualidade. Posto que as principais obras da produção modernista — realizadas especialmente entre os finais dos anos 1910 e 1940 — seguem sendo consideradas como "artefatos materiais capazes de cristalizar simbolicamente uma cultura nacional de valor internacional. A elas foram atribuídos não apenas valores artísticos, mas também valores culturais e políticos mais amplos, como o de símbolos identitários" (SIMIONI, 2013, p. 01). A obra *Antropofagia*[12], de Tarsila do Amaral, de 1929, conjuga os elementos espaciais modernos com a questão da identidade cultural brasileira. Assim, compõe um diálogo com as cores da Bandeira Nacional e elementos das tradições culturais ancestrais brasileiras, principalmente com a concepção moderna de culturas indígenas. Mas somente em 1933, com a obra *Operários* e *Segunda Classe*[13], Tarsila tocará em problemáticas nacionais de cunho social advindas do processo de industrialização.

O campo de disputas pela legitimação ideológica do combate aos movimentos populares revolucionários empreendeu uma batalha pelos símbolos e cores nacionais também durante a ditadura civil-militar brasileira com a intenção de fortalecer a promoção do sentimento patriótico e a adesão consensual ao regime. É deste período, por exemplo, a publicação de legislação específica que dispõe sobre a apresentação dos símbolos nacionais: a bandeira, o hino, as armas e o selo (GUEDES; SILVA, 2019). Regulamentação que estabelece a Bandeira Nacional como elemento pertencente ao povo brasileiro — podendo ser usada em todas as manifestações do sentimento patriótico, oficial ou particular — ao passo que preside seu uso — suas formas de apresentação, armazenamento, dimensões.

Do mesmo modo, outro evento relevante de virada da arte brasileira ocorreu nesse período: os movimentos libertários da contracultura dos anos 1960. Na medida em que os artistas se afastaram do abstracionismo geométrico predominante no país na década de 1950, a *Nova Figuração*[14] produziu inserções das

12. Ver imagem em: https://tarsiladoamaral.com.br/portfolios/antropofagica-1928-1930/.

13. Ver imagens em: https://tarsiladoamaral.com.br/portfolios/social-1933/.

14. O impacto das novas linguagens figurativas na arte nacional é imediato, especialmente em artistas cariocas, como Antonio Dias, Carlos Vergara, Rubens Gerchman, Roberto Magalhães, Ivan Freitas e Adriano de Aquino, participantes da mostra *Opinião 65*. Ver mais em: https://memoriasdaditadura.org.br/movimentos-artisticos/nova-figuracao/.

imagens do *mass media* e as manifestações da *Nova objetividade brasileira*[15] incorporaram o debate sobre a cultura popular como parte de um projeto de vanguarda nacional, com a intenção de [re]posicionar os símbolos nacionais em oposição ao imperialismo cultural norte-americano. Neste contexto, diversas ações artísticas foram articuladas com posicionamentos políticos, tal como o *happening Bandeiras na praça General Osório*[16], em 1968, no qual diversas bandeiras eram penduradas na praça com alusão ao momento político. Mas as bandeiras estandartes exibidas pelos artistas do Rio de Janeiro e de São Paulo "são quase, contraditoriamente, não a arte popular na casa do grão-fino a preço de ocasião, mas bem exemplificativo da bandeira sem o líder, o estandarte sem a convicção, a necessidade de lutar, mas sem ideias" (AMARAL, 2013, p. 176). Simultaneamente, "a recorrência à literatura de cordel, muito artificial, na pintura das bandeiras, não pode ser relacionada ao ecológico, uma vinculação com a terra" (AMARAL, 2013, p. 176).

A crítica contundente ao subterfúgio de resgatar as tradições populares e os símbolos nacionais como geradores de engajamento político não é mero apego às identidades coletivas. Trata-se, ao invés, de não esvaziar a memória social com projeções retóricas sem a aderência popular, visto que a apropriação em manifestações políticas, seja com o propósito de ideologizar, promover uma consciência crítica dos problemas sociais ou de protestar, muitas vezes extrai o complexo de relações imagéticas que movimentam a memória afetivo-social e o seu devir. Todavia, o embate no interior da sociedade civil com a polêmica entre a cultura de massa em contraste com a cultura popular tradicional, constante no decorrer da ditadura civil-militar brasileira, não produziu adesão popular. Ao contrário, a indústria cultural alcançou pleno desenvolvimento no período - não por acaso, serviu de suporte ideológico para o projeto burocrático-autoritário do golpe de Estado de 1964.

Se no caso brasileiro é o Estado militar quem promove o capitalismo na sua fase mais avançada à época por meio do chamado "milagre econômico", que contribuiu para promover uma base de consentimento junto à população, em especial entre

15. A definição do termo defendido por Hélio Oiticica no evento *Propostas 66* traduzia as experiências das vanguardas brasileiras em geral. Ver mais em: https://memoriasdaditadura.org.br/movimentos-artisticos/nova-objetividade/.

16. Ver imagem em: https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/mostra-resgata-bandeiras-originais-de-oiticica-scliar-vergara-refaz-happening-historico-de-1968-14117672.

as classes médias urbanas que se beneficiaram com o crédito fácil, as novas oportunidades profissionais e os estímulos para consumirem num mercado abarrotado de novidades. Assim, tanto as empresas do setor da cultura e da comunicação quanto o governo se beneficiaram com a propaganda dos meios de comunicação de massa e com a efetivação de um corpo-consumidor, usando "as massas para fins de lucro, ao invés de oferecer-lhes reais ocasiões de experiência crítica" (ECO, 1970, p. 19). Em paralelo com este contexto, a questão do avanço das tecnologias de reprodução produziu, naquele momento — de forma análoga ao que acontece na atualidade com as chamadas *fake news* —, uma exposição de dimensões e panoramas que só podem ser capturadas pelos dispositivos, cabendo apenas a recepção da imagem pela fisiologia do olho humano, além da possibilidade de manipulação e descontextualização imagética. Dessa forma, o poder daqueles que detêm esses meios de produção e reprodução também aumenta, pois permite um alcance ilimitado de espectadores com o mesmo padrão de exposição, formando uma partilha de sentidos comuns, mas não populares. Portanto, não é por acaso que, a propaganda política de comunicação de massa — como parte da operação dos aparelhos privados de hegemonia —, em diferentes contextos, pode assumir uma roupagem diversa, mas não deixa de operar como uma espetacularização e estetização da política, tal como Walter Benjamin (1993, p. 195-196) denuncia o seu uso como aparato ideológico do fascismo.

A tônica de disputar os sentidos patrióticos a partir das cores verde e amarelo da Bandeira Nacional, inscritas também nas camisas da seleção brasileira — metonímia da bandeira ao inscrever de modo mais contundente o orgulho do sentimento nacional a partir do triunfo do tricampeonato mundial de futebol, na década de 1970 —, reaparece de forma enviesada no contexto das *Diretas Já*, de tal modo que a composição *Pelas tabelas*[17] (1984), de Chico Buarque, evoca diversas imagens sobre a atmosfera daquele período: as tabelas de um jogo de futebol, a cabeça rolando no estádio do Maracanã, a camisa amarela da seleção e a aflição que crescia depressa no conjunto das classes populares e entre as forças de oposição ao regime ditatorial. Não aleatoriamente o artista expressa a confusão do momento para a realização de eleições diretas para presidência da república no Brasil, com diferentes interesses em operação. Por outro lado, o governo dos militares, embora desgastado

17. Ver mais em: https://discografia.discosdobrasil.com.br/discos/chico-buarque-1984

junto às classes populares devido à explosão inflacionária, ao arrocho salarial, aos escândalos financeiros e às fraudes, mantinha sua base de apoio político, numa visível demonstração de que as Forças Armadas permaneciam dispostas a agir para evitar o rompimento das regras do jogo sucessório. Com o resultado da votação no Painel das Diretas, as pessoas reunidas em vigília choravam: era o início da Nova República num clima de muita frustração e pouca novidade.

Apontamentos: a inserção das imagens da bandeira nacional no imaginário e memória coletivos e as lutas político-sociais

No rastro das *Jornadas de Junho* de 2013 a discussão sobre as bandeiras foi realocada com grande reatividade às bandeiras dos movimentos sociais, sindicais e dos partidos políticos, em especial às bandeiras vermelhas dos partidos de esquerda. A inesperada reatividade, sobretudo em função das disputas por diferentes pautas conservadoras e reacionárias de grupos organizados e na mídia, desconsiderou que a organização deflagradora das *Jornadas*, em 07 de junho de 2013, foi capitaneada pelo Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo, formado por militantes de diversos partidos políticos, posicionados à esquerda, e por organizações semelhantes em outros estados, que já possuíam lastro de uma década de lutas acumuladas, mobilizando especialmente os estudantes, que saíram às ruas na capital paulista com a reivindicação de revogação do aumento nas tarifas de transporte (MATTOS, 2020). Mas no dia 13 de junho, a partir da violência e repressão policial ao movimento, essa pauta única foi engrossada, atingindo o ápice da participação popular entre os dias 17 e 20 de junho. Em virtude disto, as pessoas que foram às ruas naquelas *Jornadas de Junho* também protestaram contra o sentido opressivo do aparato militarizado de coerção estatal — uma das faces mais sentidas pelas classes populares cotidianamente (MATTOS, 2020).

Em outra ponta, embora as *Jornadas* ainda questionassem os monopólios empresariais de comunicação de massas, a partir do dia 17 de junho, num processo difuso influenciado por ações de grupos organizados na *internet* e pelos meios de comunicação tradicionais, entraram nos protestos diversos cartazes em defesa da qualidade dos serviços de educação e saúde — reivindicações consagradas das classes

populares, mas distorcidas, agora com pautas ditadas há mais de uma década pelos mesmos veículos de comunicação tradicionais, que diariamente disseminam parte dos *slogans* que apareceram nas ruas, tais como a condenação seletiva da corrupção, contra os gastos públicos e impostos, entre outras (SECCO, 2013). Assim, nas bordas das *Jornadas de Junho* de 2013, as cores verde e amarelo da bandeira brasileira, junto a um discurso cívico, passaram a dividir as ruas com o vermelho, claramente de esquerda. Ali já se prenunciava um ativismo pautado pelo ódio aos movimentos sociais, as conquistas das lutas populares, aos coletivos feministas, aos movimentos LGBTQIA+, aos grupos antirracistas e aos movimentos negros. Logo, as manifestações trouxeram à tona a perda da base de sustentação política do governo do PT em meio à ocupação de espaços públicos por um setor organizado de direita que, em última análise, marcou a situação que enfrentamos hoje no país, uma vez que tais manifestações contribuíram para o descolamento progressivo de frações das classes dominantes em relação ao governo petista, desvelando que a "paz social" baseada na lógica da conciliação de classes havia se rompido.

Nesse contexto, a exposição *Bandeiras na Praça Tiradentes*[18], realizada em 2014, buscou reativar a memória do evento de 1968 na Praça General Osório, apontando a relação entre arte e política — porém, novamente sem a adesão das classes populares. Em uma crítica sobre o autor como produtor, Walter Benjamin (1993) afirma-nos que o papel da arte não é o de ideologizar a imagem, mas sim o de buscar tecer nos contextos sociais vivos caminhos possíveis para a apreensão e tessitura das relações sociais, ou seja, da própria vida. Portanto, o trabalho do artista, ao tangenciar o imaginário, não se reduz à mera cópia fidedigna da realidade, visto que essa simbologia permite tecer sentidos pessoais, em imagens expressivas (BENJAMIN, 1993). A arte como uma atividade expressiva que lida com processos de imaginação abre-nos para além das evidências do imediato em possibilidades no devir.

Isto posto, ao experimentarmos as obras de Adriana Varejão na exposição *Suturas, fissuras, ruínas* na Pinacoteca de São Paulo (2022), em especial *Ruína Brasilis*[19], nos deparamos com os destroços de pilastras com a superfície revestida de azulejos nas cores verde, amarelo, azul e branco, sendo possível sentir as tensões de temporalidades e espaços como algo de vivido que deixa seus rastros nas materialidades,

18. Ver imagem em: https://revistacult.uol.com.br/home/bandeiras-no-tempo/.

19. Ver imagem em: https://artishockrevista.com/2022/07/11/pinacoteca-sao-paulo-adriana-varejao/.

projetando uma "construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de 'agoras'" (BENJAMIN, 1993, p. 229). As conversações do título da obra, no encontro entre as cores da Bandeira Nacional com a rachadura que transborda a imagem da carne, produzem um percurso de narrativa imagética. Ainda assim, o que provoca o desvio na fruição é a imagem da carne, é o que está fora de lugar e, ao mesmo tempo, é o que articula a composição a outros lugares, cheiros, sensações e memórias. A textura da carne, conjugada com os outros elementos, retoma as projeções de sentidos de uma composição de imagem do Brasil antropofágico, que absorve e reverbera as agressões e violências.

O potencial de afecção da obra, por sua vez, se refere a uma construção humana que não é visível, pois as materialidades e os seus indícios estão deslocados de uma funcionalidade aparente. No entanto, o corpo está presente como organismo vivo, como em toda atividade humana que não é explícita e, todavia, desenha e esculpe tudo o que é produzido e criado culturalmente. Logo, numa fruição tridimensional e arquitetônica, atuando em todos os sentidos, inclusive no imaginário e memórias coletivos, a obra alinha a tendência em ocupar o espaço e o de encarnar o acontecimento. O cheiro da carne não é percebido, mas é imaginado, assim como as suas entranhas. Se há alguma suspeita de que a obra é isenta, a matéria se impõe e não se pode ocultar que o corpo é atravessado por uma memória sensível.

Nesse sentido, a obra *Ruína Brasilis*, ao trazer os despojos dos bens culturais brasileiros, reitera: "Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie" (BENJAMIN, 1993, p. 225) e se inscreve, na perspectiva benjaminiana, numa pedagogia dos oprimidos, pois "nos ensina que o 'estado de exceção' em que vivemos é na verdade a regra geral" (BENJAMIN, 1993, p. 226), manifestando uma imagem/memória de Brasil que não é neutra e nem idealista, ela escava as superfícies simbólicas do colonialismo e do positivismo de tal modo, que a matéria orgânica emerge como um grito de muitas vozes e dores.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Aracy Abreu. *Dos carimbos à bolha*. In: Arte e meio artístico: entre a feijoada e o x-burguer. São Paulo: Editora 34, 2013.

BACZKO. Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. 6. ed. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. Obras Escolhidas Volume 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. 1 ed. 14ª reimpressão São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELLO, José. *Vinicius de Moraes*: o poeta da paixão. Uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHAGAS, Mario de Souza. Apresentando "Pátria". In: *República em documentos*: Pátria. 1. ed. Rio de Janeiro: Museu da República, 2019. Série Documentos Museológicos nº 3.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital*. São Paulo: Xamã/ Eduefes, 2012.

COIMBRA, Raimundo Olavo. A Bandeira do Brasil*:* raízes histórico-culturais. 3.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=27081&view=detalhes. Acesso em: 18 jul. 2022.

CORRÊA, Paulo Celso Liberato. Os significados da Pátria. In: *República em documentos*: Pátria. 1. ed. Rio de Janeiro: Museu da República, 2019. Série Documentos Museológicos nº 3.

DECCA, Edgar de. Tal pai, qual filho? Narrativas histórico-literárias da identidade nacional. *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, n° 24, 2002. p. 96.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere.* Vol. 5. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 6. Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices. Índices e variantes. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere.* Vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere.* Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUEDES, Simoni Lahud; SILVA, Edison Márcio de Almeida da. O segundo sequestro do verde e amarelo: futebol, política e símbolos nacionais. *Cuadernos de Aletheia*, Buenos Aires, n. 3, p. 73-89, 2019.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1870*: programa mito e realidade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

IASI, Mauro. *Metamorfoses da consciência de classe:* o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro*: neofascismo e autocrítica burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2017.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

PORTELLA, Isabel Sanson. Apresentando a Pátria. In: *República em documentos*: Pátria. 1. ed. Rio de Janeiro: Museu da República, 2019. Série Documentos Museológicos nº 3.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2:* de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil:* uma biografia. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças:* cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930. 15ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SECCO, Lincoln. In: O junho de 2013. Le Monde Diplomatic Brasil. Edição 72, 2 de julho de 2013. Disponível em: https://diplomatique.org.br/o-junho-de-2013/. Acesso em 28 de jun. 2022.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Modernismo brasileiro: entre a consagração e a contestação. Revista Perspective, 2013.

ZILIO, Carlos. *A Querela do Brasil*: A questão da identidade da arte brasileira: A obra de Tarsila, Di Cavalcanti e Portinari, 1922-1945. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA: MÚSICA E RESISTÊNCIA POPULAR NA HISTÓRIA BRASILEIRA[1]

Maria Onete Lopes Ferreira

1. Este capítulo é uma versão modifica de um artigo enviado para a seção dossiê do tema Estudos Sociais das Ciências no Brasil: pesquisas e abordagens, da Revista de Estudios Brsilieños número 21, sob o título "Da capacidade de criar à necessidade de resistir: um olhar sobre a independência do Brasil e a música do Rio de Janeiro"

Brasil, meu Brasil brasileiro
Mulato inzoneiro
Vou cantar-te nos meus versos
Brasil, samba que dá
Bamboleio que faz gingar
O Brasil do meu amor
Terra de nosso senhor

Abre a cortina do passado
Tira a mãe preta do cerrado
Bota o rei congo no congado
Canta de novo o trovador
(...)

[**ARY BARROSO**, AQUARELA DO BRASIL]

Introdução

Qualquer debate a propósito do bicentenário da independência do Brasil deve pôr em questão o lugar ocupado pela cultura na construção do país, pois a produção cultural de uma sociedade tem muito a dizer sobre sua história. No caso do Brasil, a música tem um papel muito importante na compreensão crítica da sociedade. Através da produção musical, talvez se possa, melhor compreender as observações quanto à ausência do povo na consolidação dos fatos que marcam as épocas. A luta mais premente do povo tem sido, após a independência, pela sobrevivência. Pelo pão na mesa.

Quando observada dentro do contexto em que foi criada, a música popular brasileira traz características reveladoras dos valores típicos do pedantismo social, de traços coloniais, que marcavam a sociedade. Trata-se de uma música criada pelas camadas subalternizadas que, não tendo encontrado guarida nos salões da sociedade, brota à revelia. Enquanto a classe dominante e os extratos mais abastados da sociedade podiam usufruir de hábitos culturais copiados da Europa — como as festas regadas a pianos reprodutores de músicas trazidas de fora — os trabalhadores solucionaram a necessidade de lazer criando a sua música e até os instrumentos dos quais tiravam o som que encantavam seus ouvidos.

Em especial, a canção urbana brasileira iria trazer de forma muito evidente o jeito simples e espontâneo do povo. Um jeito peculiar de falar do sentimento de brasilidade, mas também uma forma de proporcionar o prazer como demanda essencial do viver, logo, combustível de resistência. Não a resistência na acepção política do termo, mas como garantia de sobrevivência saudável. Talvez ser brasileiro, na essência do adjetivo, encontre correlação de sentido conceitual na música cantada, desde sua origem. Como podemos ver nos versos de Aquarela do Brasil, de autoria atribuída a Ary Barroso, que se tornou uma espécie de Hino Nacional não oficial, o brasileiro (adjetivo com sufixo de profissão) é um tipo construído pela miscigenação que os versos revelam. Logo, o adjetivo indica essa natureza plural da brasilidade. Diferente do Hino oficial, que traduz melhor o sentimento de mentes colonizadas (no sentido de que, mesmo que pretenda traduzir a luta patriota, não condiz com a realidade soberana de uma elite predatória), Aquarela do Brasil toca o ouvinte porque, com versos simples, fala ao coração sensível do trabalhador que rala e que fez a riqueza do país, ainda que dela não usufrua. Cantar sua presença nessa construção é uma forma de afirmação, de empoderamento necessária.

É sobre o lugar especial que cabe à arte, em particular à música, que versa esta escrita. O texto é parte das minhas observações extraídas de projetos que desenvolvo na minha prática docente. Venho trabalhando e refletindo sobre a presença da música na formação da brasilidade, também numa disciplina optativa, intitulada “Contando e cantando a história do Brasil: da República Velha à Era Vargas”. Por ocasião desta data redonda sobre a história, apresentei um projeto com esta temática pautada, exclusivamente na música, para desenvolver juntamente com bolsistas na modalidade de Desenvolvimento Acadêmico. São estas as observações iniciais, extraídas das leituras e das conversas provenientes do projeto.

Sem a arte, não restaria vida

Enquanto humanidade, nossa existência talvez também se deva à possibilidade da arte[2]. Mas, para a gente trabalhadora, a arte se torna uma necessidade ainda mais vital. Afinal, são as pessoas que necessitam vender barato a sua força de trabalho que precisam criar formas de resistir para existir. E nessa criação está a arte.

A arte é, ao mesmo tempo, resistência e sobrevivência. É sobrevivência, no sentido de que viver exige prazer e, por essência, arte é prazer. Arte produz satisfação. Se nas sociedades capitalistas, para a classe dominante, a arte pode também ser confundida com mercadoria, conforme conveniências particulares (portanto, produto de consumo), para os trabalhadores, é ela outra coisa. E para os extratos subalternizados da classe trabalhadora a arte é, antes de mais nada, luta. Neste sentido, os artistas nascidos do povo fazem da arte seu meio de sobrevivência econômico-social, na medida em que a arte gera socialização e prazer, mas garante também, na maioria das vezes, a comida na mesa.

No Brasil, grande parte da produção cultural musical vem do legado popular. É pelo polegar dos trabalhadores que se identificam os traços da canção urbana brasileira. Sua brasilidade de ritmos e de gêneros, até hoje, apresenta marcadamente a presença popular. Antes mesmo da Independência, lá nos tempos idos da colônia, já aparecem registros de canções que entraram para a tradição folclórica, criadas durante as longas jornadas do trabalho escravo (Tinhorão, s/d).

Quando nos referimos à música brasileira, o samba logo se destaca por ser um gênero que traduz muito de nossa brasilidade. Mestiço, tributário da diáspora africana, influenciado pelos terreiros dos rituais afro-descentes, driblador da gramática do pelourinho, confundido com vadiagem, *"se desguiando"* da vigilância, o samba se alojou no peito de todo amante da boa música. Tem a persistência e a raça na sua composição. Não por acaso, o poeta já cantou que o samba agoniza, mas não morre. Ou, como afirma Lira Neto (2017, p. 25), "nasceu maldito e cativo. Cresceu e se libertou".

2. Vale ressaltar que, mesmo não entrando na questão conceitual acerca da compressão do que é a arte do ponto de vista das teorias sociológicas, tomarei o conceito num sentido amplo. Portanto, arte como toda sorte de criação humana proporcionada pela capacidade imaginativa e produtiva inerente à espécie. Não é sobre a mercadoria "arte", mas sobre a capacidade humana de inventar artifícios que garantam a vida a que me refiro. É também sobre sua função social que me atenho.

Embora quase não nos perguntemos pelo lugar da arte como elemento vital há, não obstante, o reconhecimento, mesmo que inconsciente, de que esse lugar existe. Possivelmente não nos damos conta da imprescindibilidade da arte porque fomos condicionados a naturalizar a dimensão da cultura como algo exterior e independente dos nossos corpos e espíritos.

Muitas são as evidências da presença viva da arte no processo de sobrevivência da humanidade através dos tempos. É porque somos capazes de criar que a vida acontece. E, por essência, é essa criação que corresponde à arte. Logo, a arte é a resposta que os seres humanos encontram para o enfrentamento das adversidades e, portanto, para passar por elas e sobreviver.

Por tudo isso, arte é resistência, inclusive na acepção moderna. Foi a poesia que garantiu que o conhecimento fosse preservado pelas gerações do tempo em que as letras ainda não tinham sido inventadas. A oralidade em versos, conforme afirma Jean (1996), foi uma forma de transportar o conhecimento de uma geração para a outra antes da escrita e, assim, evitar o desaparecimento dos valores e sabedorias culturais.

Segundo Langner (s/d), a música e a dança eram praticadas antes mesmo da comunicação oral. Por óbvio, ainda estava muito longe do conceito de arte chegar ao sentido atual (adquirido com o Renascimento). Conceito esse que o capitalismo adulterou ao separar o trabalho de todas as demais atividades e aglutiná-lo junto com seus produtos no conceito de economia (JAPPE, 2013). Foi como resultado da transformação dos objetos criados, sob o impulso da imaginação, em mercadorias, a partir da submissão da atividade criadora humana à finalidade mercantil, que a cultura se viu dividida em erudita e popular. Devendo a primeira ser protegida e a segunda, reprimida.

Ainda que esta divisão tenha se dado inicialmente na Europa, o processo de colonização do Brasil a assimilou. Desse modo, passou-se a negar à cultura do povo um *status* de relevância. No passado carioca, por exemplo, há registros de momentos em que as manifestações populares de cultura foram perseguidas, proibidas e condenadas ao desaparecimento. Afortunadamente, as proibições não obtiveram êxito, exceto momentaneamente[3]. Por outro lado, quando era conveniente aos governantes, buscar-se-ia reconhecer e colocar a mesma arte renegada a serviço de fins políticos.

3. O carnaval carioca, por exemplo, por duas vezes foi condenado, desaparecido e ressuscitado.

Mais ou menos na metade do século XX, Getúlio Vargas percebeu que poderia tirar proveito da cultura popular da Capital Federal e, portanto, reconheceu como legítima a produção musical, vista como vadiagem que, depois de "autorizada", lhe servira de propaganda.

Foi assim que o carnaval e as escolas de samba, bem como o próprio samba, se tornaram símbolos oficiais brasileiros. Antes disso, instrumentos como pandeiro e violão eram tidos como atestados de marginalização e, portanto, indicadores do crime de vadiagem por seus portadores, passível de punição legal, conforme o Código Penal vigente. É bem conhecido o caso do pandeiro de João da Baiana, presenteado e autografado pelo Senador Pinheiro Machado, para que o sambista pudesse ficar a salvo dos agentes de segurança, que o haviam "enquadrado" e subtraído o pandeiro que lhe dera fama no meio artístico e contribuía para o seu sustento precário.

A independência pelo avesso

A história brasileira, sempre ensinada na perspectiva dos vencedores, pouco ou nada diz sobre a presença do povo. Quando o povo se faz presente é, geralmente, no papel de coadjuvante ou mero figurante dos feitos e realizações que entram para os livros. Esta versão, ao negar ao povo o direito de se afirmar, impede que o brasileiro simples se conecte com a sua história ou nela se reconheça.

Os próprios símbolos que representam a pátria nada dizem sobre o povo, pois trazem em si o DNA dos dominantes. A Bandeira e o Hino Nacional, por exemplo, são a cara da gente bem-nascida. Cores e letras destes símbolos trazem elementos representativos de fatos inerentes a um pequeno grupo ou episódio de pouco alcance no seio social mais amplo. A Bandeira exibe um letreiro bem emblemático que, já no tempo em que foi apresentada como símbolo da República, foi motivo de chacota na literatura contemporânea, como podemos ver no conto "O Velho Lima", de autoria de Artur Azevedo.

O episódio da Independência, na forma predominantemente narrada nos livros de história, é ilustrado por um quadro denominado "O grito do Ipiranga", de autoria de Pedro Américo, no qual D. Pedro é mostrado de espada em punho, como o grande herói da liberdade, figurando como outro exemplo da versão sem

povo. Este quadro, que consagraria a versão contada pelos vencedores acerca da bravura de um português para tornar o Brasil soberano, também fixou, no imaginário nacional, uma verdade terrivelmente nociva, mas nunca admitida: os brasileiros são tão pouco capacitados para grandezas patriotas que a própria independência foi obra de um estrangeiro. Não por acaso, é o futebol que ocupa, no imaginário popular, o orgulho nacional. Sem reflexão sobre os fatos, subliminarmente, passamos a nos ver importantes somente de chuteira nos pés, correndo atrás de uma bola.

Por causa da força da narrativa imposta, ignoramos quase completamente que o 7 de setembro de 1822 é uma ficção construída sob medida e que fica, em quase tudo, a dever à veracidade dos fatos, conforme os registros reais nos *autos* da história. Documentos guardados no Arquivo Nacional[4] revelam que a verdadeira assinatura que consta nos autos da Independência foi feita por uma mulher, a Imperatriz Leopoldina. O Rei D. Pedro I, havia saído do Rio de Janeiro em viagem para São Paulo, mas deixara a Imperatriz oficialmente regente, portanto com poder legal para tomar decisões. E, ademais, a assinatura foi lavrada no dia 2, e não no dia 7 de setembro.

Os acontecimentos tanto em solo brasileiro quanto em Portugal atropelaram os planos da família real, e a Imperatriz, apoiada por José Bonifácio e com o aval do Senado, se viu obrigada a assinar a independência antes do retorno de D. Pedro I. A escolha do dia 7 de setembro, deve-se ao peso do patriarcado que ancora a história, porque teria sido o dia em que a missiva enviada do Rio de Janeiro com a informação sobre a decisão pela independência foi entregue. Tendo saído do Rio após a assinatura do documento, o mensageiro que levou a carta só encontrou o príncipe em terras paulistas no dia 7. A presença dele por lá tinha como motivo negociar uma trégua com os revoltosos paulistas que, assim como noutras províncias, vinham arquitetando sua libertação. Desse modo, é muito pouco provável que o quadro do Pedro Américo contenha algo de verdade. Ora, se D. Pedro pretendia formalizar uma trégua com os paulistas que se insurgiam contra a Coroa, por que razão eles abdicariam do próprio protagonismo para deixar que o maior inimigo do movimento gritasse a independência em seu lugar?

4. Cf. KAISER (1997).

Cultura e soberania nacional: nascimento da música popular no Brasil

Em 1922, cem anos após a independência, aconteceu a chamada Semana de 22, que seria, segundo os que fizeram o acontecimento, a verdadeira inauguração de uma arte nacional. Nascia, nos livros, uma arte brasileira legítima. Mas de qual arte tratava aquele manifesto? Tinha um morto a ser velado ou ainda não havia deveras nascido a nossa arte? Hoje, há controvérsias quanto à legitimidade dessa bandeira, que é acusada de elitismo. Para além da questão sobre o conteúdo da propaganda, cabe perguntar se com o enterro do defunto, não estaria se dando o passo de cisão entre o erudito e o popular na cultura brasileira.

Reivindicar o nascimento de uma arte nacional a ser exaltada em berço esplêndido pela elite nacional equivaleria a afirmar que, finalmente, esta elite poderia se orgulhar de sua cultura ser louvada por esta ser livre das marcas estrangeiras. Era apenas a produção na qual a elite se percebia. Havia na tese uma total negação das manifestações populares vivenciadas especialmente após a independência, como arte da brasilidade. A semana de 22 externaliza o cancelamento do povo, já marginalizado, até na legislação quanto ao direito à criação artística. E, assim, a classe dominante seguiu se recusando a enxergar a pulsante força do povo na cultura realmente existente, quando particularmente na música, há muito, havia nascido um jeito brasileiro de se cantar e dançar. Uma arte genuinamente popular, pois se oferecia ao povo nas próprias ruas da cidade, como acontecia nos cordões dançantes na festa dos reis e, mais tarde, com o carnaval.

Segundo se encontra em Tinhorão (1997), tomando como exemplo o Rio de Janeiro, a arte de cantar e de dançar, de origem popular e que nos seria legada, se desenvolveu ainda nas fazendas, na segunda metade do século XIX e eram motivadas pelas datas santificadas da Igreja Católica. Eram, portanto, as datas de festividades religiosas que oportunizavam a motivação para as reuniões dançantes, e o som, oriundo de instrumentos como flauta, violão e cavaquinho, era executado por bandas em geral formadas por homens pretos, alforriados ou ainda escravizados. A formação das bandas era, também, estimulada pelos fazendeiros de café em crise. Indo mais longe, o autor afirma que havia, no incentivo, o desejo patronal de reprimir possíveis revoltas. Portanto, compor músicas e cantar era também uma válvula de escape que evitaria possíveis rebeliões.

Com o passar do tempo, aquelas festividades que aconteciam na zona rural começam a se tornar também festas urbanas e a contemplar casamentos e batizados de famílias com algum poder aquisitivo. Geralmente as festas urbanas eram animadas por conjuntos de *choro*[5], compostos por trabalhadores de profissões subalternizadas, como pequenos funcionários de repartições públicas e soldados militares. Era o nascimento do choro e do maxixe. Antes de adentrar a cidade carioca, a música ainda não era conhecida como choro, mas como mazurca, valsa quadrilha e polca.

O Choro, como gênero musical e de origem carioca, iria criar espaços fixos de encontros dos compositores e se popularizar. Havia vários locais espalhados pela cidade, a maioria localizados nas vizinhanças das zonas residenciais dos trabalhadores e componentes dos conjuntos. Era o modo, ao alcance dos trabalhadores, de criar e trazer gozo à vida, para que esta não se reduzisse ao trabalho e à reprodução de mão de obra barata. A vida soberana do choro se estende desde as décadas finais de 1800 às três primeiras do século XX. As bandas, ligadas às instituições, se tornavam também escolas formadoras de novos músicos. E mesmo as instituições militarizadas tinham suas bandas, que eram chamadas para animar os eventos: batalhões, corpo de bombeiros, Guarda Nacional etc. Fora destas bandas que surgiram os conjuntos de *chorões,* como eram chamados os compositores das peças exclusivamente instrumentais, isto é, sem letras.

Os chorões, portanto, em se tratando de Rio de Janeiro, formam a primeira geração de musicistas nacionais a popularizar a música de sua própria criação. Popularizaram porque os conjuntos passaram a tocar em festas de famílias, da classe trabalhadora urbana mais remediada (que podiam morar em casas com espaço e conforto), no subúrbio ou nas áreas nobres. As festas residenciais naquele tempo de um Rio de Janeiro provinciano, apesar de capital federal, eram a única maneira de se prover diversão, visto que ainda não havia na cidade sequer lazer público propriamente dito.

Da Enciclopédia da Música Brasileira se extrai que o Choro, nome dado ao gênero musical dos chorões, teve como representante maior Joaquim Antonio da Silva Callado. A ele se reputa a organização e a criação dos primeiros conjuntos.

5. Hoje o choro é conhecido como um gênero musical, contudo, quando de sua origem, era uma denominação dada ao jeito peculiar de tocar com os instrumentos.

Callado era músico de formação. Chiquinha Gonzaga viria a se juntar aos chorões e sua capacidade criadora em muito contribuiu para o enriquecimento da música carioca. É a ela que também se deve o surgimento do maxixe, uma espécie de derivação do choro, mas um ritmo mais ousado e dançante.

Os chorões tinham no prazer desinteressado de fazer música a sua motivação principal. Eles substituíram a marca inicialmente importada da musicalidade popular por outra, claramente original e nacional. Outra característica peculiar ao choro é que se tratava de uma criação improvisada e de impulso, que trazia um tom choroso e meloso - daí o nome. No que toca ao gênero, há no choro uma riqueza de modulações imprevistas que tem por finalidade desafiar a capacidade polifônica dos acompanhadores (Enciclopédia da Música Brasileira, 2000).

Conforme se pode observar pelas apresentações, nas pesquisas, dos componentes dos grupos de chorões, todos eles eram trabalhadores e desempenhavam seus ofícios nas "baixas profissões", logo recebiam salários também baixos e não gozavam de prestígios junto às elites da cidade, exceto algum reconhecimento pela utilidade que representavam. Fazer música, como se viu, era um meio de encontrar prazer, um jeito de gozar a vida. Quando se lê as biografias destes artistas, percebe-se que a inclinação musical que os levava a participar de grupos e a tocar nas festas começava na infância ou adolescência. Não havia ainda a profissão de musicista e, para pagar as contas e ganhar a vida, como foi dito, os artistas precisavam trabalhar, portanto fazer música era coisa para as horas vagas. Era uma forma também de lazer.

Nesse sentido, os chorões, ao fazerem música, faziam arte de resistência (para sua existência e a dos que a colocavam nas suas). Foi graças a este *desinteresse* que movia a sua arte (não-mercadoria) que o choro galgou importância na história, ainda que sem o merecido reconhecimento nas páginas dos livros da história do Brasil e na sociedade, até muito recentemente.

Não obstante, ter praticamente deixado a cena após a chegada das gravadoras e o nascimento do samba, quando a boemia passará a acontecer em casas noturnas, na segunda década do século XX o choro iria reaparecer, nos idos de 1970, desta vez trazido a público por artistas renomados no cenário nacional, como Paulinho da Viola e o Conjunto Época de Ouro. Inserido na categoria de música popular e revalorizado, o choro é hoje uma presença nacional, inclusive como objeto de estudo.

Os ranchos, o samba e o carnaval carioca de resistência

Tinhorão (1987) destaca que, com o rápido crescimento da população do Rio de Janeiro no Século XIX e, com o nome de *entrudo*, o carnaval carioca levava às ruas uma massa de foliões constituída por corpos negros e mestiços. De escravo/as a trabalhadores/as livres, sobretudo componentes da legião dos exércitos de reserva de mão de obra excedente — da qual surge a figura do malandro carioca — se fazia a diversão da festa profana. Pela peculiaridade da manifestação, que utilizava, dentre outros recursos, fortes jatos de água suja, inclusive dejetos disparados das janelas, através de grossas seringas de metal, nos foliões, a "boa sociedade" não participava das manifestações. E, como escreve Lira Neto, na biografia do romancista cearense José de Alencar, a "violência e sujeira" daquele modelo de carnaval levou o escritor, legítimo representante do conservadorismo e moralismo das elites, a aprovar uma lei proibindo a brincadeira de rua. Lei cumprida mediante o recurso da repressão policial.

Não obstante, mais tarde, depois do 13 de maio de 1888 e com a chegada de imigrantes livres das correntes e dos pelourinhos no Rio de Janeiro, as festas de ruas, puxadas por cordões dançantes, iriam ser reabilitadas. Novamente a população pobre voltaria a demonstrar que a arte é parte da vida e que nenhuma repressão a fará desaparecer. A rebeldia vai sempre encontrar meios de ressuscitar a força da criação. Foi sem pedir licença que a região carioca, conhecida, à época, por Pequena África, área que abarcava um vasto território do que é hoje a zona Central da cidade, compreendendo desde o entorno da Praça Mauá à Praça Onze e à Cidade Nova, iria fazer nascer o rancho e o samba com suas escolas, bem como o retorno do carnaval de rua do Rio de Janeiro.

Novamente, seria a população subalternizada a reinventar, recriar e proporcionar mais um passo na cultura brasileira. E não é que com o fim do entrudo o carnaval tenha também desaparecido. Pelo contrário, acontecia com muito glamour em bailes mascarados nas grandes sociedades carnavalescas, ao gosto das elites. Uma diversão que se realizava numa infinidade de clubes fechados e que, nas chamadas terças gordas, realizava desfiles de rua.

Alguns anos mais tarde, já no século XX, os clubes e associações onde a "classe média" e a elite se divertiam, tais como o Clube dos Democráticos[6], Ameno Resedá, dentre outros, perderam o glamour e sucumbiram; já o carnaval popular não apenas permaneceu, como se apresenta ao mundo como símbolo maior da representatividade da nossa cultura.

O reconhecimento da presença dos menos favorecidos no "inventar moda" e perseguir o prazer, que faz a vida valer a pena, apesar de sofrida, remete à tese muito conhecida de Ariano Suassuna, segundo a qual só é nacional o que é popular. É do povo, por força da necessidade, que vem o novo, o original. O povo anseia pela vida, porque o povo é simples, e ser simples é ser alegre. E foi desse jeito alegre de vida que exigiu muita luta e resistência no passado, hoje bastante documentada, que nasceu a música brasileira. O acervo vai de obras, como a coletânea de crônicas denominada de "Figuras e coisas da música popular brasileira", de Jota Efegê, cronista e pesquisador, editada pela Funarte, a diversas outras publicações. No acervo encontramos biografias dos criadores dos cordões de rua e dos sambas mais antigos. Encontram-se obras de pesquisadores mais antigos, como Tinhorão, Cabral e DaMatta (1990), aos mais jovens, como Lira Neto e Diniz, e não faltam dissertações e teses produzidas nos programas de Pós-Graduação, país afora. Essa variedade permite o acesso a conteúdos e pontos de vista dos mais diversos sobre esta cultura e arte de encantar com som e letras.

Sua majestade, o samba

A história do samba, muito amplamente contada por uma gama grande de autores, dentre eles Lira Neto, que produziu uma bela versão acerca das suas raízes, coloca no debate informações que permitem compreender os passos, tortuosos e retos, por trás da recriação da alegria festeira da primeira geração de moços pretos nascidos depois da Lei Áurea. Aqueles que seriam os avós do samba eram rapazes pretos, nativos ou imigrantes, especialmente vindos da Bahia para a capital federal e que só encontravam empregos em serviços e funções rebaixadas, como portarias de instituições públicas, carpintaria em órgãos como a Marinha etc.

6. O Clube dos Democráticos existe ainda hoje, contudo como casa das mais diversas modalidades de danças ditas de salão ou mesmo shows.

Os fatos e a vida dos moradores da Pequena África oferecem "pano para as mangas" para se compreender, também no samba, assim como no choro, desde a sua existência, ainda como sinônimo de encontros para se festejar e se alegrar, um jeito de resistir e de existir popular. E, desse modo, uma vez mais é o povo deserdado do direito ao lazer e à cultura que o dinheiro favorece que inventará, à sua maneira, sua arte para usufruir do deleite e da alegria de viver.

Um dos mais destacados personagens daquele tempo foi Hilário Jovino Ferreira, que veio da Bahia, mas nascera em Pernambuco. Hilário trabalhava como empregado público e veio transferido para a serraria do Arsenal da Marinha, na Ilha das Cobras, em 1892. Tão logo se ambientou na nova morada, o bairro da Saúde, hospedado que fora, pelo baiano Miguel Pequeno, o anfitrião e cônsul de todo recém-chegado, engajou-se na criação de ranchos para festejos de datas como o dia de Reis.

Como bom frequentador dos botecos mais famosos da área à época, caso do Café Paraíso, rapidamente tornou-se popular e foi se juntando a outros nomes conhecidos do território, tendo criado, em pouco tempo, seu primeiro rancho, o Dois de Ouro. Por causa de desentendimentos com os outros integrantes, Hilário abandonou o Dois de Ouro e partiu para uma nova invenção. Para começar bem espalhou muita propaganda por todo o Morro da Saúde, convocando a população para um "samba". Empregado pela primeira vez nesta ocasião, sua finalidade era traduzir a ideia de festança - portanto, ainda não era gênero musical.

Compareceram ao chamado e fizeram a festa a maioria dos famosos do pedaço: Chico Canjica, Teodoro Geme-Só, João Mocotinha, Lelé, Dudu, João Capenga, Noela, Chica do Marinho e Marinho-que Toca. Pelas presenças no evento fica evidente que se tratava de gente simples, como o próprio Hilário, que anunciou a criação de seu novo rancho, o Reis de Ouro. E com esse novo passo, ali foi dado um passo também carnavalesco, pois Hilário passou a fazer desfile também no carnaval e, de quebra, fez nascer a ideia de Samba. De uma só tacada, fez surgir o carnaval e criou o clima para o nascimento do samba como gênero, que só iria acontecer lá pelos anos 1920.

Renasceria, com o Reis de Ouro, o carnaval de rua. Como novidade da época, Hilário, dessa vez, queria algo mais disciplinado, pois seu desejo era que o desfile fosse algo fino, mais requintado. Tanto fez que no carnaval de 1894 o Reis de Ouro desfilou, a convite, perante o próprio Presidente da República, Marechal Floriano.

Não demoraria para que a história de festanças e batuques na Saúde, Cidade Nova, Gamboa e imediações colocasse em cena aquelas que seriam, na história, as

matriarcas do samba, conhecidas como "as tias do samba". Eram mulheres negras e vindas da Bahia, em cujas casas aconteceram os encontros que, mais tarde, iriam resultar no samba como gênero. Foi também do ventre destas mulheres que nasceram os três pioneiros da música que dariam vida ao samba. Seus nomes: Hilária Batista de Almeida, conhecida como Assiata de Oxum e que passaria à história como Tia Ciata; Tia Bebiana; Tia Celeste; Tia Dadá; Tia Davina; Tia Monica; Tia Perciliana; Tia Sadata; Tia Veridiana; e Tia Perpetua. Destas, Ciata era tida como uma liderança da área. Sua casa e terreiro eram santuário nagôs, onde ela também abrigava trabalhadores da estiva, pretos velhos, boêmios, capoeiristas, tocadores de tambor etc. Ali, portanto, era local de festanças longas, sem dia e hora e para acabar. Além dos adultos, a criançada de pé no chão também convivia na casa. Dentre eles, três meninos a quem o destino reserva a tarefa de inventar o ritmo que resultaria no Samba como gênero: João (João Machado Guedes), José (José Barbosa da Silva) e Ernesto (Ernesto Joaquim Maria dos Santos). A Tia Perciliana era a mãe do João; o José era filho de uma imigrante portuguesa, de nome Graciliana, mas tinha pai negro. A mãe do Ernesto era a Tia Amélia e seu pai era tocador de bombardino, quando não estava fazendo pão.

João da Baiana, Sinhô e Donga (apelidos das três crianças mencionadas) são, conforme registros, os primeiros compositores que fixariam as bases do ritmo musical que se chamaria samba. O trio que, como se viu, nasceu em famílias pobres e pretas, com pais empregados de repartições onde desenvolviam atividades consideradas desqualificadas, também seguiram a sina dos progenitores e tiveram que começar a trabalhar ainda meninos, quase sempre como biscateiros (atividades não fixas), mas, ao mesmo tempo se interessavam pela música e pelos instrumentos tocados nos no seu meio. Eles aprendiam música de ouvido. Apesar dessa origem e da vida simples que levaram, conquistaram fama junto à alta sociedade e, ainda que sem fazer fortuna, sobreviveram da música, pois se recusaram a seguir as profissões de seus pais. Também fizeram da arte de fazer música e de tirar som dos instrumentos, a sua forma de resistir e existir. Vem destes brasileiros o legado da música brasileira e de suas histórias pode-se entender o quanto a arte é feita da resistência do povo sofrido.

Em crônicas de Efegê, lê-se que, na sessão do Conselho Municipal no dia 6 de agosto de 1930, uma autoridade subiu à tribuna para pedir votos de pesar pelo falecimento de José Barbosa da Silva (EFEGÊ, 2007, V. II, p. 245).

> [...] o Sinhô das canções genuinamente brasileiras [...], que morreu pobre e esquecido. Mas: a história, amanhã, quando fizer um retrospecto da vida daqueles que na sua simplicidade procuraram engrandecer a Pátria, há de por certo fazer referência a esse que se tornou notável no meio popular.

Pode-se considerar que João Machado Guedes, José Barbosa da Silva e Ernesto Joaquim Maria dos Santos são os avós do samba, pois o ritmo seria mais bem definido pela geração que lhes sucederia na criação musical carioca. Estava prestes a aparecer uma juventude empenhada em dar às composições um ritmo mais próximo de suas ideias sobre como deveria ser o carnaval de rua. Era importante preservar a tradição, todavia, retirar dela os traços mais antipatizados. A mudança incluiria um novo jeito de empreender o próprio desfile, por isso carecia de uma música pulsante, que exigisse de todo o corpo um movimento ritmado e que, no desfile, fosse capaz de conciliar a habilidade de dançar e andar (sambar e caminhar). Isso se fazia introduzindo um instrumento de marcação que tivesse sonoridade alta, para não deixar o ritmo cair.

Essa nova compreensão nascida no Século XX é simbolizada pelo *bum bum paticumbum prugurudum* de Ismael Silva que, juntamente com amigos, cria o bloco de rua "Deixa Falar" em 1928, no bairro do Estácio. A nova safra de sambistas, instrumentistas e compositores é composta também por baluartes como Cartola (Carlos Agenor de Oliveira), Paulo Benjamin de Oliveira (o Paulo da Portela), dentre outros, os quais refundaram o carnaval de rua e criaram as Escolas de Samba, ainda hoje preservadas.

Ao lado dos criadores das escolas de samba, aparecia também uma safra de compositores e sambistas cuja produção trazia para a música a sua própria "sorte" como rapazes que nascem livre no dia seguinte ao fechamento da senzala e, portanto, uma geração que se vê herdeira de uma liberdade que na Capital Federal só poderia se oferecer se fosse provida pela arte e a música: o moderno samba, na concepção de Lira Neto (2017). Com a chegada das gravadoras e abertura de novas casas noturnas, essa possibilidade estava lançada. Era a geração que iria dar ao samba o seu jeito boêmio e malandro. São nomes importantes desta turma: Heitor dos Prazeres; Bide; Ataulfo Alves; Geraldo Pereira; Wilson Batista; Noel Rosa etc.

Dessa juventude, nascida na primeira década do século XX, quase exclusivamente negra, que também convivia com a arte da capoeira e só via a música como possibilidade de garantir a existência e que tinha a sorte de poder viver no Rio de

Janeiro, nasceria o samba como gênero. Até então a palavra samba era empregada para designar o encontro festivo dos compositores e frequentadores das casas das tias baianas. "Pelo telefone", sucesso estrondoso do carnaval de 1917, é o marco inaugural do gênero. A gravação na voz de Donga, também considerado o seu ator, iria criar a moda de lançamento de sambas e marchinhas carnavalescas, doravante. A letra da música, logo no início traz detalhes que indicam os sinais da própria malandragem como arte de sobrevivência:

> O chefe da polícia pelo telefone manda me avisar
> Que na Carioca tem uma roleta para se jogar
> O chefe da polícia pelo telefone manda me avisar
> Que na Carioca tem uma roleta para se jogar
>
> (...)
>
> [**DONGA**, PELO TELEFONE]

E como a criatividade artística é pássaro que voa livre, os sambistas iriam também diversificar os ritmos e modalidades de brincar com rimas, sons e melodias. Desse modo, o samba pode ser curtido como Samba de roda; Partido alto, Samba de breque, Samba canção etc.

Algumas considerações para finalizar

Como se observa, o mesmo povo cuja ausência nas grandes realizações muitas vezes é protestada nos livros de história e tematizada na literatura, sempre esteve nos lugares dos protagonistas que figuram nos mesmos livros, lhe reservaram: um lugar de subalternidade. Lugar que, se por um lado não motiva a sua presença nas causas políticas, por outro o obriga a lutar a luta miúda, no cotidiano, para a própria sobrevivência. E para sobreviver ou escapar da sina de que sem trabalho não há salvação a arte é quem socorre ao pobre. Talvez porque a vida seja de trabalho duro, o povo precise abdicar da luta política em primeiro plano e, no tempo que lhe sobra para o descanso, encontre na música e nas "festas" um outro modo de lutar para resistir. São estas manifestações que trazem o prazer roubado pelo trabalho incessante de quem também não teve direito a uma escola decente. Ademais, a política, que o povo conhece muito bem, se apresenta a ele quase tão somente pela mão violenta do Estado.

A despeito dessa não presença nos feitos da história, é nos ombros do povo que pesa o Brasil, antes e depois da independência. E na cultura brasileira, que tem na música seu carro-chefe de divulgação e penetração mundo afora, como se tentou mostrar aqui, está a rebeldia e valentia do povo. A música do Brasil nasceu do povo e é com ele que ela resiste e caminha nestes duzentos anos. Inspirada nas tradições trazidas com a ancestralidade de origem africana, ou fruto do olhar sobre a labuta camponesa, há o traço da originalidade popular nos ritmos e melodias nacionais. Nem sempre a música que se forja na resistência traz, como a poesia de protesto, o elemento político como centralidade. Não obstante, sua origem e consagração expressam a necessidade de resistir e existir enfrentada pelo povo.

REFERÊNCIAS

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis:* uma sociologia do dilema brasileiro. 5. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

EFEGÊ, Jota. *Figuras e coisas da música popular brasileira.* Vol. I e II. FUNART, 2007.

ENCICLOPÉDIA da música brasileira. *Samba e choro*. São Paulo: Art Editora/Publifolha, 2000.

JAPPE, Anselm. *Crédito à morte:* decomposição do capitalismo e suas críticas. Trad. Robson J. F. De Oliveira. São Paulo: Hedra, 2013.

JEAN, Georges. *Na Escola da Poesia.* Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

KAISER, Gloria. *Dona Leopoldina* — Uma Habsburg No Trono Brasileiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIRA NETTO. *Uma história do samba:* as origens. Vol 1. São Paulo: companhia das Letras, 2017.

_____. *O inimigo do Rei*: uma biografia de José de Alencar ou a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos. Porto Alegre: 2006.

TINHORÃO, José Ramos. *Pequena história da música popular*. Círculo do Livro. Petrópolis: Vozes, s/d.

_____. *Música popular*: um tema para debate. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 1998.

LER O MUNDO, REESCREVER A REALIDADE: MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR, CAMPANHA DE ANGICOS E O SENTIDO NACIONAL-POPULAR

Helton Messini da Costa

Não basta saber ler mecanicamente que 'Eva viu a uva'.
É necessário compreender qual a posição que Eva
ocupa no seu contexto social, quem trabalha
para produzir uvas e quem lucra com esse trabalho.

[**PAULO FREIRE**[1]]

Notas introdutórias

Estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019, indicam que cerca de 6,6% da população brasileira com mais de 25 anos de idade ou aproximadamente 11 milhões de pessoas são consideradas analfabetas, enquanto 51,2% ou 69,5 milhões de brasileiros adultos não chegaram a concluir o Ensino Médio (AGÊNCIA IBGE, 2019), números que colocam o Brasil, em um ranking de 150 países, conforme análise da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entre os 10 países com maior número de adultos analfabetos no mundo.

Por sua vez, é certo que os dados estatísticos apresentam um significativo quadro para inúmeras análises, todavia, a seu turno, não mensuram o teor da escolarização oferecida ao conjunto da população brasileira dita alfabetizada. Em tempos

1. Conferência de Paulo Freire durante o Simpósio Internacional para a Alfabetização ocorrido em Persepólis, Irã, em setembro de 1975 (GADOTTI, 2003).

de proposições e documentos que norteiam a educação brasileira apontando com maior ênfase para a supremacia das "competências" (BRASIL, 2018, p. 09) em detrimento do conhecimento, cabe reagir. Não podem prosperar, sob pena de mais atraso, as recomendações estampadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, que promovem o aprofundamento da oferta de uma educação com viés utilitarista, na qual, como lembra-nos Paulo Freire, "A alfabetização [...] se reduz ao ato mecânico de 'depositar palavras'" (FREIRE, 2021a, p. 15). Ou, atualizando a máxima freiriana: "depositar competências" essencialmente utilitárias — quando é cada vez mais importante ir além de "ler mecanicamente que 'Eva viu a uva'". O leitor precisa "compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir uvas e quem lucra com esse trabalho".

São estes os fundamentos do exercício de reflexão que pretendemos esboçar neste texto para situar o sentido nacional-popular na *práxis* educativa que circunscreveu as iniciativas e experiências de alfabetização e educação popular do início dos anos 1960 no Brasil. Iniciativas e experiências que, no que diz respeito ao seu caráter crítico e popular, foram subitamente sufocadas no contexto do Golpe Civil-Militar de 1964 (SAVIANI, 2013a; FREIRE, 2018).

Interessa-nos, deste modo, compreender o alcance social dessas campanhas, em especial aquelas empreendidas pelos Movimentos de Cultura Popular (MCPs). Merecem destaque as iniciativas que se desdobram na experiência de Angicos, em 1963 (FREIRE, 2021b; LYRA, 1996), cidade do interior do estado do Rio Grande do Norte, que a despeito de suas limitações e contradições, empenharam-se na edificação de uma soberania popular a partir de um radical exercício democrático e da difusão de uma concepção crítica e ampliada, isto é, para além de limites institucionais e das restrições imanentes do capital, de alfabetização e educação.

Com efeito, para melhor organizarmos a exposição de nossas reflexões e argumentos, o texto está dividido em duas partes, além destas notas introdutórias e dos apontamentos finais. Na primeira parte, esboçamos algumas considerações a respeito da categoria nacional-popular em Gramsci (2015; 2002; 2000; 1999), com especial atenção às suas possíveis articulações com o fenômeno educacional. Na sequência, buscamos aproximar o sentido nacional-popular legado pelos escritos de Gramsci (2015; 2002; 2000; 1999) com a atuação do Movimento de Cultura Popular (MCP) de Recife do início dos anos 1960, notadamente, os que perpassaram as experiências de alfabetização em Angicos. Por fim, em notas finais, considerando as nuances que circunscrevem a educação brasileira nesta segunda década do século

XXI, sua latente subsunção aos processos cada vez mais ampliados de mercantilização[2] e mercadorização[3] (LEHER, 2021), juntamente com expressões autoritárias e reacionárias (como as observadas, por exemplo, no Movimento Escola Sem Partido[4]), tencionamos esboçar possibilidades e perspectivas de resistências propositivas para uma educação verdadeiramente nacional-popular.

Educação, emancipação e o sentido nacional-popular

Nas anotações de Gramsci (2015; 2002; 2000; 1999), tanto as produzidas no contexto de seu encarceramento em uma prisão fascista, a partir do ano de 1926, quanto aquelas resultantes de sua intensa atividade política — ainda em liberdade —, suas ideias de povo e nação, nacional e popular, buscavam escapar das armadilhas idealistas ou proselitistas que acompanhavam o pensamento de alguns importantes intelectuais de sua época, como Benedetto Croce (1866–1952), para quem Gramsci atribuíra uma postura pedante frente a uma ideia concreta de cultura popular (GRAMSCI, 1999, p. 117). Croce, segundo Gramsci (1999), julgava não haver possibilidade de uma cultura popular expressar uma concepção de mundo moderna e fecunda.

Destarte, apresentando como exemplo a questão da literatura nacional, Gramsci (2015; 1999) irá expor as diferenças entre seu país, Itália, e França, onde a literatura, por questões sócio-históricas, esteve organicamente ligada à cultura popular,

2. Designamos como mercantilização da educação, de acordo com Leher (2021), seu processo de privatização. Ver mais em: LEHER, R. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. *Germinal: Marxismo Educação Em Debate*, 13(1), 9–29. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/search/search?query=&dateFromYear=&dateFromMonth=&dateFromDay=&dateToYear=&dateToMonth=&dateToDay=&authors=leher. Acesso em 13 jun. 2022.

3. Por sua vez, mercadorização indica o processo cuja lógica privada invade a educação pública. Ver mais em: LEHER, R. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. *Germinal: Marxismo Educação Em Debate*, 13(1), 9–29. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/search/search?query=&dateFromYear=&dateFromMonth=&dateFromDay=&dateToYear=&dateToMonth=&dateToDay=&authors=leher. Acesso em 13 jun. 2022.

4. Sobre o Movimento Escola Sem Partido ver mais em: COSTA, H. M. *Escola sem partido*: concepções de escola, educação, formação humana e sociedade. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

proporcionando, assim, dentre outras coisas, a aproximação entre intelectuais e povo — o que não ocorreu em solo italiano. Consequentemente, havia uma maior aderência da população à direção política e social de determinadas camadas intelectuais (GRAMSCI, 1999). Na Itália, ao contrário, a não existência de uma literatura nacional, organicamente ligada ao conjunto da população, servira de entrave à formação de um ideário nacional junto às camadas populares que manifestassem suas expressões culturais. Não por menos, Gramsci (2002) afirmará que

> na Itália, o termo 'nacional' tem um significado muito restrito ideologicamente e, de qualquer modo, não coincide com 'popular', já que na Itália os intelectuais estão afastados do povo, ou seja, da 'nação'; estão ligados, ao contrário a uma tradição de casta, que jamais foi quebrada por um forte movimento político popular ou nacional vindo de baixo: a tradição é 'livresca' e abstrata (GRAMSCI, 2002, p. 41-42), conforme o original.

Daí que, na sistematização de Gramsci (2015; 2002, 2000, 1999), não fará sentido pensar em nação e povo como conceitos separados, sendo o primeiro uma expressão autoritária enquanto o segundo, pura abstração. Deste modo, uma unidade nacional orgânica, para Gramsci, somente será possível se o caráter nacional for, ao mesmo tempo, popular, isto é, se o conjunto da população estiver em aderência ou em consenso a um determinado projeto que corresponda às suas necessidades reais e concretas. Gramsci (2015) sinaliza, a partir da leitura de Vincenzo Gioberti (1801-1852), escritor, filósofo e político italiano do início do século XIX, que, se na França revolucionária, o jacobinismo[5] expressou, em um determinado momento, essa correspondência, porque coube justamente aos intelectuais jacobinos manifestar a vontade coletiva geral que provinha, para além das necessidades históricas da burguesia, também das camadas populares. Algo que faltara na Itália.

Essa ausência de vínculos orgânicos entre as camadas populares e os intelectuais; entre povo e nação, dificultava a constituição de um projeto de soberania que se reivindicasse ser nacional, pois, partindo de preceitos artificiais e de lideranças descoladas da realidade concreta popular (de suas vontades e exigências), tal projeto não encontrava correspondências reais, oferecendo como direção política, moral e intelectual ou uma ausência, ou um desenho autoritário. Não por menos, Gramsci

5. Referência ao clube de revolucionários franceses que atuou no processo da Revolução Francesa de 1789.

(2015), evidencia em vários momentos a carência entre os intelectuais italianos em contraste com a França e Inglaterra, de sua coesão com o povo. Carência que nem mesmo a Igreja Católica, de ampla capilarização nas camadas populares, fora capaz de suprimir indicando uma direção orgânica de caráter nacional.

O exame de Gramsci (2015; 2002; 2000; 1999) sobre esse descompasso, sobrepujado pela ascensão do fascismo em 1922, indicava a necessidade da construção de um projeto soberano e popular que rivalizasse com o autoritarismo e o populismo reacionário fascista. Importava, assim, que as camadas populares fossem protagonistas de seus próprios dramas históricos reais, reescrevendo sua própria história, assumindo a tarefa de reelaborar "o passado histórico-cultural da nação a partir de sua própria perspectiva. Isto é, era conveniente refazer a memória social num sentido contrário ao da classe dirigente" (BARBOZA, 2019, p. 112) a partir de "uma articulação orgânica entre os intelectuais e as massas, o que implica no estabelecimento de um processo de educação mútua. Dessa articulação, depende a criação de uma cultura vinculada à realidade do povo-nação" (BARBOZA, 2019, p. 112).

O contexto brasileiro herdara historicamente desafios ainda mais complexos do que o que Gramsci observara na Itália. Como denunciado por Florestan Fernandes (2020; 2011), o processo de formação da sociedade brasileira, sumariamente baseado no trabalho escravo, com a gradual constituição de uma burguesia herdeira de tradições coloniais, inserindo-se na economia capitalista mundial de forma dependente e subordinada, precisa ser desmistificado. Cabe tornar esclarecida a noção de modernização pontual como um arranjo social e político autoritário, racista e permanentemente contrarrevolucionário - barreiras intransponíveis à construção de uma sociedade integralmente democrática e popular. A "débil" e vacilante burguesia que se formou historicamente no Brasil, afirma Florestan Fernandes,

> [...] não pode arriscar-se à ousadia do anti-imperialismo declarado e que, tampouco, pode escolher *quem é quem* dentro de seus próprios quadros, condena-se a contemporização permanente e condena a sociedade nacional que controla, por sua vez, a uma quase paralisia política (FERNANDES, 2011, p. 31, conforme o original).

Neste sentido, o caráter nacional no Brasil explicitou-se sempre de modo artificial e manipulatório, nunca expressando uma vontade coletiva popular, a não ser em pontos de resistências que, de fato, quando incorporados a uma História

Nacional foram despidos de sua potência popular original. Expressões de uma elite intelectual burguesa como aquelas observadas na Semana da Arte Moderna de 1922 — iniciativa que, se por um lado ambicionasse incorporar à História Nacional elementos da cultura popular outrora invisibilizados — e aventasse, como nos lembra Antonio Candido (1973, p. 164) promover um "veemente desrecalque" da literatura nacional, bem como, "a reavaliação da cultura brasileira (...) por meio de "uma revisão de si mesmo" (CANDIDO, 1997. P. 69) —, por outro lado, reatualizava a centralidade da cultura europeia como cânone a ser seguido. Reforçava assim, no plano da cultura, a condição dependente e subordinada de que nos fala Florestan Fernandes. Daí que o elemento popular quando é incorporado em uma História Nacional, expressara-se sobre moldes importados, descaracterizando seus sentidos próprios (CAMARGOS, 2022).

Pode-se apontar aqui o dilema da alfabetização como algo que, para além desta miríade de complexidades que emperram o exercício de reconstrução e apropriação "da memória social num sentido contrário ao da classe dirigente", impede a constituição de uma verdadeira História Nacional (BARBOZA, 2019, p. 112).

Se, portanto, Gramsci (2015; 2002; 2000; 1999) elencara a questão da literatura nacional na Itália como um dos sintomas do descompasso entre povo e nação, entre nacional e popular, a questão do analfabetismo, uma condição ainda mais dramática do que a exemplificada por Gramsci, será no Brasil grande entrave à construção de um sentido nacional para a imensa maioria da população.

Não por menos, inúmeros intelectuais, desde meados do século XIX, irão vincular à falta de escolarização e, consequentemente, ao analfabetismo, um dos problemas centrais à formação da sociedade brasileira. José Veríssimo (1857-1916), por exemplo, afirmará em 1890 que somente a educação poderá despertar na população "o sentimento nacional e com ele o amor da nossa pátria, indispensável para a fazermos grande, poderosa e invejável" (VERÍSSIMO, 2013, p. 84). Esta afirmação se encontrava em consonância com as ideias de, entre outros, Rui Barbosa (1849–1923) e Benjamin Constant (1836–1891). Décadas mais tarde, em 1932, o "Manifestos dos Pioneiros da Educação Nova" indicara que, ao desenvolvimento de uma nação democrática é fundamental a correspondente universalização de uma educação pública, laica e gratuita (AZEVEDO et al, 2010). Tais proposições e defesas comutavam à educação escolar a primazia da tarefa do desenvolvimento nacional. Seria assim, nestas sentenças, a questão da escolarização o grande entrave à nação quando de sua ausência e, não obstante, quando de sua oferta, motor de pleno

desenvolvimento. A educação assumiria uma espécie de centralidade na própria edificação e difusão da ideia de nação.

Contudo, a problemática da falta de escolarização e, consequentemente dos altos índices de analfabetismo, era vista, como observara Paulo Freire (2021a, p. 15),

> [...] ora como uma "erva daninha" — daí a expressão corrente: "erradicação do analfabetismo" —, ora como uma "enfermidade" que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma "chaga" deprimente a ser curada e, cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de "civilização" de certas sociedades.

Ou ainda "como a manifestação da 'incapacidade' do povo de sua 'pouca inteligência', de sua 'proverbial preguiça'" (FREIRE, 2021a, p. 15, conforme o original), servira à limitação da escolarização e alfabetização aos interesses imediatos do capital de formação para o trabalho alienado oferecido pela e para a ordem social capitalista. Tal alfabetização, analisara Paulo Freire (2021a, p. 15-16) "se reduz ao ato mecânico de 'depositar' palavras, sílabas e letras nos alfabetizandos". Uma alfabetização que, distante de apontar para transformação e emancipação, aliena e reifica, posto que não se dá em relação com o mundo e as coisas concretas, facultando tão somente um horizonte estreito de adequação a um mundo que já está pronto (FREITAS, 2009) e que, portanto, independe de nossa ação ou vontade.

Em tempos de proposições, como as observadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, em que leitura e escrita reduzem-se à competência de "mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais)", reações são necessárias. Cabe contrapor de forma veemente os interesses populares, uma vez que a educação no Brasil não expressa um sentido nacional, haja vista tratar-se de um país onde os contornos do capital engendram um ingresso no mercado mundial capitalista de forma dependente e subalterna, como nos lembrara Florestan Fernandes (2020; 2011).

É preciso reagir à tentativa de suprimir e encerrar as possibilidades de ler o mundo e reescrever a realidade, de reelaborar "o passado histórico-cultural da nação a partir da própria perspectiva popular, isto é, de refazer a memória social num sentido contrário ao da classe dirigente" (BARBOZA, 2019, p. 112).

O Movimento de Cultura Popular (MCP) e seus projetos de educação/alfabetização: experiências de soberania popular?

Como expressamos anteriormente, a inserção do Brasil na dinâmica do capitalismo em seu caráter global incide em subordinação e dependência, condição que impele as manifestações de experiência de soberania nacional, congregando uma elite dominante herdeira de tradições coloniais e escravistas. No Brasil, uma experiência de soberania nacional-popular encontra ainda desafios maiores: mesmo em pontos de resistências é constantemente inviabilizada e invisibilizada, seja pela força coercitiva ou por razões de natureza ideológica — e o fenômeno educacional não está alheio a esta condição.

As experiências de alfabetização do Movimento de Cultura Popular (MCP) em Recife, no início dos anos 1960 — movimento organizado por iniciativa do então prefeito da capital pernambucana, Miguel Arraes (1916–2005) — configuram um fato da maior importância para a crítica da noção de nacional-popular. Contando com a participação de universitários, intelectuais, artistas, entre outros, envolto a uma série de iniciativas de Estado que datam dos anos 1940 e que intencionavam elevar os índices de alfabetização da população adulta, facultando-as para o trabalho que paulatinamente ganhava maiores contornos urbano-industrial (SAVIANI, 2013a), a experiência tensionava os métodos e as concepções até então empreendidos para a expansão do letramento no país.

O MCP de Recife, como destacou Osmar Fávero (s.d.), para além de um movimento de educação para as classes populares constituiu-se como uma organização cultural e popular, que colocava "a educação dentro de um movimento social profundo como expressão da cultura" (FÁVERO, s.d., s.p.). Tratava-se, assim, da primeira grande iniciativa que compreendia "a cultura popular não como folclore, como falavam os antropólogos, mas como forma típica de vida e expressão do povo" (FÁVERO, s.d., s.p.). Em seu processo de educação para e pelas classes populares, a cultura popular tornara-se central no processo pedagógico. Métodos e materiais didáticos eram produzidos através de discussões que ocorriam no calor dos acontecimentos, com ênfase na realidade cotidiana concreta dos participantes e em relação com os problemas gerais do Brasil e do mundo (FREIRE, 2021b).

Paulo Freire (2021b) — um dos primeiros intelectuais a ingressar no MCP, de onde só saíra com o encerramento das atividades do grupo por ordem da Ditadura Civil-Militar que se instaurara em 1964 — relata, em suas *Cartas a Cristina*, que o objetivo do movimento, baseava-se na proposta do professor Germano Coelho (1927–2020), o qual realizou estudos de pós-graduação na Sorbonne, em Paris. Lá, entrando em contato com iniciativas de organizações de cultura popular, sua pesquisa

> [...] se orientava no sentido de que fosse lançada a ideia da formação de um movimento, e não de um instituto ou de uma organização de educação e de cultura popular. A ideia do movimento sugeria muito mais a de *processo*, a de *vir a ser*, a de *mudança*, a de *mobilidade* (FREIRE, 2021b, p. 176).

Outrossim, a atuação do MCP ampliava as concepções de educação inserindo atividades de artes visuais, teatro, música, rodas de discussão política etc. como atividades de cunho educativo, alargando o horizonte de possibilidades do fazer pedagógico e expressando um nítido e radical posicionamento de classe. Daí que, como potência, a curta, porém profícua atuação do movimento, buscava, em sua essência, centrar as camadas populares como sujeitos de sua própria história. Havia clareza de que, para tanto, elas careciam das ferramentas necessárias à leitura do mundo e, dessa forma, sua reescrita nos processos de luta para reconstruir "a memória social num sentido contrário ao da classe dirigente" (BARBOZA, 2019, p. 112), a partir de forte movimento político popular vindo de baixo a ponto de conglutinar intelectuais e povo em um mesmo processo de emancipação, dissipando esta fronteira.

No contexto de sua atuação junto ao MCP, Paulo Freire recebera, em 1963, um convite para um projeto destinado à alfabetização de Jovens e Adultos no estado do Rio Grande do Norte. A proposta, oferecida a Freire pelo então secretário de Educação deste estado, Calazans Fernandes (1927 — 2010), um jovem jornalista à época, estabelecia um convênio entre a Universidade do Recife — atual Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) — e a secretaria de Educação do Rio Grande do Norte e concedia certo grau de autonomia a Paulo Freire e uma equipe de estudantes, professores e pesquisadores da Universidade de Recife. Segundo Freire (2021b), cassado pelo Ato Institucional Número 5 em 1969, a única contrapartida por parte do Governo do Rio Grande do Norte fora o pedido do então governador, Aluízio Alves (1921 — 2006), de posições políticas de centro, de que o projeto de alfabetização liderado por Freire fosse realizado primeiramente em Angicos, cidade natal de Alves.

Os trabalhos iniciaram-se pela pesquisa do contexto sócio-histórico do município, do universo vocabular de sua população, além de aspectos da cultura popular local. Posteriormente, já distribuídos em círculos de cultura e, não por menos, aproveitando-se das ricas experiências do MCP, a Campanha de Angicos (como ficara mundialmente conhecida décadas mais tarde) promovera a construção de um método revolucionário de alfabetização de adultos. A partir de palavras geradoras, isto é, palavras que se encontravam no contexto cotidiano de trabalho e cultura dos alfabetizandos era possível, em apenas 40 horas, alfabetizar uma pessoa dentro de uma perspectiva crítica e politizada. Estima-se que 300 adultos foram alfabetizados pelo método desenvolvido por Freire em menos de um ano na cidade de Angicos (FERNANDES; TERRA, 1994).

Com o Golpe Civil-Militar de 1964 e o consequente encerramento das atividades do programa, Paulo Freire, exilado político, percorrera nada menos do que aproximadamente 55 países a fim de apresentar o método desenvolvido com sucesso em Angicos. Experiências similares foram realizadas em vários países, incluindo países da África, Europa, além dos Estados Unidos. Em Guiné-Bissau, por exemplo, o próprio Paulo Freire envolvera-se em um longo processo de alfabetização de adultos desenvolvido em nível nacional (SANÉ, 2021).

A campanha de Angicos manifesta-se no quadro de nossos questionamentos como uma experiência que tensionara, em um determinado momento, a latente separação entre povo e nação, entre nacional e popular que, no campo da educação, ao menos em seu caráter institucional, revelara-se e permanece revelando-se mecanicista, tecnicista e utilitária, em que prevalecem instrução, adequação e resiliência. Tais noções obliteram a busca por uma formação humana integral e um horizonte de emancipação humana. Logo, uma série de pressupostos que integram a campanha indicam seu caráter nacional-popular e, portanto, contribuem para pensarmos em perspectivas para uma educação nacional-popular em tempos de crise prolongada do capital.

Assim, enfatizamos a capacidade de integração da campanha ao universo local que abalava a consagrada relação de superioridade entre intelectuais e povo, subvertendo a ideia de uma educação "de cima para baixo". Neste ponto, os intelectuais envolvidos, em sua *práxis*, partindo do senso comum, procuravam "demonstrar que 'todos' são filósofos e que não se trata de introduzir *ex novo* uma ciência na vida individual de 'todos', mas de inovar e tornar 'crítica' uma atividade já existente" (GRAMSCI, 1999, p. 101).

Doravante, ao apresentar criticamente o "já existente" estabelecem-se as condições para sua reescrita e, com ela, as possibilidades de transformação do existente, *práxis* indispensável, por um lado, ao desvelamento de uma ordem econômico-social que se projeta como natural, universal e eterna e, por outro, ao reconhecimento e organização por parte das classes populares de "(...) suas '*forces propres*' [forças próprias] como forças *sociais*" (MARX, 2010, p.54, conforme o original).

À vista disso, é revelador o fato de Paulo Freire passar a figurar possivelmente como o intelectual mais combatido pelos grupos políticos da extrema direita brasileira que se avolumam no Brasil nestas primeiras décadas do século XXI. Por isso, vem cumprindo uma espécie de segundo exílio. Aliás, como ele próprio reconhecera no contexto da Ditadura Civil-Militar, seu primeiro exílio sempre lhe pareceu,

> [...] dentro das condições históricas de sua sociedade, inadiável e indispensável uma ampla conscientização das massas brasileiras por uma educação que as colocasse numa postura de autorreflexão e de reflexão sobre seu tempo e seu espaço. Nunca pensou, contudo, o autor, ingenuamente, que a defesa e a prática de uma educação assim, que respeitasse no homem a sua ontológica vocação de ser sujeito, pudesse ser aceita por aquelas forças, cujo interesse básico estava na alienação do homem e da sociedade brasileira (FREIRE, 2018, p. 52-53).

O alerta de Paulo Freire (2018) aponta com extrema lucidez que a educação não está apartada da luta de classes e que, neste sentido, atravessada pela dinâmica da barbárie capitalista, uma *práxis* educativa que se quer crítica só pode acontecer como "ato de amor" e de coragem" (FREIRE, 2018, p. 127), posto que são portadoras de humanização e identificação do indivíduo singular com o gênero humano que há em todos nós, "A análise da realidade não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa" (FREIRE, 2018, p. 127).

Decerto é latente que, constrangida por sua tradição permanentemente contrarrevolucionária e portanto, impelida a uma imanente predisposição ao conservadorismo e ao reacionarismo, a burguesia brasileira não tem nenhum interesse em uma *práxis* educativa que se queira nacional-popular. Sua condição subalterna e dependente é corolário à sua lógica de dominação e, consequentemente, um exercício de soberania, mesmo que instituído sobre as bases de um pretenso liberalismo democrático burguês é visto como ameaça sumária.

Daí o aparecimento e a difusão alcançada pelo Movimento Escola Sem Partido nesta segunda década do século XXI, a ponto de figurar como um decisivo palanque para o grupo político de extrema direita vitorioso nas eleições presidenciais de 2018 (COSTA, 2019).

Separadas por conta de suas próprias necessidades históricas das camadas populares, as elites brasileiras apresentam seus interesses como interesses de todos os brasileiros e, desta forma, denunciam "os esforços de verdadeira libertação como 'perigosa subversão', como 'massificação', como 'lavagem cerebral' — tudo isso produto de demônios, inimigos do homem e da civilização ocidental cristã" (FREIRE, 2018, p. 53).

Pode-se então reiterar que a educação que a burguesia brasileira promove e direciona às classes populares por via do Estado, em documentos como a BNCC, ampliam sobremaneira a ofensiva neoliberal sobre a educação, com processos cada vez mais acentuados de mercadorização e mercantilização da educação (LEHER, 2021). Pelo mesmo motivo brotam atualmente movimentos de caráter reacionário (como o Escola Sem Partido) que buscam aniquilar o potencial crítico da escola e anular a atuação docente (COSTA, 2019). Não apresentam, dessa forma, qualquer possibilidade de reivindicar uma essência verdadeiramente nacional - muito menos popular.

Notas finais: perspectivas para uma educação nacional-popular em tempos de crise prolongada do capital

Conforme procuramos apresentar no decorrer de nossas argumentações, as experiências transcorridas durante o curto período de atuação do MCP, bem como da Campanha de Angicos, indicaram traços e elementos que buscaram subverter, a seu modo, o caráter pedante, hierárquico e autoritário com que se pensara, em grande medida, a questão da alfabetização no Brasil até então. As atividades desenvolvidas nestes contextos sinalizaram para uma descaracterização da dualidade entre intelectuais e povo e inclusive para um "veemente desrecalque" (CANDIDO, 1973, p. 164) da educação brasileira e sua reavaliação. Exatamente por isso, por evocarem transformações de grande ordem, tais experiências foram sumariamente esmagadas pela burguesia brasileira. Uma burguesia, como reitera Florestan Fernandes

(2020; 2011), dependente, subordinada e compelida à contrarrevolução permanente a fim de garantir a manutenção de seus privilégios de classe.

Numerosos são os desafios para que este conjunto de experiências educativas, tanto aquelas ocorridas no início dos anos 1960 no contexto do MCP, quanto as que se intensificam na *práxis* de muitos movimentos sociais no Brasil destas primeiras décadas do século XXI, se ofereçam como saídas. Ao menos elas denunciam a necessidade de se subverter o caráter cada vez mais mercantilizado e mercadorizado: uma educação escolar que reduz conhecimento à competência e apresenta ao aluno uma perspectiva de preparação *para uma vida que já está pronta*, e que deve ser apenas aceita por ele como um bom consumidor de mercadorias e serviços" (FREITAS, 2009, p. 81).

São ainda maiores os desafios, na conjuntura brasileira destas primeiras décadas do século XXI, a justaposição desta educação escolar oferecida ao conjunto das classes populares brasileiras com projetos conservadores e/ou reacionários, como aqueles observadas no Movimento Escola Sem Partido, nas propostas de *Homeschooling* e na expansão das chamadas Escolas Cívico-Militares.

Portanto, o único caminho possível será a subversão desta escola mediante uma *práxis* educativa que aponte para uma educação verdadeiramente nacional-popular, o que requer necessariamente transformações significativas na estrutura econômica, política e social brasileira e, neste percurso, potencialmente de longa duração, urgem algumas questões emergenciais.

Primeiramente, é imperioso recuperar o regime democrático aniquilado com o Golpe travestido de *Impeachment* da Presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff (2011-216) em 2016, dotando-o de um caráter popular com a participação efetiva e medular dos movimentos sociais e populares. Não menos urgente é a imediata revogação da Lei nº 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio) e da Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016, que congela gastos públicos com educação e saúde (dentre outros serviços públicos essenciais) por até 20 anos. Também é imprescindível: 1) a revogação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018; 2) a extinção das chamadas Escolas Cívico-Militares; 3) o arquivamento das propostas de *Homeschooling*; 4) a integral recuperação, seguida de acréscimo dos orçamentos do Ministério da Educação (MEC), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDEB); 5) recomposição dos orçamentos das Universidades e Institutos Federais, das agências públicas de fomento à ciência e à pesquisa como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) etc., além da recriação do Ministério da Cultura e reestruturação/refundação do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da Fundação Cultural Palmares - para citarmos apenas alguns exemplos.

Tamanhos desafios requerem a plena atenção, organização e atuação das camadas populares em prol de seus próprios interesses, diametralmente contrários aos interesses da burguesia dominante que busca "eternizar relações de poder que [lhe] são favoráveis" (DUARTE, 2021, p. 90). No campo da educação, as classes populares não podem se furtar a manifestar seu interesse central na apropriação de todo o arcabouço humanístico, científico, tecnológico, cultural, filosófico e artístico produzido até então pelo conjunto da humanidade (SAVIANI, 2013b) - condição indispensável à plena leitura do mundo e, com ela, a possibilidade de reescrita da realidade e de formação de pessoas capazes de "pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige" (GRAMSCI, 2004, p. 49). Conforme a máxima de que "uma literatura não pode ser nacional se não for popular" (GRAMSCI, 2015, p. 343), afirmamos que uma educação não pode ser nacional se não for popular. Assim e somente neste sentido, de sublevação das estruturas de dominação burguesa e concomitante organização popular, é possível conquistar uma escola, uma educação verdadeiramente nacional-popular.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE. *PNAD Educação 2019*: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais--nao-completaram-o-ensino-medio. Acesso em 17 jun. 2022.

AZEVEDO, F. [et al.]. Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=205210&co_midia=2. Acesso em 02 jul. 2022.

BARBOZA, L. G. A agonia do nacional popular. *Novos Rumos*, Marília,v. 56, n. 2, Jul.-Dez., 2019. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/9587/6105. Acesso em 19 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação*. Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em 20 mai. 2022.

CAMARGOS, M. *Semana de 22*: entre vaias e aplausos. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

CANDIDO, A. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

CANDIDO, A. *Iniciação à literatura brasileira*. São Paulo: Humanitas, 1997.

COSTA, H. M. *Escola sem partido*: concepções de escola, educação, formação humana e sociedade. 2019. Dissertação (Mestrado) — Curso de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

DUARTE, N. O currículo em tempos de obscurantismo beligerante. In: SAVIANI, D.; DUARTE, N. *Conhecimento escolar e luta de classes*: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie. 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

FÁVERO, O. *Memória das campanhas e movimentos de educação de jovens e adultos*: (1947-1966) s. d. Disponível em: http://forumeja.org.br/df/files/leiamais.apresenta.pdf. Acesso em 13 mai. 2022.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 6. ed. Curitiba: Kotter; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERNANDES, F. *Brasil*: em compasso de espera: pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

FERNANDES, C.; TERRA, A. *40 horas de esperança*: o método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos. São Paulo: Editora Ática, 1994.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 42. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 16. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021a.

FREIRE, P. *Cartas a Cristina*: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021b.

FREIRE. P.; NOGUEIRA, A. *Que fazer?*: teoria e prática em educação popular. 4. ed. Petrópolis — RJ: Vozes, 1993.

FREITAS, L. C. A luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito. In: PISTRAK, M. *A escola-comuna*. Tradução de Luiz Carlos de Freitas e Alexandra Marenich. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GADOTTI, M. *História das ideias pedagógicas*. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere.* Vol. 5. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Tradução de Luiz Sergio Henriques. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere.* Vol. 2. Os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Vol. 6. Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices. Índices e variantes. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere.* Vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere.* Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LEHER, R. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. Germinal: marxismo e educação em debate, 13(1), 2021. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/search/search?query=&dateFromYear=&dateFromMonth=&dateFromDay=&dateToYear=&dateToMonth=&dateToDay=&authors=leher. Acesso em 13 jun. 2022.

LYRA, C. *As quarentas horas de Angicos*: uma experiência pioneira de educação. São Paulo: Cortez, 1996.

MARX, K. *Sobre a questão judaica.* Tradução de Daniel Bensaid. São Paulo: Boitempo, 2010.

SANÉ, S. Paulo Freire e o combate ao analfabetismo na Guiné-Bissau: a campanha nacional de alfabetização e educação de adultos. *Práxis Educacional*, [S. l.], v. 17, n. 47, 2021. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9480. Acesso em: 16 jun. 2022.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013a.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica*: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013b.

VERÍSSIMO, J. *A educação nacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas, 2013.

EDUCAÇÃO SOB ATAQUE: 200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA E A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DIFÍCEIS

Diego Fonseca Dantas

Introdução

Como breve digressão nestes 200 anos da Independência[1], um olhar ainda que superficial sobre a história do Brasil, nos mostra um país constituído sobre bases extremamente conservadoras. Mesmo considerando os saltos qualitativos da Independência, da República e da Revolução de 1930, a permanência de valores e práticas conservadoras das elites brasileiras impede que o país acerte as contas com seu passado. Mesmo antes das diferentes fases da colonização, passando pelos curtos períodos monárquicos — tanto como Colônia, assim como Império

1. Com a independência brasileira e a promulgação de uma Constituição própria em 1824, ocorreria a permissão para a abertura de escolas particulares, a abertura de cursos jurídicos e contábeis auxiliando a formação de quadros intelectuais a fim de prover o Estado de uma estrutura burocrática. Nesse sentido, do grupo dirigente do imperador faziam parte tanto os elementos da burguesia liberal como alguns poucos elementos letrados da burguesia para atuarem na burocracia de Estado. De toda forma, foram criados os primeiros liceus provinciais, como o Ateneu do Rio Grande do Norte (1835), o Liceu da Bahia (1836), o Liceu da Paraíba (1836), chegando-se à criação do Colégio Pedro II em 1837, que serviria de modelo e referência para o ensino secundário em termos de normatização e padronização aos demais. Contudo, a realidade pós-independência parecia contradizer a própria Carta Magna posto que, embora nela estivesse que "A Instrucção primaria, é gratuita a todos os Cidadãos" (BRASIL, 1824, artigo XXXII), um ato adicional de 1834 provocaria a descentralização da responsabilidade da educação primária, induzindo a responsabilidade de sua gestão para as Câmaras municipais, desarticulando rapidamente a conexão entre a instrução primária e a secundária, posto que esta última ficou sob a responsabilidade do Império. Por conseguinte, o dualismo educacional expresso por esta oferta desarticulada reproduzia, na prática, a dualidade do sistema, pródigo na exclusão dos setores populares da sociedade brasileira.

independente — até os 133 anos de República a serem completados este ano, o Brasil conserva, ainda hoje, tradições patrimonialistas, herança da escravidão, do autoritarismo, da hierarquização e da exclusão social. Não fosse isso bastante, o conservadorismo brasileiro revela ainda traços reacionários que nos remetem, de tempos em tempos, a práticas de grandes, médias e pequenas mazelas anticivilizatórias, quando não a barbárie.

Tendo por objetivo entender como o conservadorismo que se tornou hegemônico no pensamento e na prática das elites brasileiras e encontrou, nos parece, acolhimento nas classes médias e em segmentos das classes populares, dedicaremos esta seção à revisão destes movimentos reacionários e conservadores à luz de alguns postulados históricos.

O título deste ensaio que introduzimos agora já se anuncia como um *spoiler*: "A educação sob ataque". Não obstante, ele, o título, talvez seja o que melhor corresponda aos nossos anseios e ao objetivo principal da reflexão, qual seja: analisar criticamente a atualidade do campo educacional no Brasil de triste legado mesmo após a Independência (1822) e outros marcos dito "civilizatórios", buscando apreender as posições político-ideológicas da direita conservadora que têm se destacado nessa disputa. O pressuposto factual que nos trouxe aqui tem no Movimento Escola Sem Partido (MESP) uma espécie de liderança *tabaréu* de um integralismo pós-moderno, sendo ele, o MESP, o principal difusor, desde fins dos anos 1990, do irracionalismo anti-intelectualista no país. Trata-se, conforme veremos, de um movimento portador de uma visão de mundo híbrida na qual se encontram reunidas, desde o ideário chauvinista modernizador-conservador do integralismo dos anos 1930, de Plínio Salgado, até o moralismo cínico neopentecostalista das práticas capitalista-financeiras das seitas, passando por disparates anticientíficos como o criacionismo e o *terraplanismo*, ditadas por astrólogos-gurus e teólogos-adivinhos nas redes sociais e nas mídias tradicionais. Obviamente, neste espaço não há como abarcar toda a complexidade do tema. Pretendemos como um recorte sobre o MESP e demais movimentos conservadores liberais dar luz sobre a questão, sem pretensão de esgotar esta reflexão.

O MESP e o ideário *tabaréu* pós-moderno da ultradireita

Criado em 2004 pelo advogado Miguel Urbano Nagib[2], o MESP é apresentado nas redes sociais como "uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior"[3]. O movimento foi criado na contracorrente da conjuntura política do país, quando então um partido de centro-esquerda havia chegado ao poder executivo. Por esse motivo, ou por qualquer outro, o discurso do MESP passou despercebido e acabou sendo banalizado pois, naquele momento, não encontrava eco na opinião pública e muito menos no parlamento.

O MESP justifica a sua atuação "a pretexto de transmitir aos alunos uma *visão crítica* da realidade, considerando que um exército organizado de militantes travestidos de professores, prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo[4]. Para o MESP, a preocupação expressa pelo "grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras" está dirigida aos educadores que se utilizam da metodologia crítica para entendimento da realidade, pejorativamente taxados pelo movimento como *militantes travestidos*. Na sua sanha pós-moderna, de um modo confuso e generalista, mistura os partidos de centro-esquerda e de esquerda, movimentos identitários e até pessoas sem distinção. O próprio coordenador do Movimento depõe sobre isso:

> O PSOL é um dos partidos que mais lucra com a doutrinação política e partidária nas escolas. Então é natural que o Deputado Glauber esteja contra o projeto. Não só ele, como a maior parte dos deputados dos Partidos de Esquerda. A maior parte dos professores que doutrinam em benefício destes partidos. Quem está assistindo a gente, o nosso debate, sabe perfeitamente disto. A doutrinação, embora também existam professores de Direita que façam, que usam a sala de aula para promover as suas próprias preferências

2. Miguel Nagib, paulista de Mogi das Cruzes, é advogado e procurador do Estado de São Paulo em Brasília. Foi articulista do Instituto Millenium, uma organização que visa a difusão de cultura liberal à sociedade.

3. Disponível em: http://escolasempartido.org/quem-somos.

4. Disponível em: http://escolasempartido.org/quem-somos.

> político-ideológicas, a imensa maioria dos professores que faz isso é identificada com Partidos de esquerda, sobretudo o PSOL, que hoje é o partido que conta com a maior adesão por parte destes professores militantes[5].

No sentido do que afirmamos antes, em publicação organizada por Frigotto (2017) sobre o perfil e os propósitos do MESP, lemos que ao contrário do que pretende ser - no caso, *apolítica* no campo educacional - seus militantes seguem uma plataforma moralista e tecnicista típica das proposições conservadoras da ultradireita no Brasil. Quanto a isso, a despeito das contradições que seus textos e discursos carregam, o próprio Movimento se encarrega de formular a tese de que preza "pelo respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções"[6]. Para Espinosa e Queiroz

> Antes tida até como pueril, tamanha sua inconsistência teórica e jurídica, não se imaginava que a iniciativa tomaria a dimensão que tem hoje e que se espalharia para todo o Brasil, aproveitando uma forte onda conservadora e feroz, que se fortaleceu após as manifestações de 2013, passando pelas últimas e acirradíssimas eleições presidenciais e catalisada pelos recentes movimentos de rua que defendiam o afastamento da Presidente Dilma Rousseff, democraticamente eleita. Hoje, surpreendentemente, tem-se discutido exaustivamente a temática nas redes sociais e também nas instâncias acadêmicas, jurídicas e, principalmente, políticas (2017, p. 49)

Todavia, devemos considerar que não se trata exatamente de uma surpresa o surgimento de uma *onda conservadora*, tal como descrito acima por Espinosa e Queiroz, dado que o crescimento do conservadorismo pós jornadas de 2013 não ocorreu por acaso. Defendemos que o entranhamento do conservadorismo no Brasil se confunde com a nossa própria história. Nesse sentido, Brandão (2005) observa que, diferentemente da Europa e dos EUA, no Brasil o Estado se formou antes do desenvolvimento da sociedade sob a égide das elites brasileiras. De fato, como bem recorda Jessé Souza (2009), o fenômeno da naturalização da desigualdade com a conveniência da classe média está na origem da nossa formação social. Dessa forma,

5. Disponível em: https://youtu.be/233e1REG30U. Programa Expressão Nacional de 21.02.2017 — TV Câmara.

6. Disponível em: https://escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/, acesso em 18 de abril de 2018.

ao se naturalizar as mazelas sociais do país como uma questão e problema restrito ao indivíduo e, ao se estruturar desde o início da formação brasileira uma elite e um Estado de oligarcas reinou, entre nós, um espírito de conservação. Para Souza,

> O nosso narcisismo primário, que nos faz na vida cotidiana sempre tender a culpar os outros ou até o mundo, mas nunca nós mesmos, tem, aqui, seu duplo na esfera social e política. O conceito de patrimonialismo e de estamento permite retirar das nossas costas, pessoas comuns de classe média, qualquer responsabilidade pelas misérias e iniquidades de nossa vida política.
>
> Nesse caso, ter-se-ia que considerar a luta entre classes, frações de classes, grupos de interesse, acesso diferenciado à esfera pública, capacidade de articulação e aglutinação de interesses em ideias legitimadoras convincentes etc. Tudo muito complexo. A ideia de estamento simplifica tudo isso. É uma "elite" má e corrupta que se apropria para seus próprios fins do Estado. Desse modo, o Estado, percebido erroneamente como a fonte do "poder social" enquanto tal para o senso comum leigo, pode ser "personalizado", simplificado e distorcido. É, aliás, apenas distorcendo sistematicamente a realidade que perspectivas conservadoras como essa podem aparecer como se fossem leituras críticas do mundo social (2009, p. 62).

O que pretendemos aqui demonstrar é que a *onda conservadora* da atualidade começou a se constituir bem antes de 2013, possivelmente ainda no final da década de 1990, quando o então programa neoliberal de reestruturação produtiva do país levou a uma tempestade perfeita com a combinação de desemprego estrutural e o aumento da concentração de renda. A partir dessa crise dois caminhos aparentemente antagônicos se efetivaram na sociedade brasileira: a eleição de um partido de centro-esquerda com forte acento na política cultural e a reemergência do conservadorismo liberal e, também, o fortalecimento da ultradireita chauvinista. Nesse sentido, se o surgimento e o crescimento do MESP, desde 2004, não constitui uma surpresa legitimamente original na amplitude do campo sociopolítico nacional, de outro modo, considerando o que dissemos sobre os *caminhos aparentemente antagônicos* efetivados pela centro-esquerda e a direita conservadora, em geral, é merecedor de maior detalhamento, podendo, talvez, esclarecer mais alguma coisa sobre o levante atual da ultradireita no Brasil.

Com efeito, o longo histórico do conservadorismo liberal em educação no Brasil aporta nos anos 1990 fortalecido pelo ideal *Educação ao longo da vida*, resultante

das reuniões da comissão europeia da UNESCO, cuja finalidade programática, se dizia ser, traçar o eixo de atuação para a educação de jovens e adultos em vários países. Data também desta década o surgimento do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), elaborado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com a finalidade de ranquear o estado da arte da educação dos países de modo a estabelecer o grau de investimento em tecnologia a eles destinado.

Não por coincidência, data ainda deste período o movimento de ampliação de antigas instituições escolares privadas municipais e estaduais como, por exemplo, o grupo Pitágoras, depois Kroton, hoje Cogma, o movimento de redirecionamento de suas ações originais para a educação (como ocorreu com a Fundação Abril) e o surgimento de instituições e ONGs voltadas para este fim, como o Instituto Ayrton Senna, o já citado Todos Pela Educação e a Fundação Lemann. Tais rearranjos — ou, se se preferir, reestruturação produtiva — na configuração do conservadorismo liberal em educação, tiveram por escopo teleológico fazer valer a hegemonia ideológica do modelo de modernização conservadora do país e, ao mesmo tempo, garantir para os pares os recursos destinados ao país pela OCDE.

Sem qualquer controle governamental e, em alguns casos, sendo apoiado pela União, Estados e Municípios, essas instituições vicejariam por toda década e meia de governança da centro-esquerda no Brasil. Já no campo político institucional cabe lembrar, inicialmente, que a centro-esquerda chegou ao governo da república tendo como companhia de chapa um empresário conservador, dono da maior empresa têxtil do país e filiado ao Partido Liberal. A projeção nacional alcançada por elementos chauvinistas e populistas no parlamento, como o já citado Enéas Carneiro, pelo PRONA, e outros tantos políticos municipais e estaduais populistas conhecidos ou não pelo histórico de corrupção, como Eduardo Cunha, Roberto Jefferson, Álvaro Dias e o palhaço Tiririca, dentre muitos outros, contaram com votações significativas, acentuando o empuxo da direita. Já antigos elementos de ultradireita como Messias Bolsonaro, de resto tido como marginais na política brasileira, jamais tiveram problema de se consolidarem nas eleições parlamentares.

Por fim, mas não por último (pois o conservadorismo de direita e de ultradireita brasileira continua vicejando no país), temos então, sim, o último empuxo — uma marola, praticamente — produzido por 2013, quando surgem elementos em sua maioria imberbes associados a grupos como Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem Pra Rua (VPR), todos como orientados por Steve Bannon, assessor político

de Donald Trump, e/ou financiados pela CIA. Concluindo essa digressão, o que queremos configurar é, primeiramente, que o antagonismo entre o progressismo da centro-esquerda e do conservadorismo liberal da direita e da ultradireita no país praticamente não existiu de fato, a não ser em alguns situações pontuais pois, no todo, em conjunto ou alternadamente, as sucessivas eleições de elementos conservadores de direita e da ultradireita dão a medida do volume da *onda conservadora* que, ao longo de mais de duas décadas, se avolumou engolfando amplos setores das classes médias e, nos últimos cinco anos, varreu o país.

Nesse contexto, não é surpresa que o MESP, diferentemente do que afirma se propor, funcione como um grupo partidarizado enraizado numa base partidária no Congresso. Seus anteprojetos de lei na Câmara e no Senado Federal e em estados da federação, como é o caso de Alagoas, demonstram isso. Compõe e disputa hegemonia, como também compõem e disputam hegemonia as fundações, instituições e ONGs conservadoras liberais citadas acima. No todo, formam o que Gramsci (1975) denomina de um bloco histórico. Em conjunto ou separadamente, influem na elaboração e na aprovação de leis, ocupam com propaganda pretensamente isenta as redes sociais e a mídia tradicional, especialmente os jornais conservadores e as redes de TV, promovem o ativismo social mediante ações sociais, por exemplo. Semelhante a um partido político, o bloco conforma uma força social coletiva que busca influenciar o Estado e a sociedade civil, visando a determinado fim. Como observa Gramsci:

> O partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental [...] (GRAMSCI, 1975, p. 24).

E Bobbio, também o ratifica:

> Para tornar mais concreta e específica esta definição é usual sublinhar que as associações que podemos considerar propriamente como partidos surgem quando o sistema político alcançou um certo grau de autonomia estrutural, de complexidade interna e de divisão do trabalho que permitam, por um lado, um processo de tomada de decisões políticas em que participem diversas partes

> do sistema e, por outro, que, entre essas partes, se incluam, por princípio ou de fato, os representantes daqueles a quem as decisões políticas se referem. (BOBBIO; MATTEUCCI, GIANFANCO, 2000, p. 899)

No caso específico do MESP, sua atuação no bloco histórico do conservadorismo de direita é tida internamente como uma estupidez tática e estratégica sem precedentes, dada sua proposta central partir da utopia de promover uma sociedade desideologizada. Em que pese a estultícia social de suas ações, os métodos de propaganda do MESP são semelhantes aos utilizados pelo nazifascismo, isto é, assustadoramente aterradores segundo a avaliação dos próprios integrantes do bloco histórico conservador de direita como das demais posições político-ideológicas. De fato, seus adeptos pregam a espionagem, a denúncia e a perseguição de professores e dirigentes escolares por parte dos alunos e de seus pais ou responsáveis. Ademais, além da educação ser tratada como uma experiência policial, associada à sujeição do professor em sala de aula e a uma punição legal, caso ultrapasse a fronteira da estupidez supostamente *tecnicista* ditada pelo MESP, seu programa tem em vista a coisificação da educação, quer regulando, previamente o conteúdo, quer regrando e sujeitando as subjetividades do aluno e do professor. Fazendo da experiência escolar uma guerra, o MESP propõe, em suma, associar a sociabilidade inerente a essa experiência à desconfiança e à insegurança. Portanto, o propósito da guerrilha escolar pretendida pelo MESP, não seria exagero inferir que tais métodos não ficam longe das práticas policiais instituídas e das narcomilícias e paramilitares dominantes nas favelas e comunidades urbanas ou periféricas. A delação, a caguetagem, fundadas na desconfiança mútua e no espírito punitivo, reproduzem numa escala popular e marginal a judicialização da vida social das elites e das classes médias escolarizadas e, numa escala ainda mais ampliada, a desconfiança do Estado. Ou o horror a ele. Como diz Hobbes,

> Então, quando não existe um Poder comum capaz de manter os homens em respeito, temos a condição de que se denomina Guerra; uma Guerra de todos os homens contra todos. Assim, a guerra não é apenas a Batalha ou o ato de lutar, mas, o período de tempo em que existe a vontade de guerrear [..] a natureza da Guerra não consiste na luta real, mas, na disposição para ela e durante todo o tempo não se tem segurança do contrário. (HOBBES, 2008, p. 96)

A tentativa de desqualificar os professores tem como preceito um poder absoluto no qual a vida social é reduzida à solidão. Lukács, fazendo referência ao nazismo, assim comentava o rebaixamento à brutalidade e ao terror:

> O período de Hitler leva essa postura de vida ao seu florescimento máximo: ele libera em seus asseclas e subordinados todos os maus instintos da particularidade, também e sobretudo aqueles que, no cotidiano normal, costumam ser reprimidos pelo homem particular mediano. A sua realização social efetiva consiste meramente em que essa libertação seja canalizada para os rumos designados pelo hitlerismo enquanto unidade de pisar e ser pisado, de brutalizar outros e o temor de ser brutalizado.
>
> [...] A mistura predominante que surgiu desse processo tinha de ser a da crueldade desenfreada com a irresponsabilidade covarde, ou seja, foi visado e alcançado o estágio mais baixo da particularidade, o que hoje sabe toda pessoa que não tem razões sociais ou egoístico-pessoais para apagar esses fatos da memória dos homens (LUKÁCS, 2013, p. 791).

Não obstante, o temor propagado pela propaganda *mespiana* traz também o medo inculcado por religiões, seitas e crendices de todas as origens, como se lê em sua página nas redes sociais acerca da proibição inerente ao tabu:

> [...] sem essa prerrogativa dos pais a família não sobreviveria. Se os pais ensinam aos seus filhos que "isso é pecado", mas na escola eles aprendem com seus professores que "pecado não existe" — ou vice-versa —, qual a chance de os filhos respeitarem seus pais? E, se não os respeitam, qual a chance de haver alguma harmonia no seio da família?

Para o historiador Ginzburg, o tabu nos remete a uma reverência ontológica própria da religião, o que por sinal também é afeito ao pensamento do MESP:

> Portanto, seja no caso da origem da religião, seja no da origem do Estado, encontramos no início o medo e, no fim, como resultado, a sujeição ou reverência. No meio, a ficção, que se impõe àqueles que a criaram como uma realidade: "Esta é a fundação daquele grande Leviatã, ou melhor, para falar com mais reverência, daquele Deus mortal a quem, abaixo do Deus imortal, somos devedores de nossa paz e defesa". O Leviatã, criação artificial, se ergue diante daqueles que com seu pacto o criaram — aqueles dos quais é feito — como um objeto que incute sujeição. (GINZBURG, 2014, p. 26)

O MESP desloca a realidade da complexidade da educação para uma situação na qual a experiência hostil onde o medo do terror se sobrepõe à reflexão crítica. Para Penna,

> Essa desqualificação não se dá por meio de uma argumentação racional, mas através de ataques pessoais e imagens que representam o professor, a escola e seus pensadores como ameaças a crianças inocentes, citando casos particulares considerados assustadores e insinuando que uma parcela significativa dos professores age da mesma maneira, mesmo que não tenham nenhum dado estatístico para apoiar essa generalização indevida. O primeiro e o segundo procedimentos se articulam: o uso de termos que não têm uma definição precisa para indicar uma ameaça abstrata que coloca em suspeição todos os professores e todo o sistema escolar. (PENNA, 2017, p. 30)

E Penna complementa:

> Alguns argumentariam que imagens como essas seriam comuns nas redes sociais, mas insisto que imagens como essas estimulam o ódio contra os professores e referências teóricas legítimas no campo de pesquisa educacional. A analogia baseada na similitude de relação entre o professor e seus alunos e entre o vampiro e suas vítimas é utilizada corriqueiramente pela organização em questão. (Idem, id.)

Se a revisão pontual sobre o ideário do MESP até aqui realizada ajuda-nos a apreender formalmente a sua característica persecutória militante, passamos agora ao exame do seu conteúdo confuso, tosco, *tabaréu*. Confusão essa talvez particularmente incômoda aos demais conservadores, especialmente os liberais, já que induz suas propostas a um alinhamento com o MESP, cujo ideário se apressam a rejeitar.

De fato, ao analisar o tecnicismo da direita conservadora liberal, Girotto o coloca lado a lado com um suposto tecnicismo *mespiano*, algo que não é possível entrever nas teses do movimento.

> Mais recentemente temos visto avançar a proposta de reformulação do Ensino Médio (divulgada em 22/09/2016), conduzida pela Secretaria Executiva do Ministério da Educação sob o atento acompanhamento (e por que não dizer direcionamento) de grupos empresariais (Itaú-Unibanco, Fundação Lemann, Todos pela Educação, SESI). Mais uma vez, sem a participação de alunos,

> professores e toda a comunidade escolar, tal projeto poderá resultar em um aumento da relação entre educação e mercado de trabalho, reforçando assim a concepção tecnicista que tem definido a escola de pensamento único nas últimas décadas no Brasil. Pode significar também, uma expressiva diminuição da carga horária destinada às disciplinas de Ciências Humanas, valendo ressaltar que as mesmas têm sido os principais alvos de ataques dos defensores do Escola Sem Partido. (GIROTTO, 2016, p. 72)

Ora, contrariamente ao conservadorismo liberal dos grupos empresariais citados por Girotto, e de outros tanto que compõem a elite econômica do país reestruturada nos períodos Collor de Mello, FHC e Lula da Silva, o ideário do MESP em muito se assemelha ao ideário integralista da década de 1930, não por acaso vivido sob uma crise do sistema capitalista sem precedentes. Conforme observado por Chasin (1978), o horizonte teleológico do integralismo era o de uma modernização conservadora, chauvinista e religiosa. Se o integralismo tinha no catolicismo tradicionalista uma espécie de freio para o irracionalismo, o MESP e outras correntes da ultradireita não nominadas aqui têm na teologia da prosperidade do neopentecostalismo o acelerador para o anti-intelectualismo, conforme veremos adiante. E mais, Chasin chamava a atenção para o fato de que, na época do integralismo, o fascismo buscava esfacelar as relações sociais para se expandir, ao passo que o integralismo retrocedia "com medo do esfacelamento" (1978, p. 652). Para Chasin, portanto, a ideologia fascista é a do saque, advogando a destruição do mundo e do homem para viabilizar a continuidade da expansão do valor (Idem, idem)[7].

Por fim, ainda na linha da busca de compreensão para a relação entre a condição estrutural e a ideologia no terreno em que as confusas ideias *mespianas* se movem, cabe um esclarecimento acerca da semelhança entre a crise estrutural dos anos 1930, período da ação integralista, e a dos tempos atuais. Em depoimento a este autor, Araújo (2020) nota que, a partir de 1998,

7. "Dado que boa parte da acumulação capitalista alemã no período teve na expropriação de judeus, eslavos etc. a fonte de financiamento inicial; sem esquecer do trabalho escravo dos prisioneiros de guerra e dos prisioneiros dos campos de extermínio, é importante frisar o papel chave do racismo biológico nazifascista" Depoimento do professor Paulo Henrique Furtado Araújo a este autor (2020).

> Vivemos uma nova crise estrutural cuja causa é a 4ª. Revolução Tecnológica que elevou a composição orgânica do capital a tal ponto que a produção de mais-valor já não opera como estímulo para que a acumulação de capital continue em forma de espiral. No tempo presente, a saída do sistema é a hipertrofia do capital portador de juros com total destaque para o capital fictício. Todo o sistema opera há anos antecipando um mais-valor que não foi produzido e que, de fato, não será. Aparentemente o momento do ajuste entre a valorização prometida e a ocorrida já teve início. Nos anos [19]30 a solução de um quadro semelhante foi através de uma guerra mundial e da eliminação física de parte substantiva da massa do povo que já não interessava à continuidade da valorização do valor, mas que, ainda assim, era fonte de gastos (saúde, previdência, educação, segurança pública) que drenavam ainda mais a fração do mais-valor a ser apropriada pelas personificações do capital — além da destruição de capitais na forma de valores de uso e na forma dinheiro (deflação).

Do ponto de vista estrutural o atrofiamento do capitalismo no Brasil, tal como acompanhamos no raciocínio de Chasin, demarcou a distância ideológica do integralismo *caboclo* de Salgado e de Reale frente ao fascismo italiano. Todavia, do ponto de vista ideológico, o horizonte italiano era a expansão econômica com regressão política, ideológica e social. Segundo Araújo (2020),

> No caso do Brasil, com seu capital incompleto e incompletável, a hegemonia integralista nunca foi uma possibilidade. Além disso, o integralismo articulava a regressão não só política, ideológica e social, mas também econômica — diante da crise das economias capitalistas industrializadas, o integralismo propõe a paz da vida rural, o que por si, implica em deter o avanço das forças produtivas ou da produtividade do trabalho que é próprio ao valor em expansão. Ou, dizendo de outro modo, frente ao colapso das políticas econômicas liberais, frente ao risco de uma industrialização repetir no Brasil uma crise catastrófica como a de 1929, a solução integralista é contrapor o pequeno capital, a pequena propriedade (do camponês e do artesão), ao grande capital. O que evidencia o caráter utópico, e reacionário de tal proposta e a impossibilidade de tornar-se hegemônica — por sua propositura absurda em termos da expansão do valor (Idem, id).

Por sua semelhança com a crise estrutural que gerou as ideologias e ações nazi-fascistas, parece não restar dúvida que a atual crise teria promovido os fenômenos políticos reacionários conhecidos e disseminados nos EUA, na Itália, na Hungria e no Brasil. Desde esse ponto de vista, tais fenômenos buscam objetivar o que há de mais retrógrado e reacionário do capitalismo tardio. Entretanto, "no caso específico num país periférico e retardatário, distinguindo-se do fascismo italiano, os fenômenos do bolsonarismo, olavismo etc. Estes são a expressão e objetivação das tendências reacionárias e conservadoras" (Araújo, 2020).

Considerações finais

Nossas observações sobre o MESP em particular e os demais movimentos conservadores liberais em educação, restariam imprecisas e talvez incompletas, caso não abordemos a relação estrutural e a ideologia no ambiente do capitalismo tardio ou pós-moderno em geral.

Há tempos a *sociedade do espetáculo* ou da mercadoria abriu mão de questões como a verdade e se entregou à aparência das coisas (DEBORD, 2017). Nessa sociedade subjaz fortemente a espacialização do tempo caracterizado pelo abandono da noção de história, prevalecendo uma visão fragmentária, efêmera e espetacular sobre o presente - sendo isso tudo presidido pela lógica da rentabilidade. Para Fredric Jameson (1996) é uma sociedade destituída de qualquer utopia sendo, portanto, meramente formalista. Trocada por lutas identitárias específicas, a luta de classes foi abandonada e até certo ponto condenada pela esquerda, em parte igualmente interessada na desconstrução da razão.

Encarada como um entrave para a *liberdade real* do indivíduo, exposta como uma *metanarrativa* a ser desconstruída, a ontologia do ser social ganhou o desprezo da intelectualidade burguesa à direita e à esquerda. Em suma, na agenda pós-moderna a convergência de ideias passou a ser pautada pela recusa sistemática da luta de classes, pela oposição à tradição ontológica e fenomenológica moderna. A partir do universo restrito da academia projetou-se para toda a sociedade esquemas rizomáticos com suas miragens libertárias ou, na visão de Boaventura Santos, igualando o discurso acadêmico ao discurso político populista, tornou-se necessário afirmar a necessidade de se caminhar em meio à distopia presente, tendo a fruição

do senso comum como base da ciência para a organização da vida social (SANTOS *apud* REIS, 2015). Segundo Reis (2015, p. 302),

> [...] a linha de pensamento daí advinda trata de uma perspectiva política estratégica que parte da afirmação das subjetividades para o enfrentamento de qualquer tipo de norma formal (linguística, epistemológica, estética, ética etc.), angariando no seu curso o compromisso contra-hegemônico em relação aos vários e sutis sistemas de dominação ainda hegemônicos.

Em que pese se tratar de uma visão intelectualmente legítima, todavia o problema que ela traz é o mesmo de toda crença, pois acaba desconsiderando visões contrapostas anulando completamente qualquer intenção política, incorrendo nessa medida na contradição de promover as subjetividades do senso comum a uma norma formal. De acordo com Jameson (1996), isso ocorre pela existência de um dualismo subjacente a qualquer crença, no caso a crença no poder das subjetividades como instrumento de emancipação ou autonomia dos indivíduos, o que acaba reforçando o caráter alienante da "ciência do senso comum ou do conhecimento sem teoria" (REIS, 2015, p. 303).

Ora, o que buscamos ilustrar com este ensaio sumário sobre o paradoxo ideológico de uma militância *desconstrutiva-libertária* surgida no ventre do pensamento não conservador, é a sua proximidade com o dualismo das crenças conservadoras em geral próprias da direita e da ultradireita. Pode-se explicar, por exemplo, que o seu rápido entranhamento numa sociedade, profundamente desigual quanto à renda e à cidadania, para ficarmos apenas nessas grandes mazelas nacionais, se deveu à falsa ideia de promoção da igualdade. Um aparato midiático extraordinário de apresentadores populistas de ultradireita, incluindo influenciadores digitais nas redes sociais, vem propagando performaticamente o anti-intelectualismo sob formatos diversos junto às classes médias e populares há pelo menos duas décadas. Sem condições de promover um avanço civilizatório, tempo que se perdeu em meados dos anos 1960, parte significativa do Brasil se entregou à intensificação da precarização em todos os níveis, sendo o MESP uma das gambiarras morais da atualidade contra o que se contrapõe à sua barbárie ética. Como disse Paulo Henrique Araújo (2020), "barbárie é o que o capital tem a oferecer para a humanidade daqui para frente".

Fator este, a nosso ver, mesmo após os 200 anos da Independência[8], inerente ao conservadorismo brasileiro, de resto determinante do tipo de *cultura educacional* excludente, que carregamos como legado histórico e como desafio a ser superado e que, sem margem à dúvida, esta precariedade foi inscrita dentro de um caráter de classe, de modo a servir ao projeto das elites e das classes intermediárias em detrimento do subalterno e dos populares.

Devido a isso, portanto, conclusivamente, o entendimento que resulta deste artigo é o de que a disputa ideológica no campo educacional no Brasil deve ter como prioridade política, estratégica e tática, a formação de uma *vontade nacional popular* para atuação no plano macro contra as barbáries da crise estrutural[9], sem dispensar, evidentemente, as lutas identitárias no cotidiano. Uma vez que a educação desde sempre foi e é encarada como arena de disputas e da luta de classes. Uma marca do passado a qual o país não consegue, mesmo em seu presente, deixar para trás.

8. Se num sentido os primeiros anos da independência brasileira trouxeram pouca inovação e benefícios em relação às antigas práticas coloniais, mantendo-se, em grande parte, o legado dos costumes cartoriais, da moral e, enfim, do *ethos* senhorial, no sentido contrário, ao postergar o patrimonialismo e a seletividade da educação, o Império brasileiro somente fez acentuar a desigualdade por meio da segregação social. De fato, a mudança no comando da política no país não se fez acompanhar por uma mudança real da condição colonial, permanecendo a elite senhorial a ditar condutas gerais. De acordo com Florestan Fernandes (2006, p. 51), "*a Independência pressupunha, lado a lado, um elemento puramente revolucionário e outro puramente conservador. O elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada, requisito para que ela adquirisse a elasticidade e a autonomia exigidas por uma sociedade nacional [...].O elemento conservador evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma nação*". Ainda acompanhando a ideia do sociólogo, no modo como se deu a Independência no Brasil merece destaque a incongruência entre o rompimento das amarras coloniais do ponto de vista econômico e a manutenção do *estado jurídico-político* (Idem, id). Este foi o motivo, segundo Fernandes, em síntese, que fez com que a revolução fosse solapada por um lado e cuidadosamente controlada por alguns traços ainda remanescentes dessas amarras coloniais que subsistiam na moral da sociedade ainda influenciada pela classe estamental. A escravidão, a grande exclusão das massas do processo eleitoral e a seletividade da educação denunciam, como o raio de ação foi econômico, ficando um passivo no campo político, restrito ao quinhão para estas elites (com o fenômeno da burocratização das elites estamentais).

9. A divulgação, em 22 de agosto de 2020 no sítio oficial, às vésperas da conclusão deste trabalho, por parte do coordenador do movimento Escola sem Partido de que está deixando a liderança do mesmo, é sinal da luta e da organização da sociedade, dos docentes e dos trabalhadores da Educação (onde o "Escola sem Mordaça" é a mais exemplar evidência), assim como da classe política progressista.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. H. F. Notas críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando O Estado e a Revolução. In: *Anais do XII° Congresso Brasileiro de História Econômica*. Niterói/RJ: ABPHE, 2017.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; GIANFANCO, G. *Dicionário de política.* v.1. 13.ed. Brasília: Editora UNB, 2000.

BRANDÃO, G. M. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. In: *DADOS* — Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 48, no 2, 2005, pp. 231 a 269.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: https://siteal.iiep.unesco.org/pt/bdnp/930/base-nacional-comum-curricular-proposta-preliminar-segunda-versao-revista. Acesso em: 23 mar. 2017.

CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio.* São Paulo: Ciências Humanas. 1978.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

ESPINOSA, B. R. S.; QUEIROZ, F. B. C. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, G. (Org.) *Escola "sem" partido*: esfinge que ameaça a

FERNANDES, F. *A revolução Burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2006.

FREITAS, N. A. Dossiê escola sem partido e formação humana. In: *Fênix — Revista de História e Estudos Culturais*. Janeiro-Junho de 2017, Vol. 14, Ano XIV, nº 1 , ISSN: 1807-6971. Disponível em: https://www.revistafenix.pro.br.

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. 8ª edição. São Paulo: Cortez & Moraes, 2006.

FRIGOTTO, G. A Gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e o ovo de serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (Org.) *Escola "sem" partido*: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GIROTTO, E. Um ponto na rede: o "escola sem partido" no contexto da escola do pensamento único. In: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). *A ideologia do movimento Escola Sem Partido*: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Os Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. v. 2. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere:* Introdução ao estudo da filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce. Vol. 1. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HOBBES, T. *Leviatã ou a Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. 3ª edição. São Paulo: Ícone, 2008.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013. Tradução: Nélio Schneider.

NAGIB, Miguel. Prefácio. In: AMARAL, R. D. S. *Socialismo*: me conta essa história direito. São Paulo: Baraúna, 2016.

REIS, R. R. "Arte e cidade. Considerações críticas sobre arte e valor na sociedade de classes". In: *Kriterion*. Revista de Filosofía. Vol. 56, n°132. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, 2015, pp. 317-333.

SOUZA, J. Como o senso comum e a "brasilidade" se tornam ciência conservadora? Ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

(VÁRIOS AUTORES). *A ideologia do movimento Escola Sem Partido*. 20 autores desmontam o discurso 1ª edição. São Paulo: Ação educativa, 2016.

OUTRAS FONTES

Depoimento de Paulo Henrique Furtado de Araújo ao autor em 07/2020.

Disponível em: http://escolasempartido.org/quem-somos.

Disponível em: http://www.integralismo.org.br/?cont=825&ox=2. Acesso em 25 de novembro de 2019.

Disponível em: https://youtu.be/233e1REG30U. Programa Expressão Nacional de 21.02.2017 — TV Câmara.

MANIFESTO À NAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA: DISPUTA PELA FORMAÇÃO DE INTELECTUAIS E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO

Hebert Costa de Abreu
Reginaldo Scheuermamm Costa
Teresa Rocha de Marins

Introdução

O ano de 2018 assinalou uma dramática inflexão na política nacional com a vitória de Jair Messias Bolsonaro à presidência da República. Sua chegada ao Planalto Central expressou o aprofundamento do conservadorismo e, em específico, o fortalecimento do neofascismo[1] na correlação de forças da política nacional. Não foi um mero acaso eleitoral brasileiro, mas sim a consequência de uma reorientação conservadora na política internacional, frente à crise estrutural do capital. Segundo Tatiana Poggi,

> Movimentos e organizações neofascistas se desenvolvem no seio do capitalismo monopolista-financeiro, em Estados de conformação político-econômica neoliberal e se proliferam de modo espetacular, engrossando suas fileiras de adeptos com os desesperançados setores subordinados em decorrência da crise da década de 1970 (2019, p. 75-76).

1. A respeito da definição de neofascismo para se refletir sobre o bolsonarismo, Marcelo Mattos afirma como a misoginia, LGBTfobia, xenofobia, o anticomunismo e o autoritarismo formam uma base que o aproxima de um fascismo histórico, o que: "(...) permite apontar a presença de um componente (neo)fascista nada desprezível no Brasil do primeiro ano de governo Bolsonaro. Não se trata de um governo homogeneamente fascista, muito menos de um regime político fascista, plenamente implantado, mas o (neo)fascismo não é apenas uma ameaça retórica exibida performaticamente nos discursos do presidente e seus apoiadores mais próximos" (2019, p. 43).

As mais distintas forças conservadoras adensaram suas articulações políticas nesse longo contexto de crise, tendo repercussão no fortalecimento de partidos conservadores, grupos supremacistas, nazistas e fascistas. Recentemente, os resultados eleitorais em países como EUA, Polônia, França, Ucrânia, Suécia, Hungria e Itália, revelam o crescente peso da ultradireita[2]. Um cenário em que se acentuam as ações de deslegitimidade à democracia burguesa, xenofobia, machismo, racismo, cortes orçamentários contra as políticas públicas universalistas e a criminalização das esquerdas.

No Brasil, tal tendência se corporifica no bolsonarismo enquanto fenômeno político neofascista, se apresentando como uma suposta radicalidade antissistêmica, um *outsider* no cenário de crise social. Bolsonaro, apesar de sua carreira política medíocre por décadas, foi alçado à condição de líder carismático, articulando diversas matizes do conservadorismo, tendo o segmento evangélico conservador como uma de suas bases mais importantes, influenciando um setor expressivo da classe trabalhadora mais precarizada. Conformou um projeto de poder que traz o "(...) aprofundamento da via autocrática" (MATTOS, 2019, p. 37). Assim, a partir de um recorte que prioriza os aspectos do projeto de poder evangélico conservador bolsonarista, a proposta deste artigo é compreender: *1. a disputa pela formação de intelectuais; 2. a construção de uma nação conservadora*. Para isso, utilizaremos como base de análise o discurso contido no Manifesto à Nação (MN), documento produzido pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE), lançado em outubro de 2018[3], pois

2. Giorgia Meloni, foi eleita ao cargo de primeira-ministra sob o mesmo slogan de Mussolini: Deus, Pátria e Família. https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-o-crescimento-da-extrema- direita-na-europa-nos-ultimos-anos; https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53197469. Acessados em 10/10/2022.

3. "A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional é uma frente parlamentar mista, atualmente composta por 181 deputados/as e 8 senadores. Foi fundada formalmente em 2003, embora a articulação de grupos evangélicos dentro da Câmara e do Senado remonte à Constituinte. Nem todos os membros da Frente, contudo, declaram-se evangélicos. Segundo dados coletados pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) e disponibilizados na plataforma Religião e Poder, os(as) evangélicos(as) representam 46% dos parlamentares membros, enquanto os católicos representam 43%. Os demais vinculam-se a outras religiões. É bom lembrar que a criação de frentes parlamentares requer a participação de um terço do Congresso, razão pela qual muitos dos que as compõem não têm uma atuação consistente do ponto de vista temático — integram-na para comunicar um interesse na agenda ao seu eleitorado e, fundamentalmente, para não se transformarem em elemento de veto da iniciativa". Disponível em: https://olb.org.br/atuacao-da-frente-parlamentar-evangelica-na-camara-dos-deputados/. Acessado em 24/10/2022.

nos parece eloquente enquanto uma agenda programática que evidencia suas aspirações de poder, conexões com as frações burguesas e o seu movimento de reposicionamento na estrutura de Estado.

A base teórico-metodológica é gramsciana, de modo que discutiremos a ação dos setores evangélicos conservadores bolsonaristas como parte da luta de classes, numa *crise orgânica do capital.* Por isso, o MN é tido como documento que notabiliza a articulação desse segmento nas disputas de hegemonia, no processo de busca pela universalização de seus valores ético-políticos.

A crise orgânica do capital e as bases do bolsonarismo evangélico

Quando refletimos sobre a experiência histórica do fascismo, dois elementos complementares aparecem em boa parte das perspectivas marxistas: o primeiro, é o peso de uma crise aguda do capital e o segundo, a crise das esquerdas, enquanto impossibilidade real de tomada do poder. Antonio Gramsci percebeu, pioneiramente, tais aspectos no que denominou de crise orgânica do capital. Para ele:

> Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais "dirigente", mas unicamente "dominante", detentora de pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que acreditavam etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer (GRAMSCI, 2002: 184 CC § 34).

Sua inquietação a respeito da ascensão do fascismo na Itália produziu uma profunda reflexão sobre o movimento da luta de classes e sobre a centralidade do consenso enquanto elemento estratégico de construção de hegemonia. No entanto, esse mesmo consenso pode ter reveses, o que significa soluções de força a fim de manter a dominação de classe. Assim, se tomarmos a crise do capital de 2008, no bojo da crise estrutural que se arrasta desde os anos 1970, no contexto de decadência das perspectivas de esquerda, observamos traços comuns em relação ao fascismo histórico, ainda que se considerem as particularidades da atual realidade brasileira.

A longa crise estrutural do capital, aprofundada em 2008, mantém a financeirização em detrimento do crescimento da economia real. Formam-se as bases do que Juliana Cislaghi denomina como ultraliberalismo, em que ocorrem

> (...) vultosas transferências de fundo público para as finanças (...), sustentadas por um novo e mais contundente ciclo de austeridade, impulsionado por privatizações e abertura de novos espaços para a acumulação capitalista em detrimento de políticas públicas e direitos sociais (2019, p. 192)

Tal impacto chega aos países periféricos de forma tardia justamente pelas amarras da dependência, já que é a partir da aguda queda dos preços das *commodities* que se encaminha um quadro econômico de tendência recessiva: "É assim que os efeitos da crise de 2008 começam a ser sentidos no Brasil a partir de 2013. Não é coincidência, portanto, que tenham acontecido nesse ano os maiores protestos de rua da História do país" (CISLAGHI, 2019, p. 193). Assim, se a crise em 2008 foi uma "marolinha" — como dizia Lula — também era resultado de um conjunto de ações anticíclicas realizadas pelo seu governo.

> No 2º governo Lula, verificou-se certa flexibilização da política econômica por meio (i) da adoção de medidas voltadas à ampliação do crédito ao consumidor e ao mutuário, (ii) do aumento real no salário mínimo, (iii) da adoção de programas de transferência de renda direta, (iv) da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da ampliação da atuação do BNDES para estimular o investimento público e privado e (v) das medidas anticíclicas de combate à crise internacional a partir de 2009 (TEIXEIRA; PINTO, p. 923).

Contudo, tais medidas só adiaram a crise, pois a dependência econômica em relação às *commodities* e a orientação geral de financeirização da economia geraram o endividamento das famílias, queda na capacidade de consumo, precarização dos serviços públicos, desemprego e aumento da desigualdade social. A austeridade fiscal e o endividamento público prepararam o terreno para o decrescimento econômico nos anos do governo Dilma Rousseff (CISLAGHI, 2019). Esse quadro geral de ações de "inclusão social" nos marcos do capital, de acordo com a dinâmica hegemônica neoliberal, via manejos de conciliação de classes, teve fôlego curto. Sobre esse período,

> O redesenho de uma direita para o social e de uma esquerda para o capital, o modelo de democracia brasileiro vem-se aproximando, nos anos 2000, do modelo de articulação da disputa política e representação de interesses de tipo americano, caracterizado por partidos sem definição ideológica, que atuam como frentes de grupos corporativos, defendendo, na prática, o mesmo projeto de sociedade (NEVES, p. 85).

A hegemonia de uma "direita para o social e uma esquerda para o capital" manteve um pacto social "de cristal" que, ao solavanco da crise internacional, colapsou em pedaços. Se hoje se fala em "polarização política", naquele momento

> O consenso ali produzido foi o de que era preciso romper com as doutrinas "radicais" de direita e de esquerda, buscar inserção competitiva na economia mundial, priorizar o combate à inflação por meio dos ajustes fiscais e reformar a aparelhagem estatal a partir das privatizações (...) (NEVES, p. 87).

Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social-Democracia Brasileira PSDB concentravam os dissensos dominantes da política nacional, entre o social-liberalismo e neoliberalismo, sem radicalismos e dentro dos marcos gerais da reprodução ampliada do capital, resguardadas as suas diferenças operacionais. As Jornadas de Junho de 2013, contudo, foram o início do rompimento desse pacto social. Os atos multitudinários contra o aumento da tarifa de transporte e a precarização dos serviços públicos foram marcados pelo antipartidarismo, que se impunha como repúdio a qualquer forma de organização coletiva e programática. E o que, inicialmente, parecia autonomismo foi se tornando um sentimento antiesquerdista violento e de ódio:

> Os atos "violentos" eram assim colocados em oposição ao movimento, o qual era apresentado como "patriótico", harmônico, disciplinado pacífico e, sobretudo, apartidário. A grande imprensa insistia de forma sistemática nesse "caráter apartidário" dos protestos, e a todo momento "noticiava" que militantes de partidos eram vaiados, hostilizados e expulsos das manifestações — como que a sugerir que tais atos se repetissem em todas as manifestações (CALIL, 2013, p. 2013).

O repúdio aos limites do governo Dilma Rousseff passava a se confundir com um antipetismo protofascista que reduzia todo debate público a um proselitismo anticorrupção. As esquerdas são derrotadas e a *grande política* que encantou multidões a ir às ruas por direitos sociais tornava-se a *pequena política* moralista reacionária, que alimentava a formação de grupos de ultradireita e tornaria Bolsonaro um ícone de massas conservador. Como exemplo provocativo: enquanto o Movimento Passe Livre (MPL), de caráter autonomista e de esquerda, se retirava da direção de uma das manifestações de 2013 por perder o controle diante da ação infiltrada de fascistas[4], pouco depois, em 2014, surgia a sua paródia ultradireitista, o Movimento Brasil Livre (MBL), que viria assumir a dianteira do movimento "Fora Dilma" junto ao grande empresariado. Como parte da formação de uma coalizão golpista, a Operação Lava-Jato foi criada em 2014, reunindo em torno de si apoio da mídia corporativa, agrupamentos de ultradireita, magistrados corruptos, empresariado e políticos golpistas[5]. O antipetismo tornou-se o amálgama ideológico conservador a combater não apenas o PT, mas as perspectivas de esquerda que buscavam a ampliação de direitos civis, sociais e políticos. As esquerdas perderam espaço e a articulação ultradireitista, com traços neofascistas em torno de Bolsonaro ganhou força, tendo expressivo apoio de setores conservadores evangélicos.

O tom do MN reitera a tendência golpista já apresentada, de forma ainda mais radical, pois é um chamado à superação das supostas perversões da democracia brasileira. Assim afirma:

> Deveras, a corrupção endêmica e o corporativismo tomaram o país de assalto, alienando o Estado do interesse público que deveria presidi-lo (...) A par disso, muito colaborou para esse estado de coisas o monopólio da representação exercido pelos partidos políticos uma vez ser a filiação partidária requisito de elegibilidade. Em suma, o povo não vota em quem quer, mas sim em que os partidos políticos permitem, dessa forma afunilando demasiadamente o processo democrático (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018, p.1).

4. Disponível em: http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/,1586fb147546f310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html. Acessado em 12/10/2022

5. Disponível em: 'Um Transatlântico': o namoro entre a Lava-Jato e a Rede Globo. https://theintercept.com/2021/02/09/namoro-lava-jato-rede-globo/. Acessado em 22/10/2022.

A FPE assume a posição de se legitimar, deslegitimando a institucionalidade eleitoral burguesa, se ligando ao antipartidarismo militante brotado das Jornadas de Junho. Reivindica para si a possibilidade de superar a corrupção endêmica dos partidos e, sob um argumento antiburocrático, exige a sua própria burocracia, aquela limpa de todas as perversões institucionais. A burocracia torna-se partido. Gramsci já havia assinalado tal característica a respeito do fenômeno fascista italiano:

> A burocracia, assim, alienava-se do país, e, através de posições administrativas, tornava-se um verdadeiro partido político, o pior de todos, porque a hierarquia burocrática substituía a hierarquia intelectual e política: a burocracia tornava-se, precisamente, o partido estatal-bonapartista (GRAMSCI, Q3, §119, p. 387-388).

Nada mais eloquente sobre essa tendência do que a frase "Meu Partido é o Brasil", tão proferida por bolsonaristas, em particular os evangélicos. É a mais pura alegoria da atual mobilização fascista, que nega os partidos como forma de ataque à democracia e às esquerdas. Milicianos, setores das forças armadas, das polícias, burocratas de toda ordem, forjam uma base supostamente ilibada, e certamente violenta, do "partido estatal-bonapartista". O que se inicia em 2013 como divisão do movimento de massas, se consolida como uma força social massiva de características neofascistas.

Hegemonia e intelectuais: a formação de intelectuais evangélicos conservadores no Manifesto à Nação

Gramsci é um filósofo da práxis que, ao herdar a perspectiva crítica marxiana, trazia a importância de difundir, socializar criticamente reflexões e torná-las a base da ação de massa. Caberia à filosofia práxis a conexão entre teoria e prática, indivíduo e História. "A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum (...)" (GRAMSCI, 1999: 96 CC 11§12), a forma de se apropriar do mundo produzindo uma ordem intelectual unitária e coerente, de modo a estabelecer os nexos da totalidade histórica.

> De resto a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, construindo assim um bloco cultural e social. (GRAMSCI, 1999: 100 CC 11§12).

Aponta para uma perspectiva de superação do senso comum, se apropriando dele - tanto daquele oriundo dos "simples", quanto dos "intelectuais", unindo o que ele compreende como polos da histórica separação entre teoria e prática. É esse "bloco cultural e social" que seria capaz de elevar o pensamento científico à condição de um novo senso comum, capaz de forjar uma concepção histórico-dialética sobre a sua existência no mundo que permita a ação e compreensão consciente da totalidade histórica. Caso contrário, "(...) toda filosofia tende a se tornar senso comum de um ambiente, ainda que restrito (de todos intelectuais)" (GRAMSCI, 1999: 101 CC 11§12). Essa dialética intelectuais-massa poderia criar um movimento capaz de formar indivíduos que transcendam sua condição imediata do senso comum à condição de intelectuais orgânicos.

Para Gramsci, os partidos assumem o protagonismo no desenvolvimento da relação intelectuais-massa. Tratam-se de difusores de concepções de mundo, que atuam na superestrutura, tornando-se formadores de novas intelectualidades. O partido é o ponto-chave da unidade entre teoria e prática no processo histórico. A admissão ao partido acontece de forma individual e voluntária, o que implica a consciência individual sobre a urgência da ação política sistemática (GRAMSCI, 1999: 105 CC 11§12), que estabelece a conexão entre o agir e o pensar, que fortalece a práxis humana, capaz de concretizar determinada *vontade coletiva*.

O Manifesto à Nação, no "Eixo IV - Revolução na Educação", estabelece uma luta franca sobre a formação dos intelectuais, colocando seus anseios de classe em disputa. Quer "revolucionar" a educação como caminho para inviabilizar iniciativas educativas que suscitem processos de conscientização, que se associem à ação política contra-hegemônica. Apresenta, portanto, uma concepção de educação que reitera alguns elementos do fascismo — como pode ser observado a seguir:

> A tragédia que se instituiu no Brasil nas últimas décadas teve como uma das causas o desprezo pelo esforço, pelo estudo, pelo mérito conquistado ao longo do tempo, em benefício do caminho mais curto da demagogia, do uso político-partidário das escolas e universidades públicas, que se tornaram instrumentos ideológicos que preparam os jovens para a Revolução Comunista, para a ditadura totalitária a exemplo da União Soviética e demais regimes sanguinários. (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018, p. 53).

O primeiro ponto fundamental da sua prescrição político-pedagógica é reafirmar a meritocracia como negação à perversão causada pelos partidos políticos que se intrometem na educação. O retorno a uma suposta neutralidade da educação busca a pureza reacionária, que estabelece o inimigo como todos aqueles que são diferentes do padrão conservador cristão. O mérito surge como ode ao indivíduo enquanto liberdade absoluta e como possibilidade de prosperidade, já que estaria livre dos desvios da democracia liberal, da burocracia partidária e, principalmente, do legado comunista. Reitera assim, a metonímia de partido como esquerda, comunismo, democracia, liberdade de cátedra etc. Tal qual na experiência do fascismo histórico, se evoca um passado de uma educação triunfante, ordeira, moralizada, eficiente, meritocrática, disciplinadora, que teria sido destruída nas "últimas décadas", como uma alusão ao período de chegada do PT ao governo federal. Quer, portanto, "(...) **reinserir** (grifo nosso) a Escola e a Universidade pública em seu leito tradicional e conservador: ensinar" (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018, p. 53). Impedir a possibilidade de imbricar teoria e prática, de forjar críticas, de estabelecer as mediações cognitivas sobre a totalidade histórica, de reconhecer a potencialidade da agência histórica individual e coletiva, de formar intelectuais que se *aproximem* da filosofia da práxis.

Toda essa política educacional reacionária revela a intencionalidade em disputar a formação de intelectuais. Buscam inscrever nas políticas públicas educacionais a universalização de valores ético-políticos que assentem o reacionarismo e o reconhecimento público dos evangélicos enquanto base de uma nação brasileira marcadamente conservadora. Nesse sentido o Manifesto propõe o Ensino Moral:

> (...) devemos instituir o Ensino Moral como conteúdo transversal em todas as disciplinas, visando a formação e sustentabilidade moral, ética e cívica das gerações. Difundir os mais elevados e profundos princípios e valores da Civilização. Universalizar o respeito à vida da pessoa humana individual (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018, p. 55).

O caráter "transversal" é assumir a institucionalização dos valores ético-políticos evangélicos da FPE a toda formação educacional, forjando uma cultura conservadora, uma nação conservadora, universalizando-se no currículo, travestido de bem comum, o seu próprio lugar de poder. Assim, afirma abstratamente os "valores da Civilização" como sendo os da humanidade quando, na realidade, são os seus, em contraposição à "educação ideológica, populista e demagógica", que viria dos partidos, das esquerdas (p. Ibid., p. 54). Mais uma vez remetendo a um passado onde a educação era pura, neutra e moralmente superior, o MN tem como objetivo

> Libertar a educação pública do autoritarismo da ideologia de gênero, da ideologia da pornografia e devolver às famílias o direito da educação sexual das suas crianças e adolescentes. Defender o direito à inocência da criança como direito humano universal (Ibid., p. 54).

Interessante notar que o Manifesto foca as suas propostas sobre a educação pública, o que mostra a sua forma de conceber o privatismo neoliberal organicamente animado por uma moralidade conservadora. A sua perseguição contra a suposta "ideologia de gênero", associando educação sexual à "pornografia", garantiria a prerrogativa educacional às famílias, e não aos partidos de esquerda. Nem discutiremos aqui o tamanho do equívoco, afinal, 84% dos estupros são cometidos por familiares ou pessoas próximas à família da vítima[6]; foquemos na lógica argumentativa de mobilizar o afeto religioso moralista ao plano político, a um projeto de educação nacional. Nesse sentido, superar a crise da educação seria um exercício de fé, de combate aos desvios morais e de uma ação política nacional, organizada e institucionalizada. Formar as próximas gerações inscreveria o lugar dos evangélicos nas políticas públicas e conformaria um novo consenso conservador, tornando cultura os preceitos cristãos conservadores. Garantiria uma hegemonia burguesa atualizada, colocando tais frações evangélicas, representadas na FPE, nos núcleos de poder do Estado.

Gramsci observou como a hegemonia capitalista estabelece o caráter subalterno determinado às massas através de uma armação filosófica que o realiza as mediações subjetivo-objetivas e prático-teóricas, de modo a tornar a realização da

6. Disponível em: https://www.ufrgs.br/humanista/2020/12/17/cultura-do-estupro-85-das-vitimas-no-brasil-sao-mulheres-e-70-dos-casos-envolvem-criancas-ou-vulneraveis/. Acessado em 05/10/22.

existência como parte do modo de produção, em suas implicações individuais e coletivas. Por isso, aderir a uma nova concepção de mundo em sua forma original, em uma perspectiva contra-hegemônica, não pode se dar de forma espontânea. O movimento de construção se dá pela composição política coordenada dos intelectuais orgânicos no processo de superação da hegemonia vigente na luta de classes.

Cientistas e pensadores tradicionais, dada a determinação política hegemônica, difundem ditas "novas" concepções de mundo, sendo que, na realidade, apenas reificam o "velho". Nesse sentido, o Manifesto é uma resposta à crise orgânica do capital, afirmando as tradições do passado, a família, o neoliberalismo e o anticomunismo como eixos argumentativos de uma identidade política segura, que protegeria os seus dos males do mundo, enquanto o "novo".

A política é o fator determinante na realização das escolhas simples mais imediatas, passando, inclusive, pela fundamentação do pensamento mais complexo, até a formulação da própria concepção de mundo. Mas Gramsci aponta que é no espírito coletivo que o sujeito embasa a sua fé. "Mas de fé em quem e em quê?" (GRAMSCI, 1999: 109 CC 11§12). Fé justamente no grupo com o qual o sujeito se identifica e deposita sua fé. Dessa forma, a fé não se estabelece somente como elemento espiritual, mas como campo ideológico que fundamenta a perspectiva de identificação coletiva, os laços de confiança e as ações de grupo. Por isso, Gramsci afirma que nas massas "(...) a filosofia não pode ser vivida senão como uma fé" (idem), visto que as pessoas não mudam de opinião somente a partir do debate meramente racional, de novas ideias trazidas por intelectuais. O Manifesto, nesse sentido, mobiliza os valores ético-políticos da sua teologia, do seu neoliberalismo e do seu fascismo numa identidade coletiva, afirmando a redenção dos evangélicos que, historicamente, foram injustiçados e que, naquele momento, teriam a possibilidade de governar o Brasil e construir a *sua* nação. A educação, destarte, é uma arena de embate fundamental, pois é nela que se operam e disputam as subjetividades de uma sociedade, suas memórias e seus projetos de futuro. Acreditamos que tal disputa, inscrita no MN, seja, portanto, parte do que a Teologia do Domínio afirma como Batalha Espiritual. Sobre esse conceito, Raquel Sant'Ana esclarece que

> Essa batalha não seria apenas metafórica mas incluiria o enfrentamento de demônios em indivíduos, posições e territórios. Além dos exorcismos e práticas de conjuração tradicionais, ganhou espaço a ideia, baseada no versículo bíblico de Deuteronômio 11:24 "*Todo lugar que pisar a planta do vosso pé*

> *será vosso*" de que a própria ocupação dos espaços pelos cristãos seria capaz de combater o Diabo. Essa ocupação inclui os chamados "**atos proféticos**", como as Marchas para Jesus, que propõem a ocupação da cidade por parte do "exército de Cristo" (2022).

A Batalha Espiritual é colocada a serviço da formação de seus intelectuais na educação, em favor de um senso comum conservador de traços fascistas, a ser implementado no espaço público. Por isso, se, como afirmado por Gramsci, "(...) todo grupo social dominante elabora uma categoria de intelectuais própria" (GRAMSCI, 1999: 125 CC 11§16), estaríamos diante do esforço institucional de formar seus intelectuais evangélicos conservadores. Num contexto de crise orgânica do capital, em que a instabilidade de classes precisa ser sanada, a educação torna-se uma prioridade ainda maior dos setores reacionários dedicados a instalar soluções autoritárias de força. Os intelectuais e os futuros intelectuais são pressionados a assumir uma subserviência autocrática, pois são esses os potenciais porta-vozes da concepção de classe dominante.

A construção da nação

Quando Gramsci analisa a vitória do fascismo sobre a revolução socialista "à luz de suas investigações sobre o Estado capitalista moderno ('integral'), síntese de força e consenso" (COUTINHO, 2020, p. 104), nos dá pistas interessantes para pensarmos o movimento dos evangélicos conservadores. Quando classifica Estado moderno como "Estado ético", Gramsci afirma que tal condição se dá pela qualidade de "elevar a grande massa da população a um nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponda às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes" (GRAMSCI, 2017, n.p.)[7]. A educação "cultural" e "moral" das massas, por estar subordinada ao Estado, favorece o desenvolvimento da produção capitalista, mantendo preservados os interesses da classe dominante.

7. Q8, §179 Edição Kindle não paginada.

Quando Gramsci observa que a manutenção de uma certa estabilidade política, interessada à classe dominante, só é possível na medida em que se produz um consenso que tenha a potência de sustentar um conjunto de práticas sociais que reproduzam a hegemonia, nos chama atenção para o quanto um arcabouço teórico, cultural, filosófico e religioso forma uma rede de sistemas de opressão de classe. É a própria constituição histórica do Estado, enquanto "todo o complexo de atividades práticas e teóricas sobre as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados" (GRAMSCI, 2017, n.p.)[8]. Quando analisamos o Manifesto fica explícito o objetivo de universalizar os valores cristãos conservadores. Para isso, se reafirma uma condição de futura maioria e de grupo social em ascensão, quando informa que são "mais de **45 milhões de eleitores brasileiros que professam a fé evangélica**". O então presidente da FPE, Hidekazu Takayama, deputado federal (PSC) pelo Paraná, assim disse sobre o Manifesto: "cerca de 87% dos brasileiros são cristãos. Nós não queremos uma ditadura dessa maioria. Mas jamais vamos aceitar uma ditadura de uma minoria que quer azucrinar"[9]. Há, portanto, por parte da FPE, uma postura de se colocar como representação "oficial" da base evangélica no Congresso Nacional, como uma legitimação da sua autoridade para governar o Brasil. Assim como afirmam a sua futura maioria social, legitimam-se como setor da sociedade que tem autoridade para governar aqueles que *não* são evangélicos: "compreendemos que é chegada a hora de darmos uma contribuição maior à sociedade (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018, p. 2).

No tópico "Modernização do Estado" há uma sucessão de propostas de reformas que teriam como principal tarefa diminuir o seu tamanho, desburocratizá-lo e torná-lo mais eficiente. Afirma:

> [...] nos dias de hoje, mais do que ajudar, a principal tarefa do Estado é parar de atrapalhar o cidadão, e, em especial, o empreendedor, única fonte de geração das riquezas do país. Sinergia é a palavra de ordem e eficiência, eficácia e efetividade são os desafios das instâncias de Governo (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018, p. 5).

8. Q15, §10. Edição kindle não paginada.

9. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/546684-frente-evangelica-lanca-manifesto-com-propostas-para-gestao-do-brasil/. Acessado em 20/08/2022.

Aqui fica patente o individualismo liberal recauchutado, dando centralidade ao conceito de empreendedor, em oposição ao excesso de burocracia estatal. Orientação que se alinha ao que se denomina no meio evangélico de Teologia da Prosperidade; assim, "(...) o discurso da prosperidade material, resultante de sacrifícios rituais monetários e de atitude empreendedora, é valorizado religiosamente e adotado como ética econômica" (ALMEIDA, 2017, p. 15). Ocorre uma relação entre o culto e a política institucional, no sentido de estabelecer nexos entre ações individuais religiosas e aquilo que se espera de um governo. É o "consenso ativo dos governados", isto é, a hegemonia que reifica preceitos neoliberais sob a aparência de novidade e radicalidade. Materializada pela fé, adquire mobilização militante por parte dos fiéis, que internalizam a prosperidade empreendedora individual como preceito para o desenvolvimento de um país. Sobre o individualismo neoliberal, Tatiana Poggi afirma:

> Se a produção dos meios de vida é alienada, isso se dá porque a relação do Ser com a natureza é alienada e, consequentemente, predatória. E se todos esses processos são sociais, ou seja, ocorrem por meio de relações, fica claro que a relação entre homens, é, consequentemente, alienada. Nesse sentido, o individualismo, a atomização do Ser e o esgarçamento dos laços comunitários, a lógica da meritocracia e a ênfase no esforço individual como único caminho para a prosperidade acabam estimulando certa indiferença para com o outro (2019, p. 79).

Estamos diante de um substrato ideológico que se fundamenta na exacerbação do individualismo neoliberal como parte funcional de uma concepção de Estado, marcada pela "indiferença para com o outro" como realização do plano divino e da própria violência do fascismo. O êxito laborioso do empreendedor, a devoção a Deus e sua ausência de empatia em relação aos diferentes, definem a sua identidade individual e sua posição pública de disputa política no mundo. É a realização da organização "cultural" e "moral" da vida social, conservando as relações de produção dominantes que, assim, poderiam ser resguardadas por meio da violência. Esse processo vivo de construção de um consenso conservador, de traços fascistas, mostra o quanto a ascensão desses setores evangélicos é lastreada pela sua capacidade de mobilizar afetos e fé na política. Freire, quando observa como as Igrejas são construídas por seres humanos "condicionados por uma realidade

concreta, econômica, política, social e cultural" (2001, p. 123), nos ajuda a entender como as condições concretas da luta de classes fizeram alguns segmentos evangélicos saírem da condição de negação da política, por entenderem ser "coisa do mundo"[10] e, paulatinamente, passarem a mobilizar seus fiéis numa disputa aberta de hegemonia por um projeto estratégico de nação.

Considerações finais

Apresentamos a discussão sobre a formação de intelectuais e o projeto de nação dos evangélicos conservadores expressos no documento MN, da FPE, o compreendendo como um *programa político ultraneoliberal de traços fascistas*. O documento é parte importante do fenômeno bolsonarista, articulando em torno de si diversos setores conservadores, para além dos evangélicos. A crise orgânica do capital ensejou possibilidades de um reposicionamento dos setores evangélicos nos núcleos de poder, encaminhando assim um conjunto de propostas de reformas de Estado privatistas, privilégios jurídicos e fiscais ao grande capital que os apoia e ao empresariado evangélico.

As ações de educação são entendidas como um programa de formação de intelectuais conservadores para uma nação dedicada a estabelecer a moralidade cristã, o neoliberalismo e o autoritarismo como forma de perseguir as esquerdas. Um tipo de disputa que coloca sua teologia no mundo enquanto política pública, enquanto formação de hegemonia conservadora, pois *articula preceitos da Guerra Cultural aos da Batalha Espiritual.* A ascensão de Bolsonaro à presidência abriu a possibilidade do golpismo, da ampliação de práticas fascistas e de um reposicionamento das frações burguesas associadas à FPE. Assim, o MN contribui para tornar o neofascismo uma possibilidade mais concreta, na medida em que organiza programaticamente os seus apoiadores fanáticos e armados, mobilizando uma fé que se universaliza no Estado a partir da violência, do ódio, da intolerância e do autoritarismo, como institucionalização da barbárie.

10. O mundo (*kosmos e aiõn),* na teologia evangélica reflete, como significado mais relevante, o relacionamento da humanidade "decaída, naufragada no pecado e, portanto, hostil a Deus" (LADD, 2003, p. 554).

Cabe aos setores progressistas refletirem sobre que tipo de formação de intelectuais da contra-hegemonia serão organizadas como forma de contenção ao neofascismo. Que projeto de nação terá materialidade e capacidade de mobilizar paixões, não apenas para conter o neofascismo, mas superar os imperativos do capital nos quais ele se ancora? Enquanto houver capitalismo, o fascismo é o eterno tormento, tido como passageiro pelo cinismo liberal, mas que sempre pode voltar. Disputar o projeto de nação passa, portanto, por ressignificar o afeto e a política sob uma nova estratégia, uma nova fé, que tenha tamanha força redentora, que seja capaz de esmagar o fascismo e devorar o futuro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. *A onda quebrada*: evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu* [online], n. 50, 2017.

CALIL, Gilberto. Embates e disputas em torno das Jornadas de Junho. *Projeto História*, São Paulo, n. 47, pp. 377-403, mai/ago 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O leitor de Gramsci*: escritos escolhidos (1916-1935). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, Eduardo Granja. *A paixão segundo Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora Mórula, 2020.

COSTA, Reginaldo. O Manifesto à Nação: o projeto neofascista da Frente Parlamentar Evangélica para o Brasil. In: REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo, GOMES, Rodrigo; CHABALGOITY (orgs.). *(Neo)Fascismos e Educação*: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil, Mórula, Rio de Janeiro, 2020.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. [ebook].

FRENTE Parlamentar Evangélica. *Manifesto à Nação*. Câmara de Deputados, 2018.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FACHIN, Patrícia; SANTOS, João Vitor. Cristofascismo, uma teologia do poder autoritário: a união entre o bolsonarismo e o maquinário político sócio-religioso. Entrevista concedida de Fábio Py. In: *Instituto Humanitas*. 1 jul. 2020.

Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/600150-cristofascismo-a-uniao-entre-o-bolsonarismo-e-o-maquinario-politico-socio-religioso-entrevista-especial-com-fabio-py. Acessado em 22/08/2022.

LADD, George Eldon. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Hagnos, 2003.

MATTOS, Marcelo. Análises Críticas sobre o Governo Bolsonaro. In: CISLAGUI, Juliana Fiúza; DEMIER, Felipe (orgs.). *O Neofascismo no Poder (ano I)*. Rio de Janeiro, Consequência, 2019.

POGGI, Tatiana. Fascismo à Brasileira. In: CISLAGUI, Juliana Fiúza; DEMIER, Felipe (orgs.). *O Neofascismo no Poder (ano I)*. Rio de Janeiro, Consequência, 2019.

SANT'ANA. Raquel. Evangélicos no Brasil — da redemocratização ao governo Lula. *Religião e Poder*. Disponível em: https://religiaoepoder.org.br/artigo/evangelicos-no-brasil-da-redemocratizacao-ao-governo-lula/. Acessado em 21/07/2022.

SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a religião: uma leitura a partir da América Latina. *O Social em Questão*. Ano XX, nº 39, set a dez/2017, p. 87-108.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Cokvksta. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, dez. 2012, p. 909-941.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Ana Lole

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE/UFF). Membro da Coordenação Nacional da International Gramsci Society Brasil (IGS-Brasil).

Anita Helena Schlesener

Professora da Universidade Tuiuti do Paraná. Professora Aposentada da UFPR. Presidente da International Gramsci Society – IGS-Brasil.

Camila Santana Mascarenhas

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica — ProfEPT/Colégio Pedro II. Graduada em Educação Artística com Habilitação em Artes Plásticas pela Escola de Belas Artes — Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialização em Educação Especial. Professora EBTT — Artes Plásticas do Instituto Benjamin Constant (IBC) e Professora de Artes Visuais do Instituto Helena Antipoff/SME-RJ. Integrante no Grupo de Pesquisa: Trabalho, Arte, Educação vinculado ao IBC.

Diego Chabalgoity

Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE-UFF) e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Paulo Freire e Educação Popular (GEPEP). Autor do livro “Ontologia do oprimido: a construção do pensamento filosófico em Paulo Freire”.

Diego Fonseca Dantas
Doutor em Educação pela UFF e Mestre em Ciência Política pela UFF. Graduado em Administração pela Universidade Candido Mendes. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação — NuFiPE e do Instituto Norberto Bobbio. E-MAIL: diegodantas@id.uff.br.

Giovanni Semeraro
Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorado sanduíche em Filosofia Política na Università degli Studi di Padova/Itália e Pós-Doutorado na Itália (Universidade de Urbino/Instituto Italiano per gli Studi Filosofici di Napoli). Professor Titular de Filosofia da Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador do CNPq e Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE/UFF). Foi presidente da International Gramsci Society Brasil (IGS-Brasil) — Gestão 2015-2017.

Hebert Costa de Abreu
Pedagogo, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), especialista em Psicopedagogia Clínico e Institucional pela Faculdade Cenecista de Itaboraí (Facnec), especialista em Alfabetização das Classes Populares pela UFF, Técnico em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador do NuFiPE.

Helton Messini da Costa
Doutorando em Educação pela Universidade Federal Fluminense — UFF com bolsa CNPq. Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense — UFF com bolsa CAPES. Especialista em História, Sociedade e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC/SP. Graduado em História. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação — NuFiPE vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense — UFF, do Grupo de Pesquisa Trabalho, Arte e Educação, vinculado ao Instituto Benjamin Constant — IBC e da *International Gramsci Society* do Brasil (IGS/Brasil).

Luciana Bernardinello
Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) — Artes/ Artes Plásticas do Instituto Benjamin Constant (IBC). Coordenadora do Grupo de Pesquisa: Trabalho, Arte, Educação vinculado ao IBC.

Maria Onete Lopes Ferreira
Professora Categoria Associado III do Instituto de Educação de Angra de Reis/ Universidade Federal Fluminense.

Mário Luiz de Souza
Professor do programa de Pós-Graduação em Relações Étnico Raciais do CEFET-RJ.

Maycon Bezerra de Almeida
Mestre em Educação pela UFF. Professor do Colégio Pedro II.

Mônica Rocha
Bacharel em Ciências Sociais (UFF), Especialista em História do Brasil (UERJ) e Mestre em Educação (UFF), Pesquisadora do NUFIPE/UFF e membro da IGS/Brasil.

Reginaldo Scheuermamm Costa
Professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenador do curso de Pedagogia da UFF. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE/UFF). Foi professor das redes municipais do Rio de Janeiro, Niterói e da rede estadual do Rio de Janeiro.

Rodrigo Lima Ribeiro Gomes
Professor Adjunto do Departamento de Educação, do Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR/UFF).

Teresa Rocha de Marins
Assistente Social, mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF), especialista em Promoção da Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), Assistente Social da Secretaria de Saúde do município de Rio Bonito-RJ e pesquisadora do NuFiPE.

mórula
EDITORIAL